

O Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG como território de disputas de narrativas museológicas e questões étnico-raciais

por

Josiane de Fátima Lourenço,
Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 01 – Museu e Museologia

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Museologia
e Patrimônio – PPG-PMUS (UNIRIO/MAST)

O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código
de Financiamento 001

Orientador: Professora Doutora Julia Nolasco
Leitão de Moraes

UNIRIO/MAST - RJ, março de 2024.

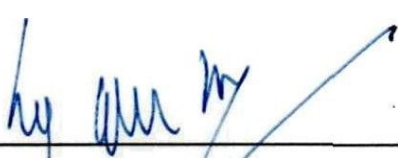
O Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL- MG como território de disputas de narrativas museológicas e questões étnico-raciais

Dissertação de Mestrado de Josiane de Fátima Lourenço submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins — MAST/MCTI, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Documento assinado digitalmente
gov.br JULIA NOLASCO LEITAO DE MORAES
Data: 09/12/2024 20:27:42-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Julia Nolasco Leitão de Moraes
(orientador - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST)


Prof. Luiz Carlos Borges
(membro interno - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST)

Documento assinado digitalmente
gov.br NATALINO NEVES DA SILVA
Data: 06/11/2024 14:02:20-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Natalino Neves da Silva
(membro externo-UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG)

Rio de Janeiro, 04 de março de 2024

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)**

L886 Lourenço, Josiane de Fátima
 O Museu da Memória e Patrimônio da Unifal-MG como
 território de disputas de narrativas museológicas e questões
 étnico-raciais / Josiane de Fátima Lourenço. -- Rio de
 Janeiro, 2024.
 154 f.

 Orientador: Júlia Nolasco Leitão de Moraes.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado
 do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e
 Patrimônio, 2024.

 1. museu. 2. narrativas museológicas. 3. sujeitos
 negros. I. Moraes, Júlia Nolasco Leitão de, orient. II.
 Título.

A Deus por me conceder a vida e permitir trilhar os caminhos do conhecimento.

À Maria Isabel Lourenço - minha mãe - companheira em todos os momentos, exemplo de mulher, de resistência, resiliência e profissional a ser seguido.

À Maria Lúcia de Jesus Lourenço - minha avó - mulher além do tempo, sabedoria e serenidade em todas as situações dessa vida, porto seguro em toda e qualquer situação.

Aos meus familiares que me acompanharam nesse caminho seja através de orações, da presença e momentos de muitas risadas, tornando o mestrado mais leve.

Aos meus amigos que foram meu alicerce e força para chegar até aqui.

À minha orientadora pela paciência, compartilhando experiências de vida e ensinando os caminhos da pesquisa.

Aos museólogos de todo o mundo, que sustentados pelo o que os move, tornem os Museus um espaço de pertencimento, de encontros, trocas de experiência e de afetos.

RESUMO

LOURENÇO, Josiane de Fátima. **O Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG-MG como território de disputas de narrativas museológicas e questões étnico-raciais.**

Orientador: Júlia Nolasco Leitão de Moraes. UNIRIO/MAST. 2024. Dissertação.

Como pesquisadores no âmbito dos museus, temos sido instigados e movidos por debates acerca da participação de sujeitos historicamente subalternizados, sejam negros, indígenas, bem como os públicos em sua diversidade e pluralidade, na construção de representações no âmbito de processos de musealização. Desse modo, é possível verificar uma renovação no modo de apreensão dos museus ao se basearem na representação, no protagonismo, e autorrepresentação desses sujeitos. Porém as práticas no processo de musealização de patrimônios e afirmação de identidades, sobretudo em municípios pequenos e/ou interioranos, ainda são frequentemente impregnadas de estereótipos que inferiorizam tais sujeitos e reproduzem uma lógica eurocêntrica e branca. Assim, nossa pesquisa centra-se na reflexão acerca da sub-representação e protagonismo de sujeitos negros em narrativas museológicas, tomando como objeto de estudo o Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas, MMP-UNIFAL-MG. Nossos objetivos abrangem conexões entre os conceitos de cidade e lugar, abordados em Geografia, evidenciando a cidade de Alfenas e a partir do estudo de caso do MMP-UNIFAL-MG, relacionar questões étnico-raciais em interface com a Museologia. Além disso, investigamos como tem se dado a adesão de sujeitos negros no MMP-UNIFAL-MG através da aplicação de questionários nas atividades “Uma noite no Museu” e o “Museu e a Feira” ofertadas pelo Museu nos finais de semana de sua abertura. Analisamos a transição da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (antiga EFOA) para Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG-MG) explorando os rumos que culminaram na criação do Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG (MMP-UNIFAL-MG). Por fim, propomos reflexões a partir das entrevistas de como se dá a relação dos sujeitos negros com o MMP-UNIFAL-MG.

Palavras-chave: Museu; narrativas museológicas; Alfenas-MG; sujeitos negros; Museu da Memória e do Patrimônio da UNIFAL-MG

ABSTRACT

LOURENÇO, Josiane de Fátima. **The UNIFAL-MG-MG Museum of Memory and Heritage as a territory for disputes over museological narratives and ethnic-racial issues.**

Orientador: Júlia Nolasco Leitão de Moraes. UNIRIO/MAST. 2024. Dissertação.

As researchers in the context of museums, we have been instigated and moved by debates about the participation of historically subordinated subjects, whether black, indigenous, as well as audiences in their diversity and plurality, in the construction of representations within the scope of musealization processes. In this way, it is possible to verify a renewal in the way museums are understood by being based on the representation, protagonism, and self-representation of these subjects. However, practices in the process of museumizing heritage and affirming identities, especially in small and/or rural municipalities, are still often permeated with stereotypes that inferiorize such subjects and reproduce a Eurocentric and white logic. Thus, our research focuses on reflection on the underrepresentation and protagonism of black subjects in museum narratives, taking as the object of study the Museum of Memory and Heritage of the Federal University of Alfenas, MMP-UNIFAL-MG. Our objectives encompass connections between the concepts of city and place, covered in Geography, highlighting the city of Alfenas and, based on the MMP-UNIFAL-MG case study, relating ethnic-racial issues in interface with Museology. Furthermore, we investigated how black subjects have joined the MMP-UNIFAL-MG through the application of questionnaires in the activities “A night at the Museum” and “Museu e a Feira” offered by the Museum on the weekends of its opening. . We analyze the transition from the School of Pharmacy and Dentistry of Alfenas (formerly EFOA) to the Federal University of Alfenas (UNIFAL-MG-MG) exploring the paths that culminated in the creation of the Museum of Memory and Heritage of UNIFAL-MG-MG (MMP-UNIFAL-MG). Finally, reflections based on the interviews, how black subjects relate to MMP-UNIFAL-MG.

Keywords: Museum; museum narratives; Alfenas-MG; black subjects; UNIFAL-MG Museum of Memory and Heritage

SIGLAS E ABREVIATURAS

AMHOR - Acervo de Memória e História do Orgulho LGBTQIA+ no Sul de Minas

CAVANE - Comissão de Aferição de Veracidade de Autodeclaração de Candidatos Negros(as)

CEDOC - Centro de Documentação da UNIFAL-MG

EFOA - Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas

FACEPE - Fundação de Apoio à cultura, ensino, pesquisa e extensão de Alfenas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOM - *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus) - órgão filiado à UNESCO

MHN - Museu de História Natural

MMP-UNIFAL-MG – Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas

MNU - Movimento Negro Unificado

NEABI - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/UNIFAL-MG-MG)

PPG-PMUS - Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio

SIMA - Sistema de Museus e Arquivos

TEN - Teatro Experimental do Negro

UNIFAL-MG-MG - Universidade Federal de Alfenas

UNIFENAS - Universidade Professor Edson Antônio Velano

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

		Pág.
Figura 01	Mapa de localização de Alfenas- MG	12
Figura 02	População e densidade demográfica do município de Alfenas	12
Figura 03	Área territorial do município de Alfenas	13
Figura 04	Fotografias das primeiras construções na cidade de Alfenas- MG, em 1896 e 1920	15
Figura 05	Igreja Matriz de São José e Nossa Senhora das Dor Primeira sede da EFOA (A); Prédio (B) na década de 40 e no momento atual (C)	22
Figura 06	Prédio A - MMP-UNIFAL-MG	24
Figura 07	Matéria sobre a criação do Museu	24
Figura 08	Espaço ciência	26
Figura 09	Museu de História Natural (MHN)	26
Figura 10	Reserva técnica	26
Figura 11	Laboratório de Restauro	27
Figura 12	Planta baixa do 1º piso-prédio A	28
Figura 13	Planta do térreo onde está localizada a exposição “Recortes da EFOA à UNIFAL-MG”	32
Figura 14	Sala 1	34
Figura 15	Sala 2	34
Figura 16	Sala 3	35
Figura 17	Sala 4	35
Figura 18	Cursos da UNIFAL-MG	37
Figura 19	Mulheres dos cursos de farmácia, odontologia e enfermagem nos anos de 1917 à década de 1970	38
Figura 20	Turma da Pharmacia e Odontologia em 1917	39
Figura 21	Cartaz 1 – mês da consciência negra	78
Figura 22	Cartaz 2 – mês da consciência negra	78
Figura 23	Cartaz 3 – mês da consciência negra	79
Figura 24	Cartaz 4 – mês da consciência negra	79
Figura 25	Cartaz 5 – mês da consciência negra	79
Figura 26	Edições da Semana da Consciência Negra	81

LISTA DE GRÁFICOS

		Pág.
Gráfico 01	Registros de batismos de escravos em Alfenas	20
Gráfico 02	Dados obtidos através de questionário online (google forms) - Atividade “Uma noite no Museu” no mês de julho de 2023	45
Gráfico 03	Dados obtidos através de questionário online (google forms) - Atividade “Museu e a Feira” no mês de julho de 2023	45
Gráfico 04	Atividade “Uma noite no Museu” no mês de setembro	46
Gráfico 05	Atividade “Museu e a Feira” no mês de setembro	46
Gráfico 06	Atividade “Uma noite no Museu” no mês de outubro	46
Gráfico 07	Atividade “Museu e a Feira” no mês de outubro	47
Gráfico 08	Atividade “Uma noite no Museu” no mês de novembro	47
Gráfico 09	Atividade “Museu e a Feira” no mês de novembro	47
Gráfico 10	Atividade “Uma noite no Museu” no mês de dezembro	48
Gráfico 11	Atividade “Museu e a Feira” no mês de dezembro	48

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	1
Cap. 1 A INTERCONEXÃO ENTRE GEOGRAFIA, ESPAÇO E MUSEOLOGIA	9
1.1 - Características geográficas e históricas da cidade de Alfenas	11
1.2 - Um breve olhar sobre o Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG-MG	21
1.3 - O Museu como território de disputas: exposição Recortes DA EFOA À UNIFAL-MG	31
1.4 - Identificação de autodeclaração de cor dos públicos na abertura do MMP-UNIFAL-MG nos finais de semana	41
Cap. 2 INCLUSÃO E PROTAGONISMO DE NOVOS SUJEITOS NOS MUSEUS E NA MUSEOLOGIA	50
2.1 – O protagonismo dos públicos e a ampliação da dimensão pública dos museus	53
2.2 - O que os Museus querem nos dizer?	60
2.3 - Memórias e diálogos étnico-raciais nos Museus	64
Cap. 3 A RELEVÂNCIA DE UM MUSEU EM UMA CIDADE DO INTERIOR DE MINAS GERAIS: PERSPECTIVAS A PARTIR DE ENTREVISTAS E CONTRIBUIÇÕES DO NEABI/UNIFAL-MG-MG	71
3.1 - Cotas no Ensino Superior: Uma investigação sobre a implantação na UNIFAL-MG-MG e as experiências no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas NEABI/UNIFAL-MG-MG	73
3.2 - Nas entrelinhas das entrevistas	81
CONCLUSÕES	88
REFERÊNCIAS	93
ANEXOS	98

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Como pesquisadores e pesquisadoras no âmbito dos museus, temos sido instigados e movidos por debates acerca da participação de sujeitos historicamente subalternizados, sejam negros ou indígenas, bem como os públicos em sua diversidade e pluralidade, na construção de representações no âmbito de processos de musealização.

Nas últimas décadas, verifica-se que parte do campo da Museologia vem redirecionando o seu interesse para a construção de um caminho que leva em consideração os saberes e regimes de valor dos públicos em sua diversidade e pluralidade de relações estabelecidas com os museus (MORAES, 2022). Mas em que medida essa discussão, que vem permeando os museus e a Museologia internacional e nacionalmente desde, pelo menos, a década de 1970, vem inspirando as práticas de museus em cidades interioranas do Brasil, distantes de grandes centros e instituições de formação em Museologia?

É possível verificar uma renovação no modo de apreensão dos museus ao se basearem na representação, no protagonismo e autorrepresentação desses sujeitos. Porém as práticas no processo de musealização de patrimônios e afirmação de identidades, sobretudo em municípios pequenos e/ou interioranos, ainda são frequentemente impregnadas de estereótipos que inferiorizam tais sujeitos e reproduzem uma lógica eurocêntrica e branca. Como afirma Passos (2014), a musealização envolve disputas de projetos de memória, de nação, ideológicos, etc.

Lançando o nosso olhar particularmente para sujeitos e identidades negros, historicamente observa-se que não vêm sendo representados nos museus como sujeitos e protagonistas de sua cultura na sociedade brasileira. Ao contrário, as narrativas sobre os negros frequentemente constituem-se a partir de representações simbólicas que os desqualificam no imaginário social, construindo e reafirmando estereótipos à luz de interesses e valores brancos. Tendo em vista esses aspectos, Cunha (2017, p.84) ressalta que:

se fosse necessário definir o perfil identitário dos nossos museus veríamos que os mesmos representam predominantemente o segmento masculino, branco, cristão, abastado, heterossexual e com educação formal baseada em valores ocidentais tradicionais. Mas a sociedade, certamente, é mais ampla que este perfil, e todos precisam vir à tona nesses espaços.

A visão interpretativa do negro¹, a partir do olhar do Outro nos museus, construiu representações que inviabilizaram o reconhecimento desse como sujeito político diverso e plural, estabelecendo uma memória pejorativa com a tentativa de apagamento de sua existência. Verificamos tal realidade a partir das afirmações de Cunha (2003, p. 276) em que

na impossibilidade de exclusão total das referências afro da cultura brasileira, estratégias diversas foram constituídas para dissimulá-las, como, por exemplo, a folclorização e fetichização da cultura de afrodescendentes no contexto da cultura brasileira [...]

O direito à memória e a inserção de patrimônios de sujeitos negros em museus é admitir um itinerário de existência, resistência e resiliência. Conforme Cunha (2017) o direito à memória está inserido nos Direitos Difusos, com o princípio de alcançar todos os indivíduos da nação, coletivamente, sem diferenciação, ainda que não seja requisitado. Assim, é um direito garantido a todos os indivíduos da sociedade.

A luta por tal direito pode ser percebida através da ação do Movimento Liberte o Nosso Sagrado, em que objetos de religiões afro-brasileiras estavam sob tutela do Museu da Polícia Civil no Rio de Janeiro e foram transferidas para o Museu da República, com gestão compartilhada da coleção com os líderes religiosos.²

Neste ponto, Munanga e Gomes (2016, p.181-182) evidenciam o quanto preconceitos são prejudiciais ao reconhecimento de valores distintos aos nossos:

O preconceito é um julgamento negativo e prévio que os membros de uma raça, de uma etnia, de um grupo, de uma religião ou mesmo de indivíduos constroem em relação ao outro. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal inflexibilidade, pois tende a ser mantido a qualquer custo, sem levar em conta os fatos que o contestem. Trata-se do conceito ou opinião formado antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos e a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro.

Lamentavelmente, a cor da pele funciona como regulador e bilhete de entrada em determinados espaços, dentre eles, também nos referimos aos museus. Assim, identifica-se a existência do racismo, e que estamos presos a uma falsa ideia de que

¹ Optamos pelo uso do termo negro baseado no artigo Art. 1º, parágrafo IV da LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

² Mobilização social no Rio de Janeiro para garantir o respeito e dignidade para as religiões de matriz africana enfrentando o racismo religioso e promovendo a valorização de tradições e práticas.

todos os espaços estão acessíveis para todos os sujeitos e que o direito e acesso são para todos.

No que tange especificamente ao racismo, Munanga e Gomes (2016, p.179) afirmam que

o racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor de pele, tipo de cabelo, formato dos olhos e etc. Ele é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira. Exemplo disso são as teorias raciais que serviam para justificar a escravidão no século XIX, a exclusão dos negros e a discriminação racial.

Considera-se que, após disputas no âmbito dos museus para a inserção de novos sujeitos, uma das estratégias utilizadas pelos mesmos como afirmação identitária é a autorrepresentação. Desse modo, Araújo Filho (2017) compreende a autorrepresentação como uma alternativa de participação social que favorece o ponto de vista dos membros ou descendentes das culturas que estão sendo ali representadas. Observa-se assim que a autorrepresentação desses sujeitos seja uma resposta insurgente a inquietações que revelem a urgência de que suas vozes sejam ouvidas, bem como a manifestação de resistência e estabelecimento de novas interpretações a partir dos sujeitos em questão. Porém, é notório que haja uma hierarquia de quem deve e pode falar, de quem não deve e não pode falar. Ou seja, *dever falar e poder falar*, é estar num lugar de privilégio, e o *não dever e não poder falar* aparta o direito de expressão. Logo, quem são os sujeitos que possuem direito legítimo de expressão? Quais são as intenções que estão por trás de legitimar discursos e narrativas?

De fato, invisibilizar ou silenciar é uma forma de reafirmar a deslegitimação. Desse modo, evidenciam-se os desafios e, como consequência, a necessidade urgente de combate ao racismo nas práticas dos museus e na Museologia.

Esta pesquisa parte de inquietações oriundas da verificação de que frequentemente os sujeitos negros nos museus ora são representados como escravizados e compreendidos a partir da perspectiva de um Outro-branco, ora invisibilizados e silenciados como produtores de cultura e conhecimento.

Neste ponto, destaca-se a relevância do “ritual de qualificação”, que proporcionou valiosas contribuições a esta pesquisa e despertou novas perspectivas acerca de sujeitos negros e da Museologia e Patrimônio. Esse momento revelou-se como um divisor de águas na pesquisa. Assim, ressalta-se a importância de uma escolha segura dos membros que irão compor a banca examinadora, reconhecendo o

impacto significativo que essa escolha pode ter no desenvolvimento e na qualidade da pesquisa.

Até o momento da qualificação o nosso objetivo geral para a dissertação era discutir sobre representação e protagonismo de sujeitos negros em narrativas museais a partir da percepção de discentes do Curso de História que atuaram na montagem e tratamento técnico da exposição de longa duração do Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas. Também evidenciamos que os objetivos específicos estavam apoiados nas reflexões sobre protagonismo e representação de sujeitos negros nos museus a partir da abordagem de questões étnico-raciais na interface com a Museologia. Além de compreender como tem-se dado o protagonismo de sujeitos negros nos museus e realizar estudo de público a fim de investigar as percepções de discentes do curso de História da UNIFAL-MG que contribuiu para a construção da exposição permanente do Museu da Memória e Patrimônio desta Universidade sobre as ausências, invisibilidades e preconceitos relacionados a sujeitos negros na construção de narrativa do Museu. Para o estudo de público seria aplicado um roteiro semiestruturado que pode ser encontrado no quadro 3.

Após a qualificação nosso itinerário foi reconduzido para os arranjos necessários e tomou outro caminho. Nesse sentido, o objetivo geral alicerçou-se na reflexão acerca da sub-representação e protagonismo de sujeitos negros em narrativas museológicas, tomando como objeto de estudo o Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas, MMP-UNIFAL-MG. Os objetivos específicos desdobraram-se em: estabelecer conexões entre os conceitos de cidade e lugar, abordados em Geografia, evidenciando a cidade de Alfenas e a partir do estudo de caso do MMP-UNIFAL-MG, relacionar questões étnico-raciais em interface com a Museologia; investigar como tem-se dado a adesão de sujeitos negros no MMP-UNIFAL-MG por meio da aplicação de questionários nas atividades “Uma noite no Museu” e o “Museu e a Feira” ofertadas pelo Museu nos finais de semana de sua abertura; analisar sobre a transição da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (antiga EFOA) para Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG-MG) e os rumos que culminaram na criação do Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG (MMP-UNIFAL-MG); e refletir a partir das entrevistas, como se dá a relação dos sujeitos negros com o MMP-UNIFAL-MG.

O percurso trilhado para o desenvolvimento da presente pesquisa se deu por meio de levantamento bibliográfico sobre museus, museologia, questões étnico-raciais, levantamento documental e fotográfico do MMP-UNIFAL-MG. Adicionalmente, realizou-

se uma análise do plano museológico da instituição e procedeu-se a aplicação de questionário e desenvolvimento de pesquisa de satisfação bem como a elaboração de roteiro estruturado para as entrevistas.

A dissertação estrutura-se assim: no primeiro capítulo aborda-se a dinâmica da cidade de Alfenas, seu contexto sócio-histórico e alguns conceitos aplicados em Geografia. Este contexto é atravessado pela escravização de sujeitos negros e essa percepção é fundamental para compreender como se dá a sua relação com as sujeitas e os sujeitos que a compõem. Além disso, este capítulo se concentra na transição da antiga Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA) para Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Dentro desse contexto, o Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG (MMP-UNIFAL-MG), integrante do Sistema de Museus da UNIFAL-MG (SIMA), atua como um espaço construído a partir da memória da EFOA. Especialmente abordamos sobre a exposição permanente intitulada “Recortes da EFOA a UNIFAL-MG”, que se revela como um território de disputas de narrativas, silenciamento e invisibilidade de sujeitos negros, bem como dos demais cursos ofertados pela Universidade. Este capítulo, portanto, busca lançar luz sobre o Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG-MG, enquanto verifica os aspectos sociais, históricos e acadêmicos que influenciam na identidade da cidade.

Já no capítulo 2 discutimos sobre a inclusão de novos sujeitos no âmbito dos museus e da Museologia, de forma particular os sujeitos negros.

Por fim, no capítulo 3 são apresentadas reflexões acerca da relevância de um Museu de tipologia universitária numa cidade no interior de Minas Gerais, que também é considerada uma cidade universitária, e contadas histórias a partir de perspectivas negras e/ou antirracistas. Para o desenvolvimento deste capítulo foram realizadas entrevistas de modo remoto devido à distância de deslocamento dos entrevistados, por estarem em cidades distintas: Alfenas, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Durante as entrevistas, para além da abordagem sobre o Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG-MG, foram relatadas as experiências do Museu das Resistências, resultado de um projeto de extensão que surgiu a partir da necessidade de dar continuidade à proposta que foi premiada na competição *“Reimagining Museums for Climate Action – RMCA”* em 2020 que impulsionou a equipe a repensar as práticas museais, a partir de inquietações que se referiram a futuros verdes e justiça climática.

Este trabalho caminha com outras pesquisas que vêm denunciando os silenciamentos de determinados segmentos sociais nos museus, tais como os sujeitos negros historicamente subalternizados, bem como a sua sub-representação em narrativas museais.

Considerando esta perspectiva, as práticas museológicas precisam de novos sujeitos para que outras perspectivas culturais sejam manifestadas e representadas nas narrativas.

Um pouco sobre mim...

Antes de prosseguir para os próximos capítulos, julgo necessário discorrer brevemente sobre a minha trajetória...

Cheguei até aqui e não cheguei sozinha. Trago comigo pessoas e histórias que não estão nos livros e nem nos museus, mas são histórias que precisam ser contadas. O itinerário tem início com Maria Lúcia de Jesus Lourenço, minha avó. Uma senhora negra, a mais velha de cinco irmãos, mãe de sete filhos, que residiu em Monte Belo-MG e passou pela viuvez muito cedo. Foi residir no município de Alfenas, com os filhos e sua mãe, aos cuidados de seu irmão Geraldo Inácio que, por sua vez era muito severo e sua esposa. Ao chegarem em Alfenas, passaram por momentos difíceis, onde passaram fome. Ela enfrentou os trabalhos árduos da vida de lavadeira de roupas, carregando bacias pesadas com roupas na cabeça, foi cozinheira em hotel, trabalhou na roça “panhando” café, “arrancando” mandioca, foi empregada doméstica, tudo para educar e criar os filhos em meio às adversidades dessa vida. Pelas condições financeiras que viviam, ensinou os seus filhos a trabalharem desde cedo para conseguirem se sustentar enquanto família e nesse caminho, experienciaram dizeres discriminatórios por parte de alguns patrões que tiveram, tais como: “vai tomar banho e usa um sabonete que você está fedendo”.

Esse itinerário continua com Maria Isabel Lourenço, minha mãe. Mulher, preta, que foi mãe solo e também enfrentou os trabalhos árduos desde sua infância ao lado da minha avó enquanto auxiliar de cozinha em hotel, “panhando” café nas lavouras do município de Alfenas, sendo empregada doméstica sem a devida valorização enquanto trabalhadora, chegando a escutar de uma de suas patroas que “o seu lugar é na beira do fogão”. Após alguns anos, decidiu cursar Pedagogia na UNIFENAS (instituição universitária particular em Alfenas) e com muitos esforços para pagar a mensalidade conseguiu se formar e dar início ao exercício de sua nova profissão que segue com excelência até os dias atuais.

Fui educada e criada por essas duas mulheres fortes, por minhas tias e tios, todos negros. E como dizem aqui na região “deram gente na vida”, são pedagogas, bióloga, lojista, frentista e radiologista. Optei em cursar Geografia na UNIFAL-MG e nunca imaginei que através dela conheceria a Museologia. Durante a graduação em

Geografia, fui voluntária no Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG e nesse período surgiram questionamentos sobre as representações de pessoas negras nos museus, pois na maioria das vezes figuravam como escravizados, complementados por objetos de suplício usados na escravidão. Questionava sobre a existência de outras histórias e narrativas sobre os negros, porque até o momento conhecia somente a história única sobre os negros aprendidas na escola, ou seja, como escravizados. Talvez esses questionamentos e um desconforto tenham sido por não ter conhecido outras versões na historiografia brasileira acerca de pessoas negras.

No decorrer do mestrado fui percebendo as fortes conexões entre a Geografia e a Museologia, principalmente quando se trata de memória, poder, território, territorialidades e disputas e como esses conceitos abordados em Geografia estão diretamente relacionados aos Museus. Esse contexto, nesse momento me faz entender que as reflexões acerca da Geografia e Museologia estão interligadas e em movimento, que a Museologia é atravessada pela Geografia e que o Museu é um espaço permeado por constantes disputas de narrativas, disputas simbólicas e políticas.

CAPÍTULO 1

A INTERCONEXÃO ENTRE GEOGRAFIA, ESPAÇO E MUSEOLOGIA

1 A INTERCONEXÃO ENTRE GEOGRAFIA, ESPAÇO E MUSEOLOGIA

Para o desenvolvimento de nossas reflexões, faz-se necessário a compreensão de alguns conceitos aplicados em Geografia, os quais nos servirão como orientação. Além disso, a compreensão da dinâmica da cidade de Alfenas requer o conhecimento do seu contexto sócio-histórico. Este contexto é atravessado pela escravização de sujeitos negros e essa percepção é fundamental para compreender como se dá a sua relação com as sujeitas e os sujeitos que a compõem.

É comum quando se fala em Geografia as pessoas associarem países e capitais, cidades e Estados, visto que fomos educados particularmente na escola a pensar assim. Não fomos estimulados a pensar na chamada Geografia Física, na Geografia Humana e suas subáreas, tampouco, conceber o espaço geográfico. Constantemente concentramos nossas discussões e atenção no modo em como se dão as relações sociais, em como as culturas subsistem, a importância de acordos entre os países para manter o controle de seus territórios, em como os eventos naturais, geológicos, climáticos, modificam o globo terrestre. No entanto, a discussão sobre o espaço onde ocorrem tais eventos, está numa posição secundária, impactando diretamente em outras formas de compreensão do espaço, acarretando na ausência de discussões contemporâneas, tal como na ausência de críticas a pressupostos estabelecidos. [...] Sempre, e ainda hoje, se discute muito mais sobre a geografia do que o espaço, que é o objeto da ciência geográfica [...]” (SANTOS, 2004, p. 18).

Esse contexto também pode restringir outras formas de compreensão do espaço geográfico, no modo de entender que os fatos que ocorreram nesse espaço no passado são testemunhos, que se refletem na dinâmica do presente e do futuro. Dessa maneira,

O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um *momento* de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas (SANTOS, 2004, p.173).

Tal circunstância pode vir a impactar em outras formas de compreensão do espaço. Posto isto, o espaço pode preservar a memória de eventos que sucederam ao longo do tempo, ser testemunho de mudanças que ocorreram em um determinado lugar. Identifica-se assim que cada lugar possui uma história, que cada território é composto de sujeitas e sujeitos que estão em ininterruptas disputas, sejam elas materiais, políticas, religiosas etc. Santos (2004, p.152) afirma que “o lugar é, antes de tudo, uma porção da face da terra identificada por um nome” [...]. Desse modo, as cidades também

são atravessadas por histórias e disputas, territórios demarcados, bem como territorialidades distintas. Compreende-se, assim, que a cidade também se constitui e perpassa pela história e memória de seus habitantes.

Através do espaço, a história se torna, ela própria, estrutura, estruturada em formas. E tais formas, como formas-conteúdo, influenciam o curso da história, pois elas participam da dialética global da sociedade [...] (SANTOS, 2004, p.189).

Este capítulo se concentra na transição da antiga Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA) para Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Dentro desse contexto, o Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG (MMP-UNIFAL-MG), integrante do Sistema de Museus da UNIFAL-MG (SIMA), atua como um espaço construído a partir da memória da EFOA.

Especialmente, abordaremos sobre a exposição permanente intitulada “Recortes da EFOA a UNIFAL-MG”, que se revela como um território de disputas de narrativas, silenciamento e invisibilidade de sujeitos negros, bem como dos demais cursos ofertados pela Universidade.

A interface da Universidade com o Museu é de interesse, visto que demonstra o distanciamento entre a academia e a memória que fora construída. Isso nos conduz a uma discussão sobre museus universitários e sua contribuição para promover o patrimônio, a história e a memória.

Este capítulo, portanto, busca lançar luz sobre o Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG-MG, enquanto verifica os aspectos sociais, históricos e acadêmicos que influenciam na identidade da cidade.

1.1 Características geográficas e históricas da cidade de Alfenas

O município de Alfenas está localizado no sul do Estado de Minas Gerais nas coordenadas geográficas de latitude 21° 25' 46" Sul e longitude 45° 56' 50" Oeste (Figura 01) com altitude média de 841 m acima do nível do mar. Alfenas está localizada a uma distância de 316 km de São Paulo, exigindo aproximadamente 5 horas de viagem. Do mesmo modo, em relação a Belo Horizonte, o município se encontra a cerca de 342 km, também demandando um tempo de deslocamento de aproximadamente 5 horas. Adicionalmente, no que concerne ao Rio de Janeiro, onde está o Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS) no qual a pesquisadora está inserida, a distância é de 490 km, exigindo um tempo de deslocamento de 7 horas e 30 minutos aproximadamente.

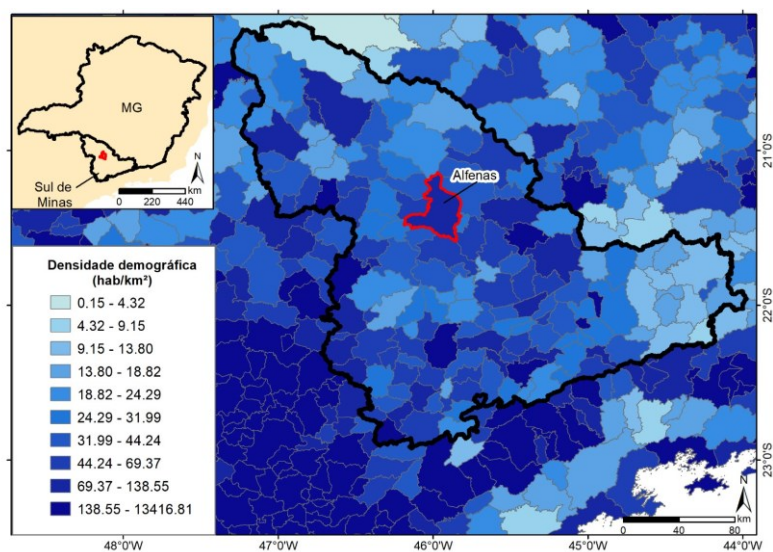
Figura 01. Mapa de localização de Alfenas- MG



Fonte: Elaborado por Tamiris e Analice (2023)

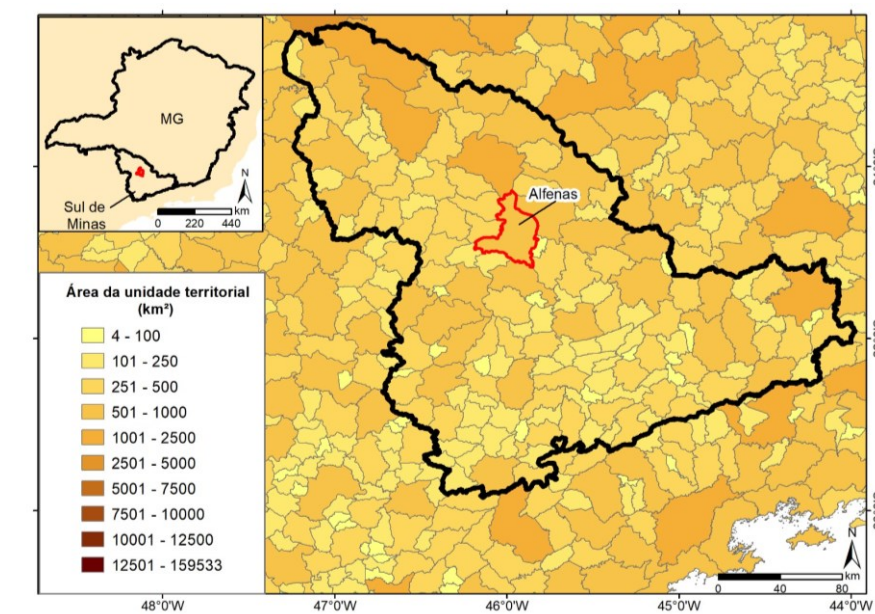
Segundo dados do último censo, 2022, Alfenas possui uma população de 78.970 pessoas, e densidade demográfica de 92,86 hab/km² e área territorial de 850,446 Km² (Figuras 02 e 03) (IBGE, 2022).

Figura 02. População e densidade demográfica do município de Alfenas



Fonte: IBGE, 2022 e elaborado por Thaís Silva (2023)

Figura 03. Área territorial do município de Alfenas



Fonte: IBGE (2022) e elaborado por Thaís Silva (2023)

Entendemos que um município é formado tanto pela área urbana quanto pela área rural. Contudo, nosso estudo se detém na área urbana, e dessa maneira, optamos pelo conceito de cidade para desenvolver as nossas reflexões, sendo este definido mais adiante.

A cidade de Alfenas possui duas universidades, a Universidade Professor Edson Antônio Velano (Unifenas) instituição particular, e a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG-MG), que atualmente dispõe de dois campi localizados respectivamente na região central e periférica. Na região central estão os cursos que compreendem as áreas de ciências humanas, saúde, biológicas, farmacêuticas e exatas. Já na região periférica, são oferecidos alguns cursos pertencentes às áreas da saúde, exatas e humanas. Assim, as transformações em Alfenas “[...] vêm assumindo nas últimas décadas características de uma cidade média, transformando-se em um polo microrregional, com destaque para as funções de saúde e educação [...]” (BRANQUINHO; OLIVEIRA, 2013, p.35).

Neste ponto, enfatizamos o conceito de cidade apresentado por Santos (2008) que certamente contempla o contexto de Alfenas em que:

a cidade reúne um considerável número das chamadas profissões cultas, possibilitando o intercâmbio entre elas, sendo que a criação e a transmissão do conhecimento têm nela lugar privilegiado. Dessa forma, a cidade é um elemento impulsionador do desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas. Diga-se, então, que é a cidade lugar de ebulição permanente (SANTOS, 2008, p.60)

É possível assim identificar que a cidade de Alfenas é demarcada pelos cursos das áreas da saúde, deixando em segundo plano os cursos das demais áreas. Igualmente, não podemos deixar de evidenciar que tais cursos provocam a entrada da população flutuante, ou seja, estudantes que são de outros municípios e ingressam em algum dos cursos ofertados pelas universidades, resultando no aumento da população da cidade temporariamente. Conforme assinalam Branquinho e Oliveira (2013, p. 36), “[...] a cidade também atraiu, como na década de 1980, a instalação de cursos de ensino superior provocando uma crescente entrada de estudantes que chegam a compor dez por cento da população total do município [...]”

A compreensão do funcionamento de uma cidade no presente implica o entendimento de sua dinâmica no passado. Assim, antes de ser denominada de Alfenas, a sua formação administrativa esteve como

Vila Formosa de Alfenas foi a denominação dada à Vila criada por Lei provincial n.º1090, de 7 de outubro de 1860, com território desmembrado dos Municípios de Caldas, Jacuí e Campanha ou somente do Município de Caldas, e instalada em 11 ou 14 de outubro de 1861 (FERREIRA, 1958, p.53). A Lei provincial n.º 1611, de 15 de outubro de 1869, elevou-a à categoria de cidade. Tomou a denominação de Alfenas por Lei provincial n.º 1791, de 23 de setembro de 1871 (FERREIRA, 1958, p.53).

Para o historiador Mário Danielli Neto

[...] Alfenas foi elevada à categoria de cidade somente em 1860, mas as suas origens remontam ao final do século XVIII (1784), quando a primeira sesmaria na região foi concedida ao Alferes José Martins Borralho. Ali se fundou a ermida de Nossa Senhora das Dores em 1799 e em 1801 assentaram-se os alicerces para a elevação da capela de São José, recebendo o nome de Capela de São José e Nossa Senhora das Dores [...] (NETO, 2017, p.6)

Uma das características que também demarcaram Alfenas é que

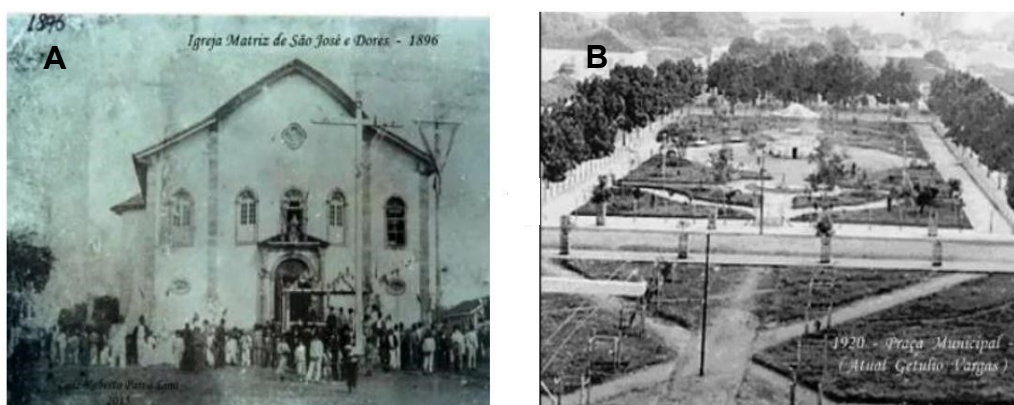
O povo do município, tradicionalmente religioso, festeja São Sebastião, São José e Nossa Senhora da Aparecida. Em outubro, durante a festa de Nossa Senhora do Rosário, constituem grande atração para visitantes de localidades próximas as Congadas que se realizam (FERREIRA, 1958, p.56).

Paralelamente a essas manifestações religiosas, destacamos também as tradicionais folias de Reis, cuja expressividade se evidencia nos meses de dezembro e janeiro. Os integrantes dessas folias visitam as residências urbanas e rurais, portando bandeiras e recitando versos que fazem alusão ao nascimento do menino Jesus.

Importa ressaltar que dois dos tios da autora da dissertação, sendo um deles já falecido integram uma das folias da cidade.

Logo abaixo, demonstramos a Igreja Matriz de São José e Nossa Senhora das Dores e a praça Getúlio Vargas (Figura 04) que estão situadas no centro de Alfenas. É evidente que as mesmas passaram por transformações no decorrer do tempo e nesse sentido, é possível constatar as relações da cidade com os sujeitos que a compunham. Segundo relato de Dona Maria Lúcia de Jesus Lourenço, avó da autora, residente em Alfenas desde 1964: “na igreja os brancos não se sentavam no mesmo banco que os pretos e tinha a praça do branco e dos pretos. “A praça debaixo era dos rico e branco e a praça de cima era do pobre e negro”. “Quando os negros iam na praça dos brancos, eles não gostavam, tinham preconceito. “Os pretos era muito rejeitado pelos branco”. A partir dessa afirmação, ainda é possível constatar atualmente traços de discriminações existente no âmbito social, ou seja, desdobramentos contemporâneos que provêm da escravização de sujeitos negros.

Figura 04. Fotografias das primeiras construções na cidade de Alfenas- MG, em 1896 e 1920



Fonte: LINO (2015)

Recorrendo às características da organização econômica do sul de Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX e de acordo com dados apontados por Neto (2017,p.5)

[...] era basicamente voltada para a produção de gêneros de abastecimento. Algumas poucas propriedades grandes mas que mesclavam juntamente com o açúcar e o café outras produções, como milho, arroz, feijão, gado vacum e suínos [...]

Considera-se ainda que

o município de Alfenas também mantinha ativo o comércio com áreas vizinhas, servindo-se dos rios Sapucaí e Machado. Por meio de barcos de remos, localidades como Passos, Piumhi, Pouso Alegre e Itajubá

recebiam de Alfenas algodão, toucinho, fumo, rapaduras, aguardente e toda sorte de mantimentos; em contrapartida, Alfenas recebia desses municípios principalmente sal e outros gêneros (ALMANACH SUL MINEIRO, 1874, p. 4-5).

Já no que tange ao sistema formal, já dispôs Alfenas “[...] de diversas instituições de ensino, tais como o Colégio de Alfenas, a Escola de Comércio João Leão de Faria e a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas” [...] (FERREIRA, 1958, p.56) que construíram em dada medida uma identidade educacional na cidade e na região.

Não podemos deixar de destacar o fato do Estado de Minas Gerais ter possuído considerável contingente de escravizados e é indispensável o conhecimento de que

No Brasil, os africanos, as africanas e seus descendentes trabalharam em diversas regiões, realizando múltiplas atividades: nos trabalhos domésticos da Casa Grande, nos engenhos de cana-de-açúcar, na mineração, nas atividades tropeiras, na produção da erva-mate, nas plantações de café, como negros de ganho e canto nos espaços urbanos das cidades, entre outras realizadas nos tempos da escravização (SILVA, 2023, p. 151-152).

O fato de Alfenas estar localizada no referido Estado corrobora essa presença de escravizados em suas fazendas, sobremaneira na implantação do café. Mediante tal circunstância, Martins (2013, p. 422) afirma que “[...] as fazendas diversificadas de Alfenas, na fase de implantação da cafeicultura, contaram com escravarias pequenas e médias [...]”

Aqui, cabe salientar nossa opção pela nomenclatura “escravizado”, pois entendemos que essa condição não foi uma decisão livre, mas sim imposta por outros sujeitos. Esta conjuntura ocorreu

Desde o século XVI, nos tempos da colonização portuguesa na América, por mais de trezentos anos, o Brasil e a África estabeleceram relações transatlânticas, por conta do tráfico negreiro, que trouxe a força para as terras tropicais milhões de africanos e africanas, comercializando como “mercadorias” e submetendo ao trabalho compulsório (SILVA, 2023, p. 151).

Assim, no que tange ao termo “escravizado”, concordamos que

As recentes discussões têm demonstrado que a expressão “escravizado” é mais adequada para se referir aos agentes passivos do processo de opressão, por respeitar a humanidade dos agentes passivos desse processo, deixando claro que eles foram submetidos à escravização e não estão submetidos a ela de maneira natural (CARVALHO et al., 2021, p. 112).

Percebemos a necessidade de realizar o resgate histórico através de discussões, no sentido de desconstruir concepções arraigadas sobre a escravidão. Além disso, reconhecer e responsabilizar o opressor nesse processo, são abertas vias de

conscientização histórica, possibilitando uma perspectiva crítica acerca de questões raciais, injustiça, desigualdade e direitos humanos. Assim,

Os estudos que se relacionam ao campo da semântica, no que se refere ao sentido da expressão “escravizado”, têm como objetivo promover um resgate histórico, responsabilizando o opressor pelo processo da escravidão, retirando a ideia de naturalização do processo (CARVALHO et al., 2021, p.112).

Os autores Taille e Santos (2012, p. 8-9) nos apontam que

[...] o vocábulo escravizado modifica a carga semântica e denuncia o processo de violência subjacente à perda da identidade, trazendo à tona um conteúdo de caráter histórico e social atinente à luta pelo poder de pessoas sobre pessoas, além de marcar a arbitrariedade e o abuso da força dos opressores.

Com base nos apontamentos dos autores, entendemos que o termo além de direcionar para as nuances históricas e sociais, ressaltando a luta de poder entre os sujeitos, evidencia o abuso de força por parte dos opressores, salientando a desumanidade do sistema escravista.

Os mesmos autores ainda enfatizam que

Já os usos contemporâneos que têm sido feitos do vocábulo escravizado para se referir à escravidão negra parecem ter como propósito resgatar o contexto e a relação histórico-social referente ao período escravocrata” [...] (TAILLE; SANTOS, 2012, p. 8).

Compreendemos a profunda influência da escravidão na formação, desenvolvimento e funcionamento do Brasil particularmente o período imperial. Ressaltamos que tal influência não se valeu apenas no império brasileiro, mas, de maneira ampla, desdobram-se em outras formas de atuação e manutenção da escravidão no país, como evidenciado pelas condições de trabalho análogas à escravidão em fazendas de café, exemplificadas no caso específico de Minas Gerais. A exploração e o comércio de escravizados não eram apenas elementos periféricos, mas antes elementos que moldaram a própria estrutura do império.

Esta conjuntura histórica possibilita uma via para compreender o caminho trilhado pelo Brasil, destacando as suas dinâmicas sociais, econômicas e políticas. Além disso, possibilita uma reflexão sobre as repercussões contemporâneas em municípios de Minas Gerais que experimentaram uma forte influência de mão de obra escrava. Dessa maneira, [...] “percebe-se que o fluxo de mão de obra escravizada se faz como uma característica estrutural e estruturante do império brasileiro, no qual economia, política e sociedade se relacionavam a partir dela” [...] (MESQUITA, 2020, p. 26).

Não podemos deixar de mencionar a relevância das leis abolicionistas na história social e jurídica, particularmente no contexto da abolição da escravidão no que diz

respeito aos Direitos Humanos. A escravização, por sua natureza, viola a liberdade e dignidade. Em termos de respeito da promoção da igualdade, essas leis desempenham um papel fundamental na construção de sociedades mais justas e inclusivas. Além disso, contribuem para o desenvolvimento de sociedades livres, atuando na transformação das estruturas sociais e econômicas que sustentaram a escravidão.

As leis abolicionistas, tais como a Lei Eusébio de Queiroz³, Lei do Ventre Livre⁴, Lei dos Sexagenários⁵, desempenharam um papel significativo na promoção da justiça social, de modo a corrigir injustiças históricas e reconhecer a importância de cada sujeito político e social. Elas foram cruciais na construção de uma sociedade mais humana, deixando um legado para uma consciência coletiva, pois podem ser consideradas como parte da memória de lutas passadas em prol da justiça e da necessidade de proteger os direitos humanos em todas as suas manifestações. Estas leis, portanto, desempenharam um papel vital na construção de sociedades mais justas, livres e igualitárias representando um avanço significativo na proteção dos direitos humanos e na promoção de valores fundamentais para a convivência pacífica e digna dos sujeitos.

Posto isto, a seguir apresentamos na Tabela 01, os dados que demonstram a população escrava em Alfenas nos anos 1833/35-1885. É possível perceber o aumento progressivo dessa população ao longo do tempo, culminando somente em 1888 com uma redução.

Tabela 01. População escrava de Alfenas (1833/35-1885)

Ano	Número de escravos	Varição % em relação ao ano anterior
1833-35	967	-
1876	4.170	+431,2
1883	5.022	+20,4
1885	4.495	-10,5
1887	1.273	-71,7

Fontes: Para 1833-35, Mapas de população MP-Cx. 05- Doc. 17, Arquivo Público Mineiro. Para 1876, Quadro do Fundo destinado à libertação dos escravos da Província em 1876, in: Revista do Arquivo Público Mineiro, 1979. Para 1883, Monitor Sul-Mineiro, n. 615, de 08/02/1883. Para 1885, Monitor Sul-Mineiro, n. 737, de 01/03/1885. Para 1887, Monitor Sul-Mineiro, n. 849, de 24/04/1887 (escravos matriculados na Coletoria de Alfenas).

³ Promulgada em 1850, proibia o tráfico de escravos, objetivando interromper a entrada de novos cativos no país.

⁴ Decretada em 1871, determinou a liberdade aos filhos de mães escravizadas a partir dessa data.

⁵ Datada de 1885, concedeu a liberdade aos escravizados com mais de 60 anos de idade.

A Tabela 02 demonstra dados relativos ao período de 1855 a 1888 em Alfenas, destacando o tamanho das escravarias, quantidade, o número e o percentual de cativos, bem como fazendas com escravos. Os resultados evidenciam um aumento significativo no tamanho das escravarias, indicando uma correspondente elevação no número de cativos, com exceção dos últimos dados, os quais revelam uma redução no número de cativos, apesar do aumento nas escravarias. Acreditamos que tal redução está relacionada à promulgação da Lei Áurea que aboliu a escravidão no Brasil em 1888, sendo assinada pela princesa Isabel. Contudo é importante destacar que, apesar da libertação dos negros, estes permaneceram vivendo numa sociedade discriminatória e racista, resultando numa marginalização potencializada e não numa emancipação legítima. Portanto, entendemos que Lei Áurea pode ser considerada um marco no encerramento do sistema escravista no país, com profundas implicações que moldaram a sociedade.

Tabela 02. Escravarias nas fazendas de Alfenas (1855-1888)

Tamanho da escravaria	N.	N. cativos	% total cativos	% total fazendas com escravos
1 a 5	17	53	25,5	54,7
6 a 10	7	54	25,9	22,6
11 a 15	5	64	30,8	16,1
16 a 20	2	37	17,8	6,6
Total	31	208	100	100

Fonte: Inventários do Juízo de Órfãos e Ausentes do termo de Alfenas

As implicações que moldaram a sociedade desde a promulgação da Lei Áurea incluem desafios na adaptação à ideia de liberdade vigente, persistência da discriminação e desigualdade racial, situação econômica precária dos sujeitos negros. Nesse sentido, os desdobramentos contemporâneos da escravização abrangem uma gama de questões que estão interconectadas. Estas englobam a desigualdade racial, acesso a oportunidades econômicas, educação, saúde, cultura, consciência histórica e participação política. Portanto, a escravização contemporânea assume outras roupagens em contextos diversos, porém mantém-se alinhada a um padrão comum de desumanização e precarização. Tal ocorrência é particularmente visível nas lavouras de

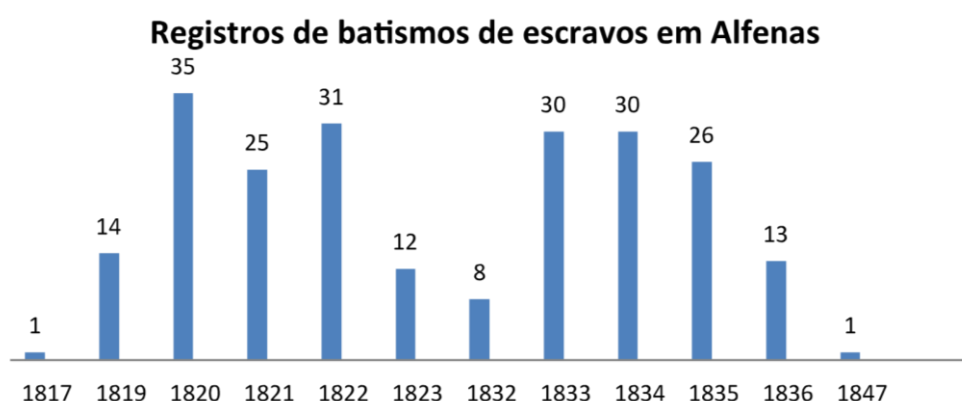
café, uma realidade presente na região de Alfenas, conforme atestado por Raimundo e Vale (2021, p. 323) que afirmam que: “é a partir das contratações de mão de obra oriundas de regiões mais pobres, que se manifestam duas questões problemáticas da cafeicultura no Sul/Sudoeste de Minas: a precarização do trabalho na cafeicultura e o trabalho escravo contemporâneo [...]”.

Neste ponto cabe evidenciar que

mais do que um arranjo espacial com relações de classes herdadas a partir de condições históricas que violam direitos humanos e trabalhistas, o trabalho escravo contemporâneo na cafeicultura sul/sudoeste mineira alimenta os meios de acumulação capitalista integrado à lógica essencial do sistema moderno e atual de muitos estabelecimentos agrícolas e industriais. Combater o trabalho escravo contemporâneo na região e nas demais partes do país fere e interfere interesses econômicos dessa cadeia produtiva [...] (RAIMUNDO; VALE, 2021, p.333).

Além do contexto de trabalho escravo contemporâneo na região de Alfenas apresentadas pelas autoras Raimundo e Vale (2021), Neto (2017) apresenta alguns resultados parciais de coleta de documentos realizada entre 2011 e 2012, acerca da escravidão em Alfenas no século XIX, com base em registros de batismos, casamentos e óbitos de cativos da Paróquia São José e Dorcas (Gráfico 01). No gráfico abaixo percebe-se a variação no número de batizados de escravizados nesses anos.

Gráfico 01. Registros de batismos de escravos em Alfenas



Fonte: Mário Danieli Neto (2017)

A pesquisa do referido historiador demonstra também as origens africanas dos escravos em Alfenas, sendo: “benguelas”, “angolas”, “cabinda”, “congo”, “monjolo”, “mina”, “rebolos”, “cassanje” e “moçambique”.

Tendo por base essas informações, é possível perceber que uma parcela significativa dos habitantes de Alfenas possuem descendentes de origens africanas, que foram escravizados. Desse modo, torna-se inegável a influência marcante da cultura negra na dinâmica da cidade, exercendo impacto direto na constituição identitária e étnico-racial de Alfenas. A compreensão dessa influência histórica é crucial para entender a identidade local.

1.2 Um breve olhar sobre o Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG

Antes de abordarmos sobre o Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG, é imprescindível compreender a transição da EFOA a UNIFAL-MG. É após essa transição que se origina o Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG-MG (MMP-UNIFAL-MG).

Aqui, cabe apresentar como se deu o início da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA) e a transição para UNIFAL-MG, de modo a evidenciar as transformações tanto institucionais quanto na cidade de Alfenas.

Segundo matéria contida no site da UNIFAL-MG, a EFOA teve suas origens em um casarão localizado no centro de Alfenas, na Rua Direita, atual Rua Presidente Artur Bernardes. Devido ao aumento das demandas educacionais e atividades de pesquisa e extensão, começaram a ser construídas novas edificações na Praça Emílio da Silveira, anteriormente conhecida como Praça da Bandeira. Atualmente, esse prédio abriga o Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG e foi a terceira sede da EFOA, adquirido em 1937 (Figura 05).

Figura 05. Primeira sede da EFOA (A); Prédio (B) na década de 40 e no momento atual (C)



Fonte: Plano Museológico MMP (2020)

A EFOA assumiu grande relevância na formação de profissionais que atuaram nas áreas de farmácia e odontologia e possibilitou a Alfenas e demais cidades da região assistência no quesito saúde. Sua história tem início em 1914, com João Leão de Faria,

seu fundador e diretor até 1933, quando renunciou ao cargo por questões políticas (CORRÊA; AVELINO, 2014). Em outras palavras,

Idealizada pelo Farmacêutico João Leão de Faria, natural do Sul de Minas Gerais, a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas foi criada oficialmente no dia 13 de abril de 1914, em uma sessão solene realizada no Clube XV de Novembro, localizado na Praça da Matriz, hoje Praça Getúlio Vargas (CORRÊA; AVELINO, 2014, p. 17)

A transição da EFOA para Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) representou um marco significativo na história da instituição e da cidade, contribuindo de forma expressiva no desenvolvimento do ensino superior. Mas, antes de se tornar UNIFAL-MG, passa a ser Centro Universitário Federal Efoa/Ceufe em 2001. Desta maneira,

Na 662ª reunião da Congregação da EFOA, realizada no dia 2 de julho de 1999, foi divulgada a aprovação do projeto pelo Conselho Nacional de Educação-CNE. A publicação no Diário Oficial da União do ato de transformação da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas em Centro Universitário Federal dependia, na época, somente da homologação da Resolução do CNE pelo Ministro da Educação. Apenas em 2001 a transformação foi efetivada, com a publicação da Portaria MEC Nº 2.101, de 1º de outubro de 2001[...] (CORRÊA; AVELINO, 2014, p. 35)

No que se refere ao cenário brasileiro de ensino superior, centros universitários e universidades, desde 2001 (ano de transformação da EFOA em Centro Universitário Federal Efoa/Ceufe) vêm passando por transformações e desafios com a expansão do ensino superior, programas de ação afirmativa, reforma universitária, expansão da pesquisa científica, protestos e movimentos estudantis dentre outros.

A transição para UNIFAL-MG incluiu outros cursos de graduação e de pós-graduação no quadro da Instituição, o que ampliou o seu alcance social e educacional, consolidando como centro de pesquisa e ensino.

A Lei Nº 11.154 de 29 de Julho de 2005, sancionada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, publicada no Diário Oficial da União do dia 1º de agosto de 2005, transformou a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas - Centro Universitário Federal- Efoa/ Ceufe em Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG (CORRÊA; AVELINO, 2014, p. 41)

O Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas (MMP-UNIFAL-MG) foi criado através da Resolução nº 21 do Conselho Superior em 07 de março de 2009, tendo como primeira diretora a museóloga Luciana Menezes de

Carvalho⁶, uma mulher negra que esteve à sua frente até o ano de 2021. Atualmente no Museu está a diretora Andréa Mollica do Amarante Paffaro e João Francisco Vítório Rodrigues como vice-diretor. No que diz respeito ao quadro de funcionários do museu, inclui-se também a auxiliar administrativa, que neste caso é a autora desta dissertação, e o porteiro, ou seja, quatro funcionários que exercem suas funções a partir de vinculações distintas. É relevante ressaltar que a diretora e o vice-diretor são servidores públicos, enquanto a secretária e o porteiro desempenham suas funções enquanto funcionários terceirizados.

O MMP-UNIFAL-MG possui regimento interno e atualmente é órgão permanente do Sistema de Museus e Arquivos (SIMA) da UNIFAL-MG, criado através da resolução 128/2022 do CONSUNI em dezembro de 2022. Conforme o documento, o Sistema de Museus da UNIFAL-MG-MG será integrado pelo Museu da Memória e Patrimônio (MMP-UNIFAL-MG), o Museu de História Natural (MHN), as unidades museológicas e arquivísticas da Instituição, bem como outras que venham a ser criadas. O órgão coordenará a implantação de políticas, planos, programas e ações voltadas para a custódia, recuperação, preservação, desenvolvimento, ensino, pesquisa e divulgação dos acervos institucionais. Tais informações são obtidas por matéria publicada no site eletrônico da UNIFAL-MG (2023).

O MMP-UNIFAL-MG iniciou suas atividades em 2009, no dia 03 de abril, com a inauguração da exposição “Sobre Muitas Coisas: A Importância do Museu e da Preservação do Patrimônio da UNIFAL-MG”. [...] (CARVALHO, 2020, p. 9)

O Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG, como o próprio nome ajuda a situar, é unidade ligada à Universidade Federal de Alfenas, encontrando-se no centro da cidade, na praça Dr. Emílio Silveira, número 14 (Figura 7). Antes de ser denominado de fato Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas-MMP-UNIFAL-MG, a instituição foi anteriormente designada por outra denominação, o que nos ajuda a compreender a trajetória da ideia que culminou na criação de um Museu.

[...] o Conselho Superior da Universidade optou pela criação de um Centro de Memória, no ano de 1997. Mais adiante foi decidido pelo mesmo Conselho pela criação de um Museu, por meio da Resolução n.018/2007, o museu da instituição denominado de Museu da UNIFAL-MG. Após a contratação da museóloga, foi dado início à implantação

⁶ Museóloga. Atuou como diretora (2011-2021) e museóloga (2008-2021) do Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas-MMP-UNIFAL-MG. Presidenta do Subcomitê Regional do ICOFOM para a América Latina e Caribe e membro do Comitê Internacional do ICOM para a Museologia. Atualmente diretora geral do ICOM Brasil e membro da Museologia Kilombola.

do atual Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas-MMP-UNIFAL-MG, disponibilizando um prédio usado pela Universidade desde a década de 1940, correspondendo ao prédio mais antigo da instituição (CARVALHO, 2020, p.7).

Logo abaixo, encontra-se a foto do prédio onde está situado o Museu (Figura 06).

Figura 06. Prédio A - MMP-UNIFAL-MG



Fonte: Carvalho (2020)

A contratação de uma museóloga ressalta a importância da expertise de um profissional na criação e gestão de instituições museológicas e culturais. Não podemos deixar de evidenciar a relevância histórica e patrimonial do prédio, utilizado desde a década de 1940. Isso sublinha a relevância da preservação não apenas do acervo, mas também do espaço físico que abriga o Museu. A seguir, apresentamos a reportagem (Figura 07) referente ao início do museu.

Figura 07. Matéria sobre a criação do Museu



Fonte: MMP-UNIFAL, 2009

No dia 20 de março de 2009, a Comissão do Museu da UNIFAL-MG-MG votou e aprovou a renomeação para Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas – MMP-UNIFAL-MG. A ideia desse nome era para que ficasse explícito o principal interesse desse museu: a preservação da memória institucional e dos distintos patrimônios e relações de interesse da Universidade Federal de Alfenas (CARVALHO, 2020, p. 9).

O prédio do Museu vive uma situação curiosa, pois abriga também o Espaço Ciência (futuramente será Espaço Ciência & Arte) (Figura 08), o Museu de História Natural (MHN) (Figuras 09), reserva técnica (Figura 10), laboratório de restauro (Figura 11) e o Centro de Documentação da UNIFAL-MG (CEDOC). Ainda, em suas dependências funciona a Fundação de Apoio à cultura, ensino, pesquisa e extensão de Alfenas (FACEPE) e a rádio Federal FM 101,3 MHz.

[...] Ainda não foi realizada uma inauguração oficial desse museu, aguardando uma reforma e adequação de todo o prédio e instalações para abrigar suas reservas técnicas e áreas expositivas da forma mais apropriada; mas tal fato não tem impedido o museu de realizar exposições, eventos e projetos de extensão de forma ininterrupta, até o presente [...] (CARVALHO, 2020, p. 9).

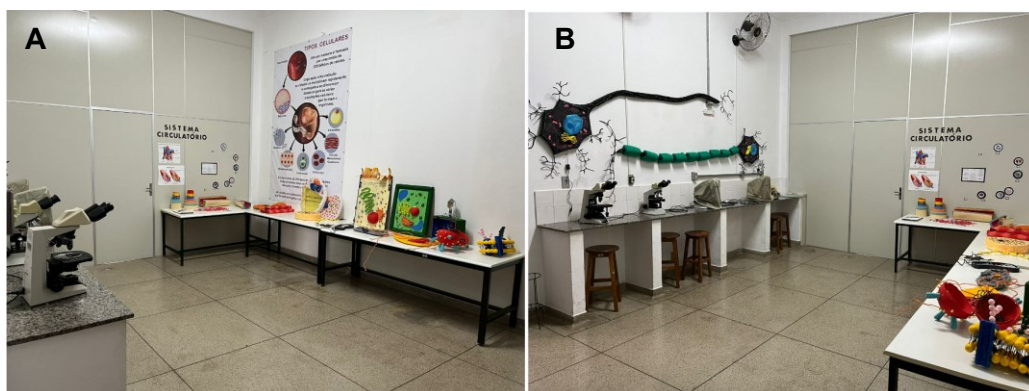
Segundo Luciana Menezes de Carvalho não teve uma inauguração do Museu; o que teve foi a inauguração das exposições, mas de fato não teve uma abertura oficial do Museu ainda. Ele já foi inaugurado, funciona desde abril de 2009, mas um evento para isso nunca foi feito. Foi considerado de que ocorresse essa inauguração mais a frente depois de uma reforma, porém essa reforma não aconteceu.

Nos espaços do Museu é possível perceber que sobressaem acervos relacionados às áreas biológicas e ciências da Terra. Isso, em dada medida, legitima a invisibilidade das áreas de ciências humanas, que também constituem o quadro da instituição, incitando, assim, a invisibilidade acerca da(s) memória(s) e patrimônio(s) de outros cursos e sujeitos. Diante dessa configuração, questiona-se: quais são as funções que o tornam um Museu? Seria pelos seus acervos/coleções? Ou pelo estímulo ao conhecimento e à pesquisa? Ele é efetivamente funcional? Como um museu denominado de memória e patrimônio não fomenta o debate em seus espaços sobre essas questões atualmente?

Desde a saída da museóloga, a Instituição não dispõe de um profissional de museologia, e a atual direção e vice direção possuem formação nas áreas biológicas. Acreditamos que esse fato tem influência direta na ausência de debates relacionados à memória e patrimônio, museu e museologia. Verifica-se, assim, que o Museu ocupa um

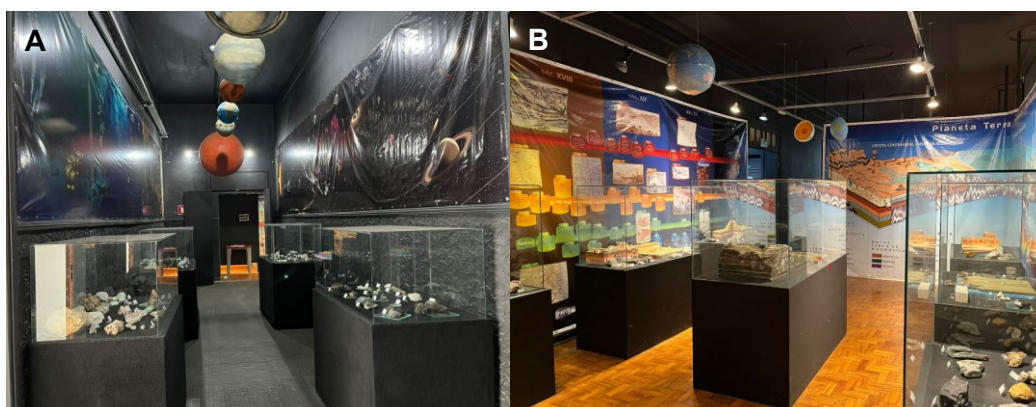
grande edifício que abriga diferentes acervos, mas não há uma política museológica coesa para a gestão da unidade como instituição única.

Figura 08. Espaço ciência



Fonte: MMP-UNIFAL-MG, 2023

Figura 09. Museu de História Natural (MHN)



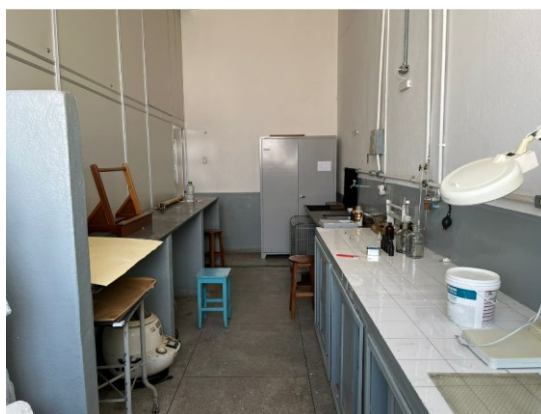
Fonte: MMP-UNIFAL-MG, 2023

Figura 10. Reserva técnica



Fonte: MMP-UNIFAL-MG, 2023

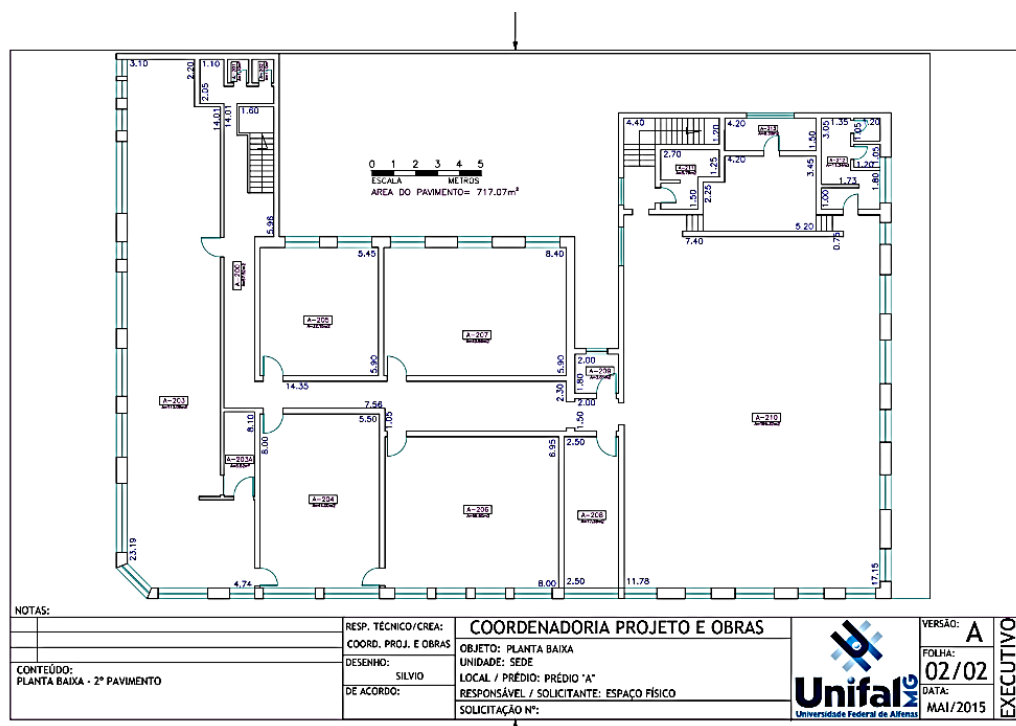
Figura 11. Laboratório de Restauro



Fonte: MMP-UNIFAL-MG, 2023

O funcionamento administrativo, as exposições permanentes vinculadas às áreas biológicas e ciências da Terra, juntamente com a Reserva Técnica e salas de aula, estão localizados no primeiro piso do prédio A (Figura 12) conforme é possível observar na planta baixa. O espaço Ciência juntamente com a primeira sala de aula encontram-se na sala A-203, enquanto a Reserva Técnica ocupa as salas A-204 e 206. A secretaria está situada na sala A-205, a segunda sala de aula encontra-se na sala A-207, e o Museu de História Natural ocupa o corredor que conecta os espaços físicos das salas A-208 e A-2010. Importante ressaltar que a sala A-208 desempenha a função de Reserva técnica específica do referido Museu. Nesse contexto, torna-se evidente a ausência de um ordenamento coerente dos espaços no que concerne à separação entre as seções biológicas e aquelas dedicadas à memória, ao patrimônio e à história.

Figura 12. Planta baixa do 1º piso-prédio A



Fonte: MMP-UNIFAL-MG, 2015

Não podemos deixar de evidenciar quanto à importância da acessibilidade para os públicos que visitam os museus, o Espaço Ciência e Reserva Técnica, pois não é apenas uma questão de conformidade com regulamentações, mas uma expressão tangível do compromisso com os direitos humanos e com a diversidade. É possível perceber, através do plano museológico (2020), as carências do prédio no que diz respeito sobre acessibilidade, onde o espaço em que está localizado o Museu não é adaptado para uma instituição museal e cultural. Sendo assim, uma das metas dispostas no plano museológico é a elaboração de um projeto arquitetônico para o prédio adequando o espaço para atividades culturais e às normas de acessibilidade contidas na legislação. Aqui cabe ressaltar a Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e enfatizar que já ocorreram episódios em que estudantes em cadeiras de rodas foram levados nos braços de funcionários do Museu ou dos próprios professores, devido ao fato de tais espaços estarem situados no primeiro piso do prédio, como dito anteriormente, e que o Museu não dispõe de elevadores, sendo necessário o uso de duas levas de escadas.

No contexto em questão é pertinente mencionar que foi aprovada e destinada recentemente pelo MEC uma verba para a reforma da fachada externa e interna do prédio. Tal decisão foi motivada por um incidente ocorrido no ano de 2022, no qual parte

da fachada externa desabou sobre uma senhora. Durante a referida reforma, existe a possibilidade de que o Museu venha a ser fechado temporariamente, acarretando impactos significativos nas atividades desenvolvidas. Esta circunstância tende a afetar especialmente os atendimentos escolares, eventos e as atividades dos finais de semana⁷.

No que diz respeito ao envolvimento dos estudantes universitários nos projetos de extensão do Museu, sobremaneira estão presentes estudantes dos cursos de Geografia, História, Biologia, Biomedicina, Farmácia e Odontologia. Os referidos projetos recebem visitas semanais de estudantes provenientes de Institutos Federais, bem como de escolas públicas e particulares de Alfenas e região. Chama atenção a ausência de estudantes de Pedagogia, Ciências Sociais, Turismo, Teatro, entre outras formações que poderiam ter no museu um espaço rico como laboratório de ensino e aprendizagem.

Para compreender os projetos em andamento no museu, apresentamos os exemplos: "Museu de cada um, patrimônios de todos nós: brincando de construir ideias sobre Museus e Patrimônios no Sul de Minas Gerais" e o "Planejando o Museu da UNIFAL-MG: a relação dos discentes com o Patrimônio e a Memória da UNIFAL-MG. Essas iniciativas integram o programa de extensão "Museus e Patrimônios: Experiências da UNIFAL-MG". Vale ressaltar, também, as atividades "Uma Noite no Museu" e o "Museu e a Feira". Dessa maneira,

no caso da UNIFAL-MG, ações de extensão voltadas para os museus e patrimônios têm sido realizadas desde 2008, por meio de cursos de capacitação (Oficinas de Educação em Museus, Elaboração de Projetos Museológicos, Expografia, entre outras; Curso de Introdução aos Museus e à Museologia); eventos (doze edições da Semana Nacional de Museus na UNIFAL-MG e seis edições da Primavera dos Museus) [...] (CARVALHO, 2020, p.10).

Atualmente, de segunda a sexta-feira, o Museu encontra-se aberto para visitação escolar mediante agendamento prévio. Durante esse período, os sujeitos que, porventura, manifestem o interesse de visitar o Museu podem se integrar às visitas já agendadas. Uma vez ao mês, o Museu é aberto a todos os públicos. Esta ação se destaca pela programação composta por palestras e atividades realizadas durante

⁷ Em um final de semana de cada mês, o Museu é aberto a todos os públicos, com as atividades "Uma noite no Museu" no sábado e o "Museu e a Feira" no domingo. Além das visitas às exposições permanentes, essas atividades incluem palestras abordando temas variados, ocasionalmente acompanhadas por exposições. Atualmente, as palestras são realizadas aos sábados, e aos domingos, uma atividade correlacionada a palestra do dia anterior é desenvolvida.

“Uma noite no Museu” no sábado, e o “Museu e a Feira” no domingo. Além disso, permite visitas às exposições permanentes do Museu de História Natural e Espaço Ciência em ambos os dias. Tal ação mensal demonstra a relevância do Museu investir na interação com a comunidade. Através de visitas e ações educativas-culturais, o museu se posiciona como um espaço de conhecimento acadêmico de interação com a comunidade. Este enfoque, estendido aos finais de semana, possibilita uma oportunidade para aqueles que têm compromissos profissionais durante a semana. Como auxílio para as atividades aos finais de semana de cada mês, a rádio funciona como veículo de divulgação das atividades que são ofertadas nos finais de semana de abertura do Museu. Ademais, desempenha um papel fundamental na manutenção da relação entre comunidade e instituição museológica, estimulando a difusão do conhecimento.

Para além da configuração apresentada, cabe também destacar a constituição do acervo museológico. No que concerne à seleção, catalogação e documentação dos objetos do acervo utilizado nos cursos de Farmácia e Odontologia nas décadas de 1940 a 1990, o professor Amon Sérgio Vieira, integrante do corpo docente do curso de Farmácia, desempenhou um papel fundamental em sua iniciativa. Este processo teve início através da aplicação de etiquetas numeradas fornecidas pelo Museu da UNIFAL-MG. Nesse contexto, foi elaborada uma lista que associava o número do museu à descrição de cada objeto, aproximando-se àquilo que, na Museologia, é conhecido como inventário, ainda que de modo simplificado. É importante salientar que determinados objetos já possuíam um número de patrimônio institucional, uma vez que pertenciam à EFOA/UNIFAL-MG (CARVALHO, 2020).

O MMP-UNIFAL-MG tem atuado “[...] nas ações de salvaguarda de coleções de instrumentos científicos, principalmente dos cursos mais antigos da instituição, como os cursos de Farmácia e Odontologia; além de objetos administrativos [...]” (CARVALHO, 2020, p. 9). O Museu não possui uma comissão de aquisição e descarte de acervo, bem como uma política de aquisição. Tais ausências podem impactar significativamente a gestão e o desenvolvimento do acervo, representando uma lacuna na estrutura e gestão do museu. Fora isso, a ausência de uma política de aquisição pode abrir brecha para personalismos na conformação de coleções, bem como distanciar os objetivos do museu às demandas da população de Alfenas.

1.3 O Museu como território de disputas: exposição “Recortes da EFOA À UNIFAL-MG”

Compreendemos que o MMP-UNIFAL-MG e a museologia são territórios de disputas e destacamos a necessidade de questionar e transformar as práticas que contribuem para a invisibilidade das narrativas negras neste cenário. Isso não apenas enriquece a experiência museológica, mas também promove uma compreensão mais abrangente e justa da história e cultura negra. A invisibilidade de narrativas periféricas, subalternizadas ou historicamente silenciadas no museu é uma questão complexa que reflete e perpetua desigualdades sociais e históricas. Entendemos que alguns aspectos devem ser considerados no contexto do MMP-UNIFAL-MG, os quais o configuram como território de disputas e inclinado à invisibilidade de narrativas negras, em decorrência predominante da perspectiva de cidade provinciana de Minas Gerais e da composição de dirigentes do museu.

A coleção e exposição do MMP-UNIFAL-MG podem refletir preconceitos e discriminações da sociedade alfenense, resultando na exclusão de elementos significativos relacionados à experiência da cultura negra, bem como as suas tecnologias, além de perpetuar estereótipos negativos. A falta de diversidade entre os profissionais do museu contribui para essa problemática. A ausência de vozes histórica e socialmente marginalizadas na tomada de decisões pode resultar na falta de sensibilidade e compreensão em relação às experiências de sujeitos negros. Nesse contexto, propõe-se uma revisão abrangente de políticas museológicas, englobando a contratação de profissionais diversos e a promoção de uma curadoria compartilhada com os grupos sociais a serem representados.

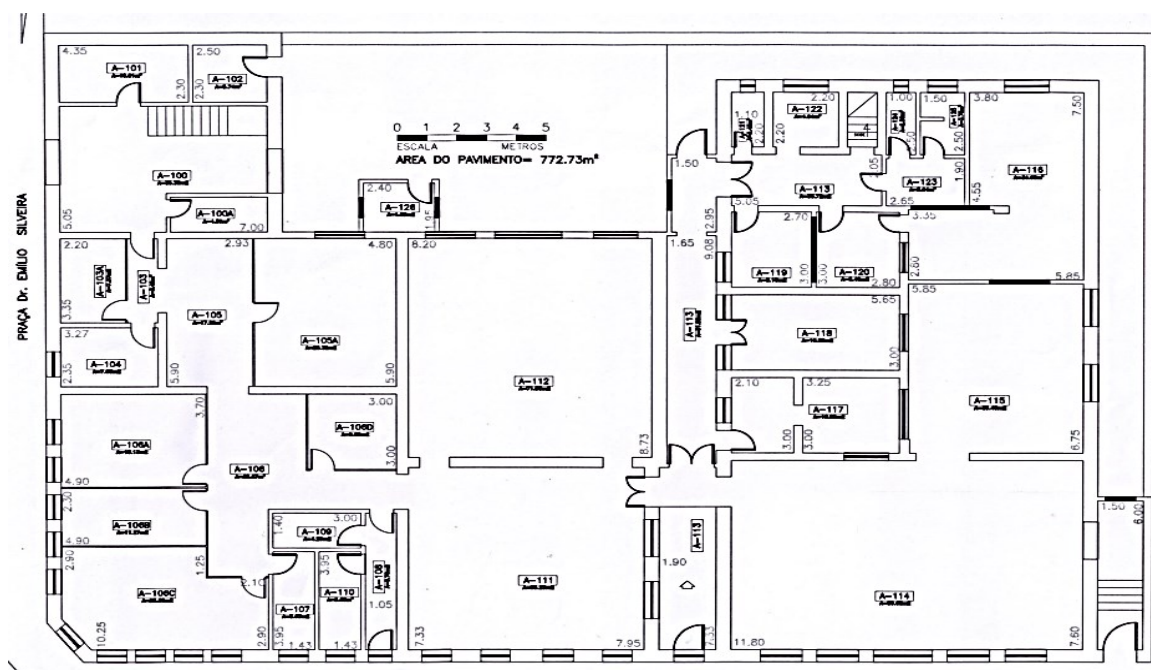
A partir do interesse do Museu quanto à preservação celebratória e acrítica da memória institucional universitária, torna-se evidente a ausência de preservação da memória referente aos cursos oferecidos pela Universidade, para além de Farmácia e Odontologia. Além disso, observa-se a invisibilidade de sujeitas e sujeitos negros e a ausência de narrativas negras. Esta lacuna está diretamente atrelada ao fato de uma memória instituída pelos sujeitos que integraram os cursos que deram origem à EFOA.

Conforme mencionado anteriormente, em seu início, na EFOA foi implantado os cursos de Farmácia e Odontologia na modalidade bacharelado e essa marca é bem presente, mesmo após ter se tornado UNIFAL-MG em 2005. A centralidade dos cursos de Odontologia e Farmácia na configuração do que hoje constitui a UNIFAL-MG pode ser nitidamente percebida no museu a partir da exposição permanente, intitulada “Recortes da EFOA à UNIFAL-MG”.

A seguir, apresentam-se os espaços da exposição permanente. Importa ressaltar que, até o momento, a exposição não foi inaugurada, encontrando-se em fase de revisões dos objetos a serem expostos. Além disso, estão em andamento ajustes na ambientação, incluindo mudanças na cor da parede, instalação de moldura distintiva e a adequação da altura dos quadros que compõe a galeria dos dirigentes, atendendo a solicitações do reitor.

Abaixo a Figura 13 demonstra a proporção da exposição, onde as salas estão situadas. Assim, o seu início se dá na sala A-100-A e abrange os demais espaços exceto A-117 e A-119 que são banheiros masculino e feminino, respectivamente.

Figura 13. Planta do térreo onde está localizada a exposição “Recortes da EFOA à UNIFAL-MG”



Fonte: MMP-UNIFAL (2019)

É possível verificar que existe uma memória já instituída na narrativa da exposição, mas a nossa intenção não é desconstruir essa memória, até porque não detemos esse poder, mas sim, perceber outras perspectivas a partir de outros sujeitos, notadamente as sujeitas negras e os sujeitos negros.

Acreditamos que o espaço pode ser usado, percebido e vivenciado de diferentes formas, por meio dos objetos que o compõem e pelas relações sociais que se dão sobre ele, de modo a evidenciar as suas potencialidades enquanto um produto da sociedade. Assim,

o espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre eles especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais (SANTOS, 2008, p.78)

O Museu, compreendido como um espaço que pode ou não gerar um pertencimento, pode ser também percebido como um território de disputas de memórias, ou seja, memórias de sujeitos que podem ser evidenciadas, serem testemunhas ou silenciadas e até mesmo invisibilizadas. Assim, as memórias instituídas no museu o constituem enquanto um espaço construído. Tanto o museu quanto o espaço são testemunhos da memória de sujeitos, momentos e processos históricos específicos, quanto os processos que ocorreram na paisagem. Dessa forma reafirmamos que

o espaço, portanto, é um testemunho; ele testemunha um *momento* de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim, o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas (SANTOS, 2004, p.173).

A exposição foi organizada no térreo do prédio A, o que é benéfico em termos de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, como pessoas em cadeira de rodas e pessoas com carrinho de bebê. O primeiro espaço expositivo (Figura 14) destina-se à contextualização histórica, delineada através da apresentação cronológica da cidade de Alfenas, das instalações da EFOA até a transição desta para UNIFAL-MG e objetos que compuseram o início da EFOA dentre os quais destacam-se: atas de federalização e fundação, envelopes comemorativos de 80 e 90 anos da EFOA, troféu de homenagem centenário da EFOA, placa do primeiro carro oficial da EFOA/UNIFAL-MG, carimbo em alto-relevo com o brasão da República e placa de homenagem Assembleia-MG.

Figura 14. Sala 1



Fonte: Lourenço (2023)

Em seguida, segue a seção (Figura 15) em que podem ser encontrados quadros de turmas de alunos de farmácia e odontologia, carteirinha de estudante, flâmula da EFOA, convite para baile de calouros, jornal tribuna acadêmica, certificado de matrícula, diploma de formatura EFOA e sala de espera original da terceira sede da EFOA.

Figura 15. Sala 2



Fonte: Lourenço (2023)

O terceiro espaço (Figura 16) destina-se aos objetos usados nos cursos de farmácia e odontologia e forno de reverbero. Por fim, mostruários de uma farmácia e de aperfeiçoamento de clínicas odontológicas (Figuras 24, 25, 26, 27 e 28).

Figura 16. Sala 3



Fonte: Lourenço (2023)

Figura 17. Sala 4



Fonte: Lourenço (2023)

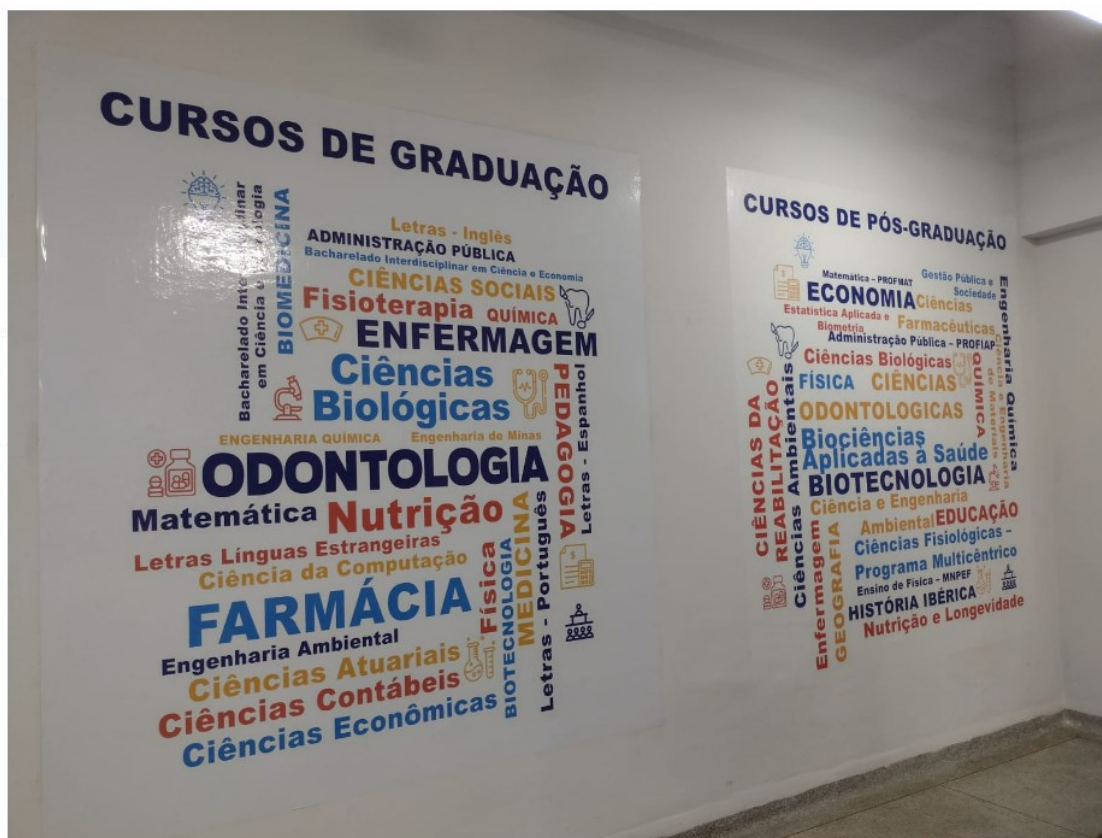
É indispensável refletir sobre o posicionamento do museu enquanto Instituição e promoção de ações no que tange aos debates e questões étnico-raciais, tanto para os discentes quanto para a comunidade externa, pois acreditamos que tais ações podem impactar diretamente no museu, na representatividade, representação e atuação de sujeitas e sujeitos negros.

No itinerário da exposição é possível verificar que a presença de sujeitas negras e sujeitos negros é mínima, podendo ser percebida somente nas fotos - que por sinal são poucas. De fato, tal contexto pode ser considerado como termômetro, uma vez que valores sociais e epistêmicos já estão determinados e instituídos. Isso sugere que a representatividade ainda não está amparada na atual diversidade de cursos, tampouco na inserção desses sujeitos na Universidade nem na promoção de debates étnico-raciais e antirracistas nos espaços da exposição.

A figura abaixo (Figura 18) demonstra os cursos da UNIFAL-MG e é parte da exposição - momento singular da exposição em que são mencionados os demais cursos da Instituição. A inclusão dos mesmos na narrativa da exposição vai de acordo com a proposta do museu que é “[...] celebrar a memória de uma importante instituição de ensino superior brasileira, e de seus cursos, sejam os oriundos da década de 1910 ou os mais recentes deste século XXI” (CARVALHO, 2020, p.10). Porém, através do discurso expositivo, que desempenha um papel determinante na comunicação com os públicos, é possível perceber a hierarquia dos cursos, notando-se a ênfase e a disposição dos mesmos na área da saúde. Observa-se uma variação nas representações gráficas, manifestada pelo uso de escritas distintas, ou seja, com letras de maiores dimensões, sob a possível motivação de serem mais antigos e tradicionais. No contexto do conhecimento institucional, as cores azul escuro e clara, são usadas na logomarca da Universidade, ou seja, em sua identidade visual, nas instalações físicas e no mobiliário das salas de aula - carteiras e cadeiras. É possível perceber que determinados cursos destacados no banner têm essa cor, em sua maioria cursos ligados à área da saúde.

Percebemos também o jogo de cores destinadas a outros cursos e tamanhos das fontes utilizadas para representá-los, sugerindo uma intencional diferenciação. De fato, a opção por tal configuração no banner pode ter sido pelo ano de criação dos cursos ou enfatizar os cursos devido ao prestígio social que os configuram numa cidade que está situada no interior de Minas Gerais. Ressaltamos que esses cursos são ofertados no período diurno, restringindo assim o acesso a sujeitos que trabalham no decorrer do dia, por exemplo.

Figura 18. Cursos da UNIFAL-MG



Fonte: MMP-UNIFAL-MG, 2023

Para além disso, também verifica-se o baixo quantitativo de mulheres representadas nas fotografias que constituem a exposição. Acreditamos que existam alguns fatores que condicionaram a ausência de mulheres nos cursos da EFOA.⁸ Um desses fatores é o fato do município de Alfenas estar distante de capitais e grandes centros, como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, o que restringe a vinda de tais mulheres para cursar faculdade, já que as da região sequer poderiam sonhar com tal grandeza. Além disso, as estudantes estão inseridas em um contexto de cidade do interior com fortes traços de branquitude, machismo e sexismo. Não podemos deixar de assinalar que as suas características nas fotos tais como os seus cortes de cabelo, assemelham-se aos cortes masculinos. Nesse ponto, acreditamos que seja uma tentativa de apagamento, tanto na EFOA quanto na sociedade alfenense, que as iguala em seus traços físicos, mas não se igualam em direitos e reconhecimento enquanto profissionais.

⁸ Essa percepção é fruto de uma reflexão que está sendo desenvolvida pela pesquisadora.

Na foto abaixo (Figura 19), que compõe uma das lonas da exposição, encontra-se algumas mulheres dos cursos de farmácia, odontologia e enfermagem nos anos de 1917 até a década de 1970.

Figura 19. Mulheres dos cursos de farmácia, odontologia e enfermagem nos anos de 1917 à década de 1970



Fonte: MMP-UNIFAL-MG, 2023

Em fotografia datada de 1917 é possível identificar que somente cinco mulheres de um total de 17 estudantes retratados compõem a turma de Farmácia e Odontologia, mas, quem são essas mulheres? De qual cidade são? Por que não existem mulheres negras? Onde essas mulheres estariam? A notável ausência de pessoas negras na fotografia (Figura 20) nos leva à indagação se seria um erro estarem em cursos que em sua maioria são compostos por sujeitas e sujeitos brancos, ou seria um erro do sistema educacional e social que historicamente restringiu as minorias, de participarem de instituições educacionais?

Figura 20. Turma da Pharmacia e Odontologia em 1917



Fonte: MMP-UNIFAL-MG, 2023

Considerando a necessidade de outros olhares especialmente no que concerne às experiências de sujeitas e sujeitos negros, acredita-se que a história que foi construída e disseminada não é possível de ser apagada e nem esgotada, mas assegura perspectivas de outros sujeitos sobre os fatos. É importante evidenciar que a compreensão do todo é o fio condutor para que outras visões de mundo, perspectivas outras sejam possíveis, uma vez que, se enfatizamos apenas grupos isolados, fatos específicos, categorias, posições hierárquicas, corremos o risco de uma análise incoerente. Desta maneira,

no Brasil contemporâneo, as narrativas coloniais ancoradas no paradigma tradicional e eurocêntrico exaltaram aos “grandes heróis” do panteão da História nacional e consagraram a princesa Isabel como “heroína” do povo negro liberto, ao assinar a Lei Áurea, em 1888 (SILVA, 2023, p.146).

Tal circunstância é igualmente aplicável em narrativas museológicas onde a representação abrangente da História, ao invés de se concentrar em fatos isolados,

pode proporcionar o entendimento de diferentes cosmovisões. Assim, o levantamento realizado por Santos (2022) acerca dos museus afro-brasileiros revela características de instituições criadas “para” os negros e as criadas “pelos” negros. A primeira é alicerçada na retórica da modernidade, no eurocentrismo, no colonialismo e racismo e expõe narrativas historiográficas que mantêm os negros como escravizados e na condição de cativos, com objetos de suplício e castigo. Sem passado antes da escravização e sem futuro pós-abolição, sua existência está na variabilidade entre o mito da democracia racial e a inexistência de identidades raciais no Brasil. A segunda, feita pelos negros, apresenta novas fontes, personagens, inflexões, conceitos e práticas que reconhecem o direito à memória de povos discriminados historicamente e a entrada de agentes sociais que pertencem ao movimento negro. Neste ponto, Gonzalez (2020) evidencia a novidade trazida pelo Movimento Negro Unificado (MNU) que de fato ele reconhece os problemas relacionados às relações harmoniosas ou conflituosas entre as partes de um sistema, sua articulação com as relações harmoniosas ou conflituosas entre os atores e os efeitos dessa articulação sobre a população negra. É esse reconhecimento que diferencia o Movimento Negro Unificado da Frente Negra Brasileira (FNB) e do Teatro Experimental do Negro (TEN), cuja principal preocupação está com os problemas de integração racial. O MNU articula problemas de raça e classe como sua principal preocupação.

Seguindo os passos do MNU, reconhecer e visibilizar o dia da Consciência Negra em todos os âmbitos sociais, culturais e especificamente nos museus, é fundamental, dada a importância da reflexão acerca da contribuição histórica, cultural e social dos sujeitos negros, além de abordar questões relacionadas à discriminação racial e a busca por isonomia.

Desde a década de 1970, ativistas negros e negras do movimento negro têm dado visibilidade ao 20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra, na História do Brasil. Essa data é um marco na História de resistência de lutas do povo negro em prol da liberdade, contra o racismo e as injustiças sociais e raciais (SILVA, 2023, p.1).

Desta maneira, apoiados na abordagem de Gonzalez (2020) e Silva (2023) acerca da atuação do MNU, entendemos que as suas ações vão ao encontro da Museologia, proporcionando uma abordagem mais justa e autêntica da história e cultura dos sujeitos negros que vão além de sub-representações nas instituições museológicas. Essa colaboração contribui diretamente para a construção de uma narrativa mais abrangente e representativa a partir desses sujeitos.

Considerando as características dos museus afro-brasileiros ressaltadas por Santos (2022) criadas “para” os negros e as criadas “pelos” negros, é possível verificar o movimento significativo que vem ocorrendo no âmbito museológico em que os sujeitos negros estão transcendendo o lugar historicamente designado à sub-representação. Este movimento evidencia um reconhecimento crescente de que tais sujeitos não têm apenas direito à memória, mas também o direito de expressar suas próprias vozes, serem reconhecidos em sua singularidade e na luta contra o racismo. Este avanço representa uma mudança nas práticas museológicas e na representação histórica, desafiando e superando narrativas tradicionais que marginalizaram e negligenciaram as contribuições e experiências dos sujeitos negros. Desse modo destacamos, conforme nos atesta Gonzalez (2020) que o racismo enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas, foi reforçado e perpetuado após a abolição da escravidão, na medida em que favoreceu e favorece determinados interesses.

A emergência da perspectiva mais “inclusiva” nos museus pode ser considerada o início para a reparação das desigualdades históricas, reconhecendo a necessidade de proporcionar um espaço que legitime a sua história, cultura e identidade.

1.4 Identificação de autodeclaração de cor dos públicos na abertura do MMP-UNIFAL-MG nos finais de semana

A ausência de representação e narrativas negras na exposição provoca-nos a questionar de que maneira isso manifesta-se junto ao público visitante, bem como ao quadro de funcionários do museu. Importante ressaltar que o quadro de funcionários do museu é composto por quatro sujeitos que desempenham as funções: diretora, vice-diretor, auxiliar administrativo e porteiro. Nota-se que as funções de auxiliar administrativo e porteiro são ocupadas por sujeitos negros, enquanto as funções de diretora e vice-diretor são ocupadas, respectivamente, por sujeitos pardos e brancos⁹. Esse contexto é significativo, pois representa metade das funções ocupadas por sujeitos negros; no entanto, a hierarquia nas tomadas de decisões e vínculos institucionais são fragilizados, uma vez que estes não ocupam cargos de liderança decisória. Desse modo, vemos a necessidade de uma análise crítica acerca da representatividade e diversidade dentro do museu. Este contexto levanta questionamentos pertinentes sobre a inclusão e isonomia no âmbito museológico, fatores que desempenham um papel

⁹ A heteroidentificação é fruto de minha percepção enquanto pesquisadora.

importante na construção de uma perspectiva mais ampla e justa na apresentação histórica e cultural.

Neste sentido, buscamos identificar como os públicos que frequentam o Museu em sua abertura no final de semana de cada mês se autodeclaram na variável cor. O instrumento utilizado para coleta dos dados foi a aplicação de questionário pelos estagiários e funcionários do Museu nas atividades “Uma noite no Museu” e o “Museu e a Feira”, realizadas uma vez ao mês no final de semana.

Além da elaboração do questionário, desenvolvemos também uma pesquisa de satisfação. Inicialmente, essa pesquisa abrangia somente os espaços denominados de Espaço Ciência e Museu de História Natural, compostos por exposições permanentes abertas aos públicos. No entanto, identificou-se a necessidade de reformulação da pesquisa, englobando todos os espaços do Museu, evitando assim restringir as repostas dos públicos aos espaços delimitados na pesquisa de satisfação anterior.

Aqui cabe dizer que a exposição “Recortes da EFOA à UNIFAL-MG não está entre as opções de espaços por não ter sido inaugurada ainda, devido às mudanças solicitadas pelo reitor da Universidade. Cabe evidenciar que desde a primeira aplicação da pesquisa de satisfação, optamos pela forma impressa. As perguntas que compuseram a pesquisa foram: qual espaço a pessoa mais gostou, sendo Museu de História Natural ou Macrocélula? E a outra foi a sugestão pessoal acerca de exposições a serem realizadas. No anexo 4 apresentam-se as questões reformuladas. A motivação para aplicação da pesquisa de satisfação se deu pela necessidade de saber a opinião dos públicos sobre quais espaços do museu eram mais atrativos e identificar possíveis temas para futuras exposições de modo a atrair mais públicos que se identificavam com determinadas temáticas. A partir das questões apresentadas, mesmo considerando o curto período de implementação do questionário e pesquisa de satisfação, temos obtido clareza sobre o perfil dos públicos frequentadores do Museu, particularmente no que concerne à sua autodeclaração racial. Adicionalmente, através da pesquisa de satisfação, é possível perceber os interesses e expectativas dos públicos em relação às suas experiências no museu e potenciais exposições.

É relevante destacar que a análise de autodeclaração de cor, assim como a implementação da pesquisa de satisfação tiveram início a partir do ingresso da autora dessa dissertação como funcionária no Museu, ocorrida em maio de 2023. Essa iniciativa foi empreendida com o objetivo de verificar como os públicos que visitam o Museu se autodeclaram em relação à variável cor. Além disso, em dada medida através da participação desses públicos nas atividades desenvolvidas no Museu, identificar se há uma adesão da população alfenense à instituição. A abordagem incluiu a

compreensão da percepção dos públicos em relação aos espaços do Museu, articulando assim, uma abordagem mais abrangente e representativa da interação entre os públicos e a instituição museológica.

Destacamos também que para a concepção do questionário nos orientamos pelo questionário previamente utilizado nas atividades “Uma noite no Museu” e o “Museu e a feira” (Questionário 1), cujo exemplo está apresentado no Anexo 1.

O questionário foi aplicado a todas as pessoas que entraram para visitar o Museu, abrangendo crianças, jovens, adultos e idosos, nos meses de julho, setembro, outubro, novembro e dezembro. A não aplicação do questionário no mês de agosto se justifica por ser período de férias na Universidade e o Museu não dispor de uma equipe grande para que essas atividades sejam realizadas, ou seja, para que elas sejam realizadas é necessária a ajuda dos estagiários e bolsistas do Museu. Logo abaixo, nos Quadros 01 e 02 demonstramos a variação no quantitativo de pessoas por mês.

Quadro 01. Quantitativo de pessoas na atividade “Uma noite no Museu”

Mês	Quantitativo
Julho	87 pessoas
Setembro	107 pessoas
Outubro	120 pessoas
Novembro	90 pessoas
Dezembro	22 pessoas
TOTAL	426 pessoas

Fonte: MMP-UNIFAL-MG, 2023

Quadro 02. Quantitativo de pessoas na atividade “Museu e a Feira”

Mês	Quantitativo
Julho	69 pessoas
Setembro	157 pessoas
Outubro	57 pessoas
Novembro	80 pessoas
Dezembro	66 pessoas
TOTAL	430 pessoas

Fonte: MMP-UNIFAL-MG, 2023

O levantamento do total de público já era realizado anteriormente, conforme demonstrado no questionário 1. No entanto, a inserção da variável cor (anexo 2) no questionário e a formulação da pesquisa de satisfação (anexo 3) foi motivada pela pesquisa de dissertação.

Com base no questionário anterior foi elaborado um questionário com algumas perguntas que podem contribuir em nossa pesquisa. No anexo 4 encontra-se a pesquisa de satisfação reformulada tanto para a atividade “Uma noite no museu”, como para o “Museu e a feira”.

Foi possível a aplicação do questionário devido à recente instalação de um ponto de acesso à internet na entrada no prédio e ao fato desta autora ter começado a trabalhar na instituição no decorrer do desenvolvimento da pesquisa. Até então, o Museu não dispunha de pontos de acesso à internet para aplicação de questionários online em sua entrada. Na primeira vez em que foi aplicado no mês de julho de 2023, tivemos complicações no preenchimento, mas temos continuado a conduzir tais levantamentos. Isso ocorreu porque utilizamos dois computadores no mesmo navegador ao mesmo tempo para obtermos as respostas, o que não permitiu que as repostas fossem computadas simultaneamente, causando também uma aglomeração de pessoas no hall do prédio.

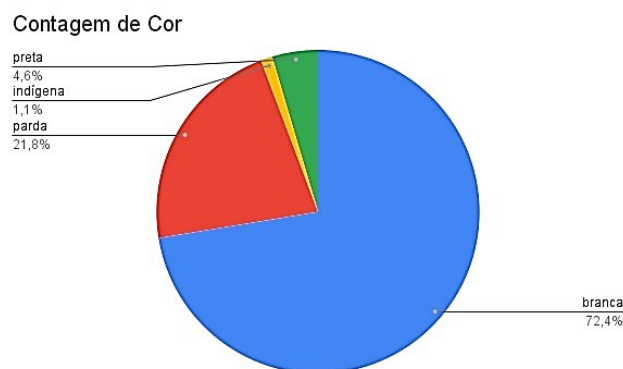
O percentual derivado dos resultados obtidos com a aplicação do questionário online durante o final de semana de abertura do Museu, no que se refere à autodeclaração de cor do público no mês de julho de 2023, pode ser observada nos Gráficos 02 e 03 e comprovada a maior participação de sujeitos que se autodeclararam brancos. A partir da análise da experiência obtida com a aplicação do questionário online

do *google forms* no mês de julho, optamos por adotar o questionário impresso como meio para obtenção dos resultados (Gráficos 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11) até aprendermos a manusear um novo software que foi instalado.

Com o apoio de estagiários e bolsistas do Museu foi possível idealizar e aplicar o levantamento, assim como analisar os dados. Assim, pretendemos idealizar eventos e atividades que proporcionem discussões e debates antirracistas e que evidenciem o protagonismo de sujeitos negros no âmbito social, cultural, acadêmico, procurando despertar o interesse dos públicos do museu por abordagens étnico-raciais.

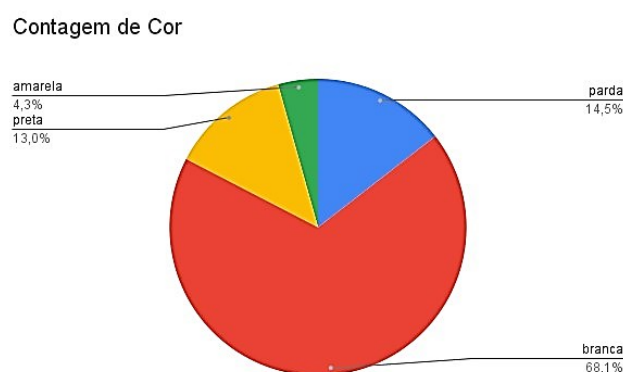
A seguir, apresentamos os dados coletados em cada uma das atividades “Uma noite no Museu” e o “Museu e a Feira”.

Gráfico 02. Dados obtidos através de questionário online (*google forms*) - Atividade “Uma noite no Museu” no mês de julho de 2023



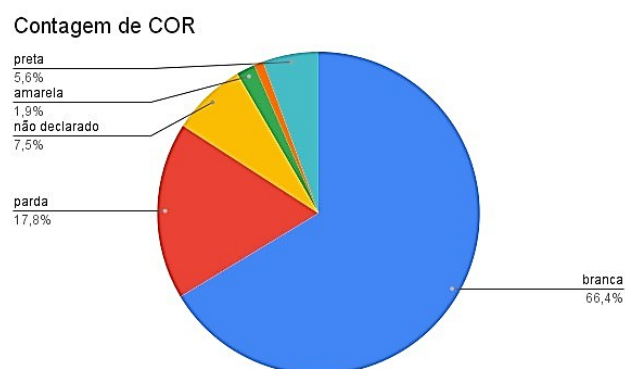
Fonte: MMP-UNIFAL-MG, 2023

Gráfico 03. Dados obtidos através de questionário online (*google forms*) - Atividade “Museu e a Feira” no mês de julho de 2023



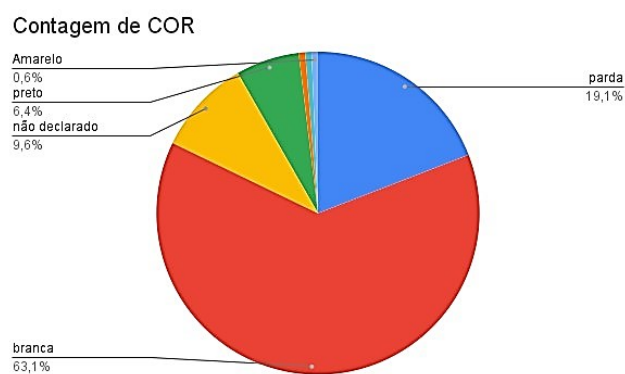
Fonte: MMP-UNIFAL-MG, 2023

Gráfico 04. Atividade “Uma noite no Museu” no mês de setembro



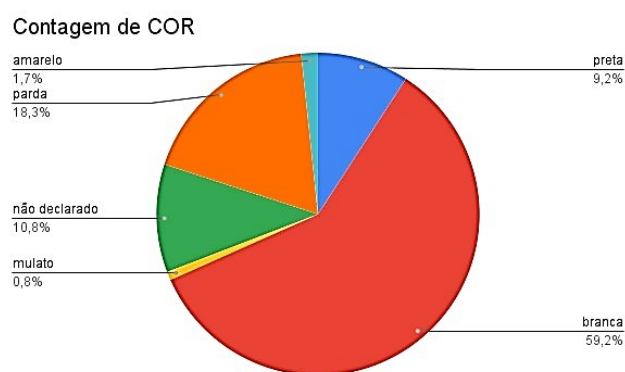
Fonte: MMP-UNIFAL-MG, 2023

Gráfico 05. Atividade “Museu e a Feira” no mês de setembro



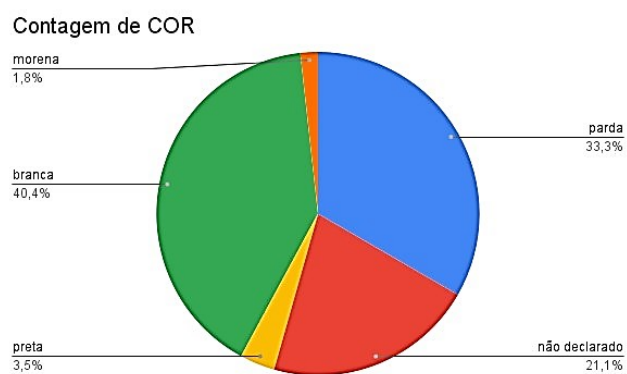
Fonte: MMP-UNIFAL-MG, 2023

Gráfico 06. Atividade “Uma noite no Museu” no mês de outubro



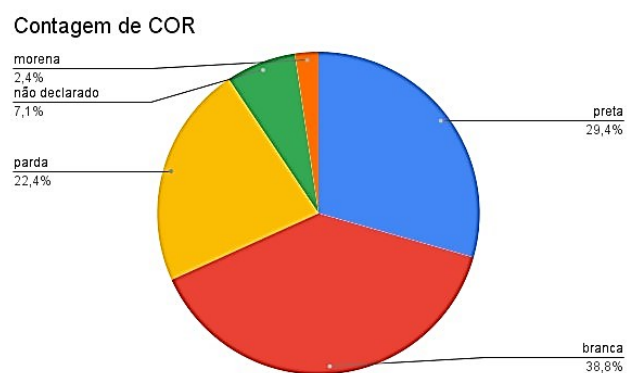
Fonte: MMP-UNIFAL-MG, 2023

Gráfico 07. Atividade “Museu e a Feira” no mês de outubro



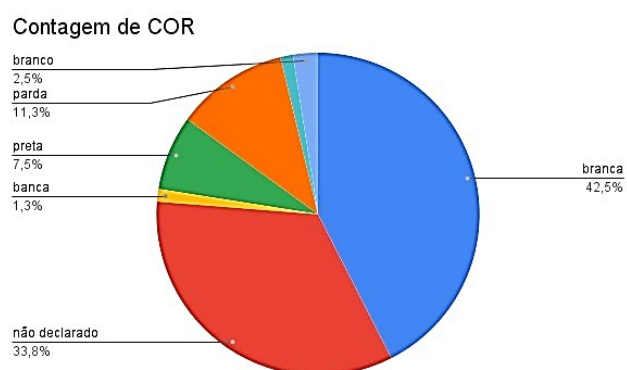
Fonte: MMP-UNIFAL-MG, 2023

Gráfico 08. Atividade “Uma noite no Museu” no mês de novembro



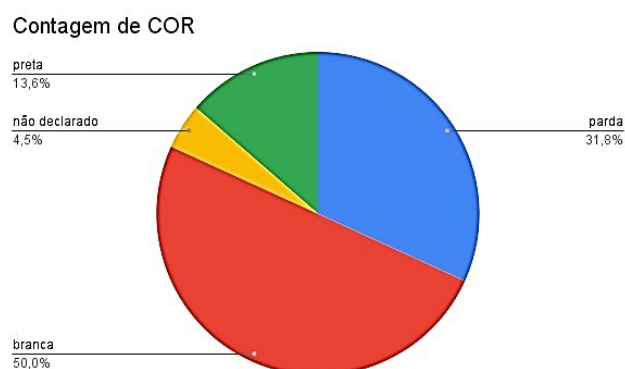
Fonte: MMP-UNIFAL-MG, 2023

Gráfico 09. Atividade “Museu e a Feira” no mês de novembro



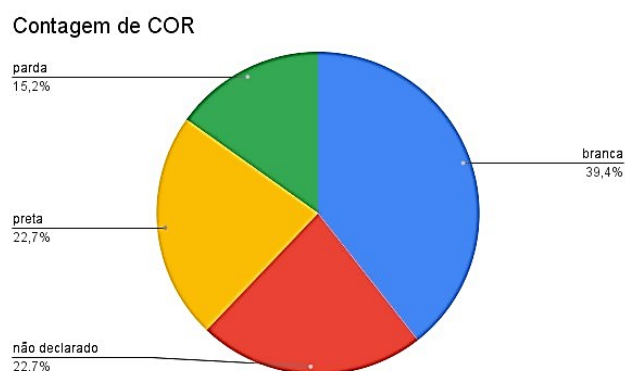
Fonte: MMP-UNIFAL-MG, 2023

Gráfico 10. Atividade “Uma noite no Museu” no mês de dezembro



Fonte: MMP-UNIFAL-MG, 2023

Gráfico 11. Atividade “Museu e a Feira” no mês de dezembro



Fonte: MMP-UNIFAL-MG, 2023

Com base nos dados apresentados nos gráficos é evidente a variação no quantitativo de sujeitos que se autodeclararam de cor preta, destacando-se uma maior presença nos meses de novembro (29,4%) durante a atividade “Uma noite no Museu”. Nessa ocasião, a programação incluiu uma palestra sobre Etnobotânica, abordando o uso de plantas nas religiões de matrizes africanas, com apresentação do Terreiro Tenda de Umbanda e Candomblé Maria Baiana de Aguiné. Adicionalmente, registrou-se em dezembro (22,7%) na atividade “Museu e a Feira”, que abordou o patrimônio imaterial, destacando-se aspectos gastronômicos, histórias e imagens da feira de Alfenas.

Esses dados sugerem uma participação significativa de sujeitos autodeclarados de cor preta nessas atividades específicas, ressaltando a importância de implementar ações que contemplem de maneira abrangente aspectos identitários, étnicos e culturais, incluindo os patrimônios imateriais de Alfenas. Essas iniciativas são fundamentais para promover a valorização e preservação da diversidade cultural, bem como para criar no MMP-UNIFAL-MG espaços inclusivos que reconheçam a identidade local. Nota-se a

predominância de sujeitos que se autodeclararam como brancos em todos os meses de abertura do Museu nos finais de semana, seguidos pelas autodeclarações de pardos, não declarados, amarelos e indígenas. Essa distribuição evidencia a importância de uma análise desses dados para compreender as possíveis hipóteses a essa dinâmica étnico-racial.

CAPÍTULO 2

INCLUSÃO E PROTAGONISMO DE NOVOS SUJEITOS NOS MUSEUS E NA MUSEOLOGIA

2 INCLUSÃO E PROTAGONISMO DE NOVOS SUJEITOS NOS MUSEUS E NA MUSEOLOGIA

As reflexões a partir da necessidade de debates acerca de representações e questões contra-hegemônicas em museus e na Museologia relacionadas à inclusão de outros sujeitos reconhecidos como protagonistas, que estão aqui sendo desenvolvidas encontram-se em construção, buscando deixar de ser uma utopia para ser uma realidade de representatividade.

Verificam-se outras possibilidades de se pensar e praticar o Museu e a Museologia, fomentando a reflexão e a ação de novos sujeitos no fazer museal. Assim, identificam-se diferentes dimensões reflexivas, teóricas e práticas que nos últimos 50 ou 60 anos vem ganhando destaque, como a Nova Museologia, a Museologia Social, a Museologia Experimental, a Sociomuseologia, e numa perspectiva de rede e ativismo, no Brasil, a Rede de Museologia Kilombola, o Projeto de Extensão Museus das *Rexistências*, dentre outras que têm se desenvolvido com a atuação de diferentes grupos sociais como negros e indígenas. Essas experiências não-hegemônicas de Museologia podem ser compreendidas como subversivas ao romper com paradigmas que desconsideravam as minorias, outras epistemologias e processos socialmente participativos em museus.

A autonomia dos diferentes grupos sociais na atualização da Museologia possibilita que esses se reconheçam e vocalizem como portadores de direitos, particularmente o direito à memória. Desse modo, a Museologia vem sendo atravessada por perspectivas contra-hegemônicas desde a década de 1960, com modificações no pensamento e na práxis, sobretudo na América Latina. Mas até que ponto chegam, infiltram e modificam realidades como a de Alfenas?

Nesse processo de transformação e atualização da Museologia, diante dos debates contemporâneos, observa-se nas décadas de 1970 e 80, a emergência de museus experimentais e o interesse de profissionais de museus investigarem e tornarem-se parte desses processos. Deste modo, o centro das experiências é alterado, deslocando-se da preocupação com acervos em direção às relações dos públicos com o patrimônio, num dado território.

Essas transformações vêm despontando conflitos e evidenciando novas demandas sociais que tem se direcionado para o que alguns autores chamam de descolonização do âmbito dos museus e da Museologia:

A questão da descolonização dos museus e da Museologia está posta há mais de meio século, especialmente a partir dos movimentos de independência dos países africanos, da denúncia do papel desempenhado pelas instituições culturais nas relações coloniais e das reivindicações pela repatriação de objetos musealizados em nações europeias por meio dos violentos processos coloniais. Mais recentemente, desde a América Latina, ou melhor, de uma Abya Yala Quilombola, emergem outras pautas afirmativas, compondo um movimento decolonial na Museologia (SIQUEIRA; ZANATTA; FARDIN, 2021, p. 84).

À luz dos conflitos epistemológicos que estão presentes no processo de descolonização, novas percepções são atribuídas, na medida em que demandam novos debates que se deslocam de discursos autocentrados hegemonicamente para saberes e ensinamentos populares e protagonismos de outros sujeitos. Tal circunstância pode ser percebida em movimentos ancorados em práticas distintas e iniciativas de curadorias compartilhadas que vem se desdobrando no âmbito da Museologia.

Deste modo, neste capítulo discutiremos sobre a inclusão de novos sujeitos no âmbito dos museus e da Museologia, de forma particular os sujeitos negros.

Nesse itinerário cabe evidenciar a localização de epistemologias que não privilegiam a pluralidade de sujeitos e coloca pesquisadores negros à margem no desenvolvimento de questões e relações raciais. Tal circunstância pode impactar diretamente na representatividade e representação de sujeitos considerados minoritários em espaços de poder como em museus.

Em contrapartida, percebe-se que os sujeitos negros têm reivindicado o direto à memória, afirmação identitária e manifestações de sua cultura. E esse movimento já vem demonstrando um novo olhar sobre si, seja na criação de museus voltados para a representatividade negra, seja em debates que questionam e evidenciam as representações que os subrepresentam e subalternizam nas narrativas dos museus. Desse modo, as reflexões que se encontram aqui estão em construção, procurando contribuir para que os museus sejam espaços mais democráticos a partir de epistemologias que privilegiam o protagonismo de sujeitos negros e a pluralidade dos sujeitos.

2.1 O protagonismo dos públicos e a ampliação da dimensão pública dos museus

É possível verificar que a participação do público nas primeiras manifestações institucionalizadas de museus era restrita, relegando-o à condição de passividade ou, quando muito, reatividade diante do conhecimento emanado pelo museu autocentrado em si com ideias e ideais hegemônicos, e pela imposição de uma postura corporal disciplinada, fazendo com que fosse anulada uma real experiência dos sentidos, sentimentos, afetos e inquietações provocados pelas exposições. Segundo Moraes (2021, p. 170)

com manifestação institucionalizada datada aproximadamente do século XVIII, os hoje reconhecidos como museus tradicionais/clássicos/ortodoxos teriam se constituído a partir da abertura das coleções anteriormente restritas ao acesso público, no contexto dos ideais iluministas. Tal faculdade de ingresso às instituições pressupunha não somente conhecimento, mas também performances orientadas por códigos tácitos de uso e comportamento nesses espaços. Tratavam-se de instituições disciplinadoras e de autoridade enunciativa inegociável cuja admissão de entrada implicava a reprodução da ordem e das hierarquias vigentes.

Embora as primeiras manifestações institucionalizadas de museus datem dos séculos XVII, XVIII ainda hoje observa-se que, no contexto brasileiro e mais especificamente em municípios interioranos mineiros, é muito frequente a presença de museus caracterizados pela forte influência do museu iluminista sobre as formas de atuação e nos processos de musealização. Neste sentido, conforme citado por Moraes (2020), tomando o museu iluminista como base, a tendência é que o processo de musealização seja conduzido somente pelos conhecimentos e valores dos seus especialistas, sendo um museu autocentrado. Ou seja, as ações de preservação são operacionalizadas com fim em si, sem preocupação com as interações e interfaces das atividades durante o processo, com a comunicação com os públicos e com o uso social das relações e as conexões que podem ser possíveis. Para além disso, verifica-se um museu que se institui de dentro de si para fora-sociedade, não assumindo um estado poroso para incorporação de demandas sociais diversas.

Admite-se que o museu posicionando-se de maneira porosa possibilita que os públicos sejam atores não coadjuvantes, mas protagonistas culturais que ressoam seu patrimônio às gerações presentes e futuras. Neste sentido, Cunha (2006) destaca que Patrimônio e Museus são instâncias com o benefício de conhecimento no que se refere às formas como as culturas são notadas e articuladas nas relações sociais.

Moraes (2022) destaca que a relação entre públicos e museus pode se estabelecer de diferentes maneiras. Assim, é possível perceber que as relações e interações dos diferentes públicos no caso específico do MMP-UNIFAL-MG não se restringem às visitas escolares, eventos ou às atividades realizadas nos finais de semana. Isso se deve ao fato de que tais públicos fazem uso do Museu para finalidades distintas, incluindo a utilização de bebedouros, utilização de instalações sanitárias, busca por informações diversas, como a localização de determinados estabelecimentos. Além disso, observa-se o aproveitamento do espaço como local de armazenamento de materiais destinados a eventos promovidos pela Universidade. Neste ponto, diferentes termos são usados para representarem essas relações distintas. É o caso de: usuários; visitantes; público mais amplo; públicos específicos; população que não frequenta museus; povo; grande público; público amplo; não-público; público distanciado pode, impedido ou fragilizado; utilizadores ou usuários; visitantes; observadores; espectadores; consumidores; plateia; e públicos (MORAES, 2019). Aqui destaca-se que adotamos a terminologia públicos a partir da perspectiva de Cury (2015), para quem “[...] público tem em si a ideia de conjunto e públicos esclarece sobre a diversidade e pluralidade que hoje reconhecemos existir, seja na pesquisa ou no museu”. Neste sentido, públicos são todos aqueles que podem usufruir do museu e do que representa para a sociedade, podendo englobar desde os visitantes até aqueles que atuam junto às instituições, numa perspectiva de participação social, em práticas tais como as elencadas por Moraes (2021): seleção e guarda compartilhada; desenvolvimento de equipamentos, suportes, técnicas de preservação que partem dos saberes entre diferentes culturas; registro de acervos e expressões culturais através de inventários participativos e folksonomias; pesquisa consubstanciada com detentores de saberes e fazeres ou realizada a partir de demandas apontadas pelos públicos; curadoria compartilhada de exposições e práticas educativas, design expográfico, etc.

As práticas mencionadas podem ser observadas em certa medida no contexto do MMP-UNIFAL-MG, notadamente em sua interação com a comunidade externa para a catalogação de acervos, elaboração de exposições e desenvolvimento de atividades de Educação Patrimonial. Importa destacar que a Educação Patrimonial era realizada no Museu e nas cidades da região de Alfenas no período em que Luciana Menezes de Carvalho ocupava a direção. Contudo, com a mudança de direção no ano de 2021, essa ação encontra-se estagnada, pois não havia um profissional da área das Humanas que assumisse essa responsabilidade. Somado a isso, é preciso considerar, ainda, os efeitos da pandemia de COVID- 19. No ano de 2023, uma professora de História da UNIFAL-MG retomou as ações de Educação Patrimonial.

Quando os públicos tornam-se protagonistas e se apropriam do museu enquanto espaço democrático, onde suas vozes são ouvidas e seus patrimônios expostos com respeito, novos valores são construídos e o processo de musealização traça um caminho diferente. Aqui, exemplificamos a presença e entrada pela primeira vez dos membros da Tenda de Umbanda e Candomblé Maria Baiana de Aguiné, localizada em Alfenas-MG, mais precisamente no bairro Santa Clara, no mês de novembro de 2023, no MMP-UNIFAL-MG, para uma participação na atividade “Uma noite no Museu”. Este envolvimento se deu através de uma palestra centrada na Etnobotânica, que explorou o uso de plantas nas práticas religiosas de matrizes africanas, acompanhada de apresentação de cantos e danças características do Terreiro. A palestra foi ministrada por uma discente do curso de Ciências Biológicas que realizou o seu estágio no MMP-UNIFAL-MG nesse mesmo ano e é membro ativo do Terreiro. Tal episódio reforça a importância de equipes compostas por sujeitos diversos, capazes de vocalizar suas identidades e valores a partir de pontos de vista não-hegemônicos.

A experiência dos públicos nos museus não se dá somente a partir da sua realidade e do seu entendimento do que seja o museu, mas também está intrinsecamente relacionada à presença de democracia, representação e representatividade. Desse modo,

as avaliações mostram que cada visitante constrói sua própria exposição ao selecionar seu percurso de acordo com o seu desejo, suas motivações, suas necessidades e seus companheiros, entre outras variáveis. Assim, na elaboração da exposição procuram se conhecer, cada vez mais, o perfil, os conhecimentos prévios, os desejos e as necessidades do visitante/ receptor [...] (ALMEIDA, 2005, p.32).

Cabe, portanto, neste ponto, salientar que concordamos com o sentido de representatividade tratado por Almeida (2019, p.72)

“[...] enfim, o que chamamos de representatividade refere-se à participação de minorias em espaços de poder e prestígio social, inclusive no interior dos centros de difusão ideológica como os meios de comunicação e a academia”.

Compreendemos também que o processo participativo dos públicos inicia o seu percurso na abordagem das representações que o museu se utiliza, bem como em sua postura política e no trabalho desenvolvido pelos profissionais que ali atuam. Desse modo, Cunha (2006) chama nossa atenção que ao falarmos de museus e suas representações, é preciso inseri-los no universo dos confrontos e intolerâncias culturais e suas dinâmicas, refletir na construção e apresentação dos patrimônios, memória e

seus meios de lembrança e esquecimento, em imagens construídas sobre a produção cultural e lugares sociais que foram construídos e definidos historicamente.

Os museus devem estar em constante transformação em suas metodologias na relação com os seus públicos, uma vez que novas problemáticas e questões serão trazidas na busca não somente de soluções, mas também de reflexões que construam um caminho de protagonismo e democracia. De acordo com Moraes (2021) o protagonismo do público pode ser reconhecido em processos de decisões, expressivos, (auto) representativos, avaliativos e definidores de agendas institucionais, impactos locais e políticas relacionadas. Neste sentido há um reposicionamento que sai da autoridade do museu para o compartilhamento do poder de voz, deliberação, criação e avaliação juntamente com a diversidade e pluralidade de públicos. Considerando ser o Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG-MG um museu universitário, quantos seriam os sujeitos aptos a protagonizá-lo e vocalizar seus próprios patrimônios e memórias? Desde as ações de compartilhamento de saberes para a documentação dos acervos, até a construção dos discursos das narrativas das exposições ou mesmo a difícil negociação para uma política de aquisição e sobretudo de gestão que contemple acervos de interesses tão diferentes e por vezes até conflitantes?

Observa-se de fato que os museus podem operar novas leituras sobre o passado a partir da participação dos públicos na permanente construção de narrativas pela via da musealização, tendo como ponto de partida a sua experiência e sua vivência com patrimônios distintos. Mas, quando os processos de produção de representações e narrativas nos museus são realizados numa via de mão única, as reflexões e leituras de mundo tendem a ser restritas e frequentemente não representativas da diversidade e pluralidade cultural.

A diversidade de públicos e, sobretudo, a pluralidade de relações que esses podem estabelecer com as instituições desafiam os museus contemporâneos a se pronunciarem frente ao reposicionamento de grupos sociais diversos que vem assumindo o seu protagonismo e reafirmando a sua existência e resistência. Desta maneira, encontramos um museu que não está ausente de conflitos, mas está direcionado para uma transformação no modo de apreensão dos sujeitos tal como no desdobramento de novas metodologias e práticas.

Assim, considera-se que os museus contemporâneos de uma forma geral vêm sendo provocados a flexibilizar sua autoridade, exercer e ampliar sua disposição e competência de escuta e horizontalizar suas práticas a partir das complexidades, dos desafios, das inovações e dos fluxos de interações participativas e inclusivas. Para tal, é conveniente que desenvolvam e/ou adotem metodologias,

instrumentos e fundamentos condizentes com a realidade específica que os sustentam e ressignificam no seio das distintas sociedades e grupos sociais. Admite-se que tal mobilização se dê de modo heterogêneo e não necessariamente sem controvérsia, contradições ou contestações (MORAES, 2021, p.169).

Ao considerar a participação dos públicos com seus conhecimentos e memória no processo de musealização, os museus contemporâneos podem se transformar em poderosas instâncias de reparação histórica de sujeitos considerados subalternizados, como os negros. E, para além dessa contribuição, conforme Gomes e Cunha (2013, p. 75)

o museu como meio, como polo de multiplicação e de inserção, procura, através da troca de um novo olhar com o público, proporcionar experiências positivas que permitam fortalecer a autoestima, além de ter a possibilidade de estimular uma imagem positiva de si mesmo. Melhorar o atendimento atingindo, além dos objetivos quantitativos, os qualitativos, mostrando uma preocupação com o público no mesmo nível que a de conservar, de restaurar e de estudar os objetos sob sua guarda.

Estamos diante do reposicionamento dos públicos – não mais exclusivamente sujeitos que recebem uma narrativa pronta, construída pelo museu, mas de sujeitos que podem protagonizar a construção das narrativas e a partir disso intervirem nelas, pautar decisões sob seus olhares, vivências e valores. Nesse contexto, ao ponderarmos sobre as práticas e ações dos profissionais de museus e pesquisadores, emerge a indagação: perpetuamos a memória depreciativa do negro ou busca-se viabilizar outras perspectivas, construindo novas narrativas que reposicionem o negro como sujeito e protagonista de sua própria história?

De acordo com Santos (2007, p.7)

ao contrário da memória, fluida e cheia de falhas, que é transmitida oralmente entre gerações, a memória que encontramos nos museus é uma memória coletiva, resultado da consolidação de diversos discursos, é uma memória que utiliza autenticidade da cultura material e narrativas da história, procurando proporcionar continuidade e segurança frente às inconstâncias da vida moderna [...]

E, se interpretamos o imaginário e a memória como "qualificadores" do negro nos museus numa posição de discriminação e subalternização, a musealização pode violentar ainda mais e reforçar a exclusão dos sujeitos envolvidos nesse processo. Ainda que em âmbito teórico e acadêmico reconheça-se a relevância e urgência do reposicionamento dos públicos e das transformações no campo da Museologia, é preciso questionar se na prática, sobretudo longe dos grandes centros, essas questões ressoam e são absorvidas.

E ainda, se a construção de valores negros e representações estarão acessíveis a tais sujeitos de forma efetiva, ou se serão construídos subliminarmente, nos remetendo a um entendimento e visão do que poderia ser, mas não é, não se concretizando na prática. Desse modo,

Para entender questões relacionadas às formas de representações de culturas afro-descendentes e sua preservação, devemos analisar elementos que constituem e fazem parte da dinâmica do patrimônio e suas representações, sem perder de vista que esse processo histórico-cultural está subordinado à construção de uma imagem nacional baseada na ideia de desenvolvimento e progresso [...] (CUNHA, 2006, p. 26)

Reconhecemos que os públicos em sua diversidade são uma potência transformadora quando compartilham os seus saberes, seu conhecimento, contribuindo para a produção de algo novo, construído na relação. Nesse sentido, atentando para os públicos constituídos por sujeitos negros, no âmbito da Museologia, com a participação e curadoria compartilhada, indagamos sobre quais memórias estão em construção junto a esses sujeitos no processo de musealização. Quais são as narrativas que poderão estar no processo de musealização, considerando que a mesma pode ser excludente?

Quando os museus e o processo de musealização são construídos junto a múltiplos protagonismos e sujeitos sociais, entendemos que o poder de conhecimento e de ação se desloca de um museu autocentrado em si e dos profissionais que anteriormente poderiam construir narrativas que reproduzissem e afirmassem uma história única em direção a uma transformação na maneira como a história é percebida e contada, possibilitando uma representação mais inclusiva e diversificada dos grupos sociais.

Identifica-se que a musealização pode ser um caminho a envolver profissionais que atuam em museus e os públicos em sua diversidade onde todos têm direito à voz no processo. A participação dos públicos nos museus pode significar novas percepções sociais e culturais sobre os processos de musealização.

Assim enfatizamos a experiência do Projeto de Extensão “Museus das *Rexistências*”, que teve na formação de sua equipe profissionais das áreas de História, Letras, Ciências Biológicas, mestra e doutora em Educação e discentes dos cursos de Ciências Biológicas e Ciências Sociais da UNIFAL-MG. Para a realização do referido Projeto contou-se com a colaboração do acampamento Quilombo Campo Grande e o Coletivo de Mulheres Raízes da Terra, do Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra-MST, em Campo do Meio; a Tenda de Umbanda

e Candomblé Maria Baiana de Aguiné, em Alfenas-MG; a Agricultura Familiar do Marolo, em Paraguaçu. Estas comunidades, através de suas cosmopercepções comunitárias, compartilham experiências que se conectam a saberes-fazerem numa perspectiva de reexistência¹⁰.

Acreditamos que a infiltração desses públicos nas ações realizadas pelos museus é mais desafiadora do que trazê-los para uma visita ou ação eventual, uma vez que os museus além de atraírem os seus públicos, devem promover e articular propostas de modo que os façam peça-chave num quebra cabeça para que o todo seja interpretado e entendido. Verifica-se, assim, “um chamamento para que os museus se reposicionem diante de suas relações com os públicos, acarretando transformações na forma como tradicionalmente operam a preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio e, acrescentamos, a sua gestão [...]” (MORAES, 2021, p.172).

Neste contexto, enfatizamos a entrada dos membros da Tenda de Umbanda e Candomblé Maria Baiana de Aguiné, no MMP-UNIFAL-MG, marcando um momento singular nos 15 anos de existência do Museu e nos mais de 30 anos de existência do Terreiro em Alfenas-MG. Entendemos a proporção e significância desse ato, considerando que esses sujeitos ocupam um território na cidade onde expressam sua religiosidade e, ao adentrarem no Museu, estão inserindo-se num território permeado por disputas simbólicas e de narrativas construídas a partir da EFOA que se constituiu a partir de traços fortemente elitistas. Contudo, também adentram a um Museu vinculado a uma Instituição de Ensino Federal, permeada pelo processo de redemocratização de ensino abrangendo grupos considerados minoritários. Ao entrarem no Museu, trazem consigo os seus saberes, vivências, valores e cantos transmitidos entre gerações. Assim salientamos que esses sujeitos podem ser reconhecidos como protagonistas, trazendo outras reflexões no âmbito dos museus e da Museologia.

Esta é uma experiência contínua que não se encerra. Neste contexto, recordamos a I exposição do grupo AMHOR¹¹ intitulada “Resistir para existir” realizada nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2023, idealizada por discentes do curso de História da UNIFAL-MG, destacando o movimento gay de Alfenas. Apresentamos esse segundo exemplo também para percebermos que o MMP-UNIFAL-MG pode ser um espaço propício de acolhimento, de afetos, de trocas de conhecimentos, de manifestações dos

¹⁰ As histórias das comunidades podem ser encontradas em <https://www.UNIFAL-MG-mg.edu.br/museusdasreexistencias/historias-de-reexistencias/>

¹¹ Grupo AMHOR: **Acervo de Memória e História do Orgulho LGBTQIA+ no Sul de Minas**. Projeto de extensão da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG-MG) com o objetivo de construir um acervo virtual sobre a história e memória do orgulho LGBTQIA+ na região do Sul de Minas Gerais.

variados seguimentos sociais e movimentos sociais que convergem para esse espaço de maneiras diversas.

2.2 O que os Museus querem nos dizer?

O que se é representado nos museus não se configura como uma verdade definitiva. Desse modo, as interpretações museológicas podem variar em conformidade com as necessidades e reivindicações dos sujeitos. Tais interpretações estão sujeitas a debates, discordâncias, contestações e propiciam uma nova leitura de contextos e eventos históricos.

O reconhecimento de que aquilo que se articula nos museus não é a verdade pronta e acabada, e sim uma leitura possível e historicamente condicionada, resgata para o campo museológico e a dimensão do litígio: é sempre possível uma nova leitura [...] (CHAGAS, 1999, p.25).

Uma das funções desempenhadas pelos museus consiste na preservação das memórias e patrimônios de uma sociedade, de uma cidade, de uma comunidade local, de uma cultura. O fato dos museus lidarem com variadas culturas, juntamente com os objetos que as constituem, não deve ser encarada como um impedimento ou limitação à introdução de inovações, criações culturais e outras perspectivas advindas de outros sujeitos. Este aspecto demonstra a importância de se estabelecer um equilíbrio entre preservação e o estímulo ao conhecimento de cosmovisões de outros sujeitos.

Operando com objetos herdados ou construídos, materiais ou não-materiais, os museus trabalham sempre com o já feito e já realizado, sem que isso seja, pelo menos em tese, obstáculo às novas produções e criações culturais [...] (CHAGAS, 1999, p.24).

Nessa perspectiva, evidenciamos os museus afro-brasileiros que são compreendidos como instituições que preservam e divulgam a cultura afro-brasileira. Estes museus demonstram a mudança de paradigma em seus papéis, não sendo percebidos somente como lugares em que são “depositados” objetos históricos, culturais, científicos, mas instituições ativas que atuam na promoção e na preservação da diversidade cultural, destacando a relevância do patrimônio afro-brasileiro.

O cenário museológico brasileiro apresenta instituições que transcendem os antigos esquema classificatórios a partir de acervos, e assim definidos como museus de história, artes, ciência, etnográficos. Os museus afro-brasileiros são um exemplo desta questão e se

apresentam como instituições de preservação e da divulgação da cultura afro-brasileira (SILVA, 2021, p. 78).

Os museus não são neutros; pelo contrário, podem influenciar as percepções da realidade através das escolhas de seus discursos expositivos. Essas escolhas podem enfatizar ou omitir determinados aspectos, abordar ou negligenciar determinadas narrativas, revelando o viés e as decisões dos profissionais que atuam nos museus. Além disso, compreendemos que os discursos são construções que se consolidam no decorrer do tempo e no espaço. A seleção de objetos a serem apresentados e a maneira como são apresentados podem sinalizar lacunas nos discursos, exercendo desse modo, uma influência direta na compreensão dos públicos sobre períodos históricos, culturas e eventos. Dessa maneira,

[...] Toda a instituição museal apresenta um determinado discurso sobre a realidade. Este discurso, como é natural, não é natural e compõe-se de som e de silêncio, de cheio e de vazio, de presença e de ausência, de lembrança e de esquecimento (CHAGAS, 1999, p.19).

No que concerne aos discursos construídos pelos museus a partir do olhar do outro branco, consideramos que a inserção de outros sujeitos nos museus seja parte do processo de decolonização desses espaços. Conforme nos afirma Silva et. al. (2002, p.273) [...] “No entanto, decolonizar os museus talvez não seja suficiente se isso não implicar em uma transformação substancial daquilo que os constitui em suas feições mais elementares” [...]. Destacamos a complexidade inerente ao processo de decolonização dos museus, uma vez que tal transformação implica a revisão crítica às teorias, revisão das coleções, métodos de curadoria e gestão, práticas expositivas e estruturas institucionais e organizacionais. Essa transformação vem acompanhada da necessidade de uma abordagem holística, indo além de ajustes que confrontem as estruturas coloniais presentes nos museus.

Seguindo nessa direção, a possibilidade de outras perspectivas museológicas, a partir de outros sujeitos e culturas, a exemplo das culturas afrodiaspóricas, demonstram a resistência desses sujeitos, ao mesmo tempo em que se manifesta no âmbito literário um aumento expressivo de bibliografia que contempla esses estudos. Assim,

Nunca é demais lembrar que por muito tempo poucas eram as referências teórico-metodológicas nas quais pudéssemos nos espelhar e, de fato, nos referenciar, sobre a relação horizontal e equitativa entre museus e culturas afrodiaspóricas, devido ao

predomínio de pensares e fazeres museológicos ancorados na colonialidade do poder. [...] (SANTOS et al., 2022, p.11).

É fundamental a clareza na definição de narrativas que procuramos nos museus acerca de sujeitos negros: o exótico, o religioso, o protagonista, o periférico. É importante lembrar que essas adjetivações estão intimamente vinculadas ao imaginário social e às interações que estabelecemos com esses sujeitos. Em contrapartida, é possível identificar práticas museológicas que vem emergindo a partir de cosmovisões distintas, que reconhecem as experiências e saberes tradicionais de quem as vivencia. Assim, “a contra-hegemonia vai ganhando densidade, penetrando pelas fissuras e explicitando as contradições do modelo de sociedade baseado em padrões eurocêtricos” [...] (SILVA, 2022, p.138).

Entre os diversos grupos culturais e sociais é possível perceber a demanda e a inclinação marcante em relação à preservação da memória, do patrimônio e a valorização dos museus. Esse fenômeno social não se limita ao contexto contemporâneo, embora tenha adquirido considerável visibilidade nesse período. No entanto, é importante salientar que a expressão dessas necessidades e vontades não implica automaticamente na garantia dos direitos associados à memória, ao patrimônio e ao museu. O exercício desses direitos de cidadania demanda uma conquista contínua, devendo ser afirmado e reafirmado no cotidiano (CHAGAS; STORINO, 2007).

Aqui cabe salientar que

há séculos que os povos afrodiáspóricos e indígenas são afetados, no Brasil, por todo tipo de violação relacionada aos direitos humanos, haja vista que, no registro histórico da modernidade, nem a humanidade desses povos foi reconhecida. No contexto da periferia do capitalismo, portanto, essas populações têm que enfrentar não só as desigualdades de ordem socioeconômica e ambiental, mas também a racial (SILVA et al., 2002, p.275).

Se concebemos o museu como espaço de diálogo, em que os sujeitos podem se reunir, interagir e compartilhar as suas experiências, indica a construção de um espaço que proporciona experiências significativas, que estimula a reflexão, a interação e a imersão em experiências museológicas distintas. Desse modo,

ao longo dos últimos quarenta anos a ideia de museu passou por transformações bastantes radicais. De casas que guardam e acumulam acervos e coleções, os museus passaram a ser centros de convivência e de expressão da vida social das comunidades; espaços de construção social de memórias e processos de identificação [...] (CHAGAS et al., 2018, p. 97).

No contexto de transformações da concepção do que caracteriza um museu, trazemos a nova definição de Museu eleita na Conferência Geral do ICOM em Praga em 2022. Esta nova definição é fruto de um processo de escuta de profissionais de várias partes do mundo.

*“Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos”.*¹²

Compreendemos que a definição do que venha a ser um museu estabelece as bases para o papel e a função dessa instituição na sociedade. Além disso, estabelece a identidade e a missão específica desta instituição, assegurando a coerência dos acervos e as atividades do museu, proporcionando uma experiência mais significativa para os públicos em sua diversidade.

Assim, considerando a nova definição de museu, delineada com a participação de múltiplos sujeitos e grupos, observa-se o reconhecimento da influência e força que as comunidades trazem consigo. O sentido de pertencimento e representatividade que podem advir delas reforçam a importância de estabelecer um diálogo com a diversidade e a inclusão de outras práticas museológicas.

Nessa relação entre museus e culturas afrodiaspóricas é imperativo destacar as referências que transcendem os domínios teóricos e conceituais, muitas vezes que escapam à compreensão humana. Este fenômeno, por vezes, pode ser considerado como uma expressão de resistência e existência. Tais manifestações envolvem saberes ancestrais e tecnologias empregadas pelos sujeitos negros que se manifestam por meio do uso de ervas, rezas, objetos e rituais sagrados.

A apropriação dos museus por parte dos segmentos historicamente preteridos pela cultura hegemônica ocidental tem produzido algo jamais visto anteriormente. Primeiro, porque tal gesto inaugura novas possibilidades para a museologia, abrindo o leque e permitindo diálogos mais complexos pautados na diferença, na diversidade, na alteridade, na pluralidade. Segundo, pelo fato de que o referido ato evidencia o vigor e a continuidade das perspectivas contra-hegemônicas [...] (SILVA, 2022, p.118).

Instrumentos que articulam distintas temporalidades em diversos contextos sócio-culturais, abrangendo territórios que provocam experiências de estranhamento e

¹² Essa definição pode ser encontrada na página https://www.icom.org.br/?page_id=2776

familiarização, ao mesmo tempo em que reinterpreta o significado das coisas, os museus atuam no âmbito das memórias e patrimônios, constituindo-se como parte das necessidades da humanidade. Nesse contexto, pode-se inferir que cada museu, independentemente de sua tipologia, manifesta o gênio humano (CHAGAS; STORINO, 2007).

2.3 Memórias e diálogos étnico-raciais nos Museus

A ação de pesquisar e viver a experiência de integrar determinado grupo social, aqui especialmente aquele que se identifica com a cultura negra, são situações distintas. Decorre a crença de um suposto conhecimento por parte de sujeitos que não compartilham da experiência de pertencimento desse grupo social, que não enfrentaram situações de racismo e de preconceitos diretamente em seu cotidiano e em seus corpos. Nesse sentido, é assegurado aos sujeitos negros o seu espaço e voz nos discursos que são produzidos nos variados âmbitos sociais, incluindo, entre eles, os museus? E, ainda, a produção de discursos e estudos sobre esses sujeitos tem sido caracterizada por uma perspectiva de sujeitos negros, reconhecendo e valorizando a singularidade de suas experiências, ou reforça a persistência de sua invisibilidade?

A grande parcela dos estudos desenvolvidos acerca das questões e relações raciais se deu por intelectuais com epistemologias localizadas e distintas, ou seja, pesquisas desenvolvidas por intelectuais brancos que debruçaram os seus estudos sobre o negro, determinando uma geopolítica do conhecimento. Torna-se evidente a segregação resultante por tais epistemologias, que hierarquiza, delimita e determina tanto o lugar quanto o espaço de sujeitos negros na produção de conhecimentos.

Para Figueiredo (2019), os pesquisadores negros estiveram à margem historicamente e ainda são tratados com desconfiança, uma vez que a proximidade com o tema e a perspectiva política que permeiam seus estudos são argumentos que desqualificam as produções de intelectuais negros, por estarem próximos do objeto e, aparentemente não possuírem neutralidade e objetividade para pesquisar um fenômeno social que estão inseridos. Verifica-se, assim, as estruturas epistemológicas nas instituições universitárias.

Sem dúvidas o cenário de discriminações, preconceitos e racismo está instaurado, de modo que o conhecimento proveniente das universidades é ancorado em paradigmas e em epistemologias que não privilegiam a pluralidade de sujeitos e saberes

não-academicistas. Verifica-se que os currículos universitários são territórios de disputas e afirmação de uma hegemonia de conhecimento e que, por vezes, nas bibliografias não são incorporadas as produções de intelectuais negros, indígenas, pessoas trans, dentre outros. Assim, as sociedades sendo tão plurais, outras formas de saberes são necessárias para que outros conhecimentos e reflexões sejam construídos.

Observa-se que o racismo não é algo dado, mas sim construído e reproduzido nas relações sociais. Entretanto, ainda existem sujeitos que sustentam a crença de que o racismo, juntamente com suas implicações pessoais, psicológicas e emocionais, não seja demasiadamente maléfico e exerça traumas aos sujeitos pertencentes a grupos raciais específicos. Assim, tal circunstância é verificável também entre os pesquisadores brasileiros e norte-americanos, conforme nos aponta Figueiredo (2019, p. 87)

Para a maioria dos pesquisadores brasileiros, assim como para os pesquisadores norte-americanos, o racismo no Brasil é “melhor” do que aquele existente nos Estados Unidos, dado que aqui não houve segregação racial oficial, assim como não houve impossibilidade/interdição com relação aos casamentos inter-raciais, o que possibilitou a existência de mestiços e, conseqüentemente, uma diluição das fronteiras e do preconceito racial.

Certamente a ausência de pesquisadores negros, capazes de articular com propriedade a partir de suas próprias vivências e conhecimentos, dificultou a compreensão mais profunda do racismo e de suas consequências nos contextos brasileiro e norte-americano. Por isso, a necessidade de pesquisadores plurais que conduzam suas pesquisas em caminhos oportunos para contribuir na descolonização do conhecimento e o pensamento.

A produção do conhecimento nas universidades brasileiras, como em todas as universidades ocidentais, privilegia a epistemologia eurocêntrica da geopolítica do conhecimento. Essa epistemologia contribui para encobrir as hierarquias de poder raciais hegemônicas nos espaços universitários. A epistemologia branca da geopolítica do conhecimento, ao ser normalizada como a epistemologia do senso comum nos espaços universitários, está inscrita como neutra, universalista e objetiva [...] (FIGUEIREDO, 2019, p. 93).

O exercício de descolonização do conhecimento e do pensamento não se dá a curto prazo nos espaços universitários e em produções acadêmicas, mas sim no decorrer do espaço e do tempo, acompanhado do intenso processo de reflexões, inquietações e conexões que atravessam hierarquias raciais, de gênero, religiosas, tal qual fronteiras geográficas e geopolíticas.

Nesse exercício, indagamos se a presença de sujeitos negros nos espaços de poder como os museus, determina representatividade e/ou viabiliza mudanças

sobretudo em narrativas discriminatórias. Trazemos essa indagação, pois compreende-se que a representatividade se vale do pertencimento e, pertencer a tais espaços, significa que suas vozes serão ao menos ouvidas. Mas, esses sujeitos se sentem representados?

A experiência que temos em nossa cultura sobre a preservação de memórias está intimamente ligada ao silenciamento e ao esquecimento. Assim,

o que está em jogo nos museus e também no domínio do patrimônio cultural é memória, esquecimento, resistência e poder, perigo e valor, múltiplos significados e funções, silêncio e fala, destruição e preservação [...] (CHAGAS, 2007, p.222).

A sociedade brasileira é formada em sua maioria por sujeitos negros que estão invisibilizados e ausentes em diversos espaços, como nos museus, seja na construção de narrativas enunciativas ou no poder de decisão. Tal cenário corrobora uma memória que não os representa. Como nos diz Ribeiro (2019, p. 32) “se a população negra é a maioria no país, quase 56%, o que torna o Brasil a maior nação negra fora da África, a ausência de pessoas negras em espaços de poder deveria ser algo chocante [...]”

Neste ponto, é possível notar duas faces da mesma moeda, em que numa face, estão os profissionais que falam e querem amplificar a voz de sujeitos negros, e na outra face, estão tais sujeitos que têm sua própria voz e autorrepresentação. Compreendemos tal situação como faces de uma moeda, uma vez que o valor e o poder das informações, dependem de qual face da moeda estamos tratando. A visão social e, conseqüentemente a construção de uma memória sobre os sujeitos negros se fazem para quem se fala e como se fala. Segundo Chagas (2002, p.44)

Indicar que as memórias e os esquecimentos podem ser semeados e cultivados corrobora a importância de se trabalhar pela desnaturalização desses conceitos e pelo entendimento de que eles resultam de um processo de construção que também envolve outras forças, como por exemplo: o poder. O poder é semeador e promotor de memórias e esquecimentos.

Frequentemente, há uma enganação ao pensar que o poder de voz é concedido aos negros, quando na verdade, esse poder está no direito e na força de voz, que constantemente foi reprimido e oprimido, sendo impedido de manifestar suas opiniões e convicções.

Os sujeitos considerados minoritários, subalternizados, sejam negros, indígenas, mulheres, entre outros traduzem a necessidade de teorias sociais e políticas públicas que desmistifiquem as desigualdades sociais, os tratamentos discriminatórios, os

preconceitos, o racismo, o genocídio, o sexismo, a inferioridade racial, de modo a compreender os mecanismos de funcionamento social que segregam e apartam os sujeitos em seus direitos.

Voltando nossa atenção para os acervos dos museus brasileiros, é possível verificar que, em proporção significativa provêm de doadores/colecionadores brancos que sobressaem aos doadores/colecionadores negros. Nesse caso, evidencia-se também segundo Santos (2007, p.5) que [...] “acervos voltados para o fortalecimento de uma identidade racial não obtêm apoio de instituições públicas [...]”. Mas, onde estão os sujeitos negros que podem contribuir significativamente na constituição dos acervos de instituições, atribuindo-lhes ressignificações a partir do seu protagonismo? Santos (2007, p.6) destaca que

em grande parte dos museus brasileiros há um tratamento não racial, que, aparentemente, valoriza igualmente a produção de brancos e negros, independentemente de cor, raça ou origem. O silêncio sobre raça pode representar a predominância de um imaginário coletivo, comum, capaz de se impor ao conjunto de cidadãos, independentemente de cor, etnia ou nação [...]

Não podemos apagar o passado de escravização e de objetos de suplícios que os museus evidenciaram em suas narrativas, mas é preciso ressignificar os aspectos da cultura negra, reafirmar seu protagonismo e sua identidade, uma vez que

nos museus brasileiros encontramos narrativas que podem ser caracterizadas ou pelo silêncio quase absoluto sobre a participação positiva do negro na construção da nação ou pela lembrança do período em que ele foi amarrado ao tronco, espancado, dominado e humilhado pelo homem branco. Estas são narrativas que não se contradizem, mas se complementam (SANTOS, 2007, p.11)

A presença de sujeitos negros em espaços de poder como os museus não elimina as ocorrências de racismo, mas já demonstra um novo olhar sobre a produção e as identidades negras a partir da criação de museus afro-brasileiros, das lutas e ações antirracistas de movimentos sociais, como o movimento negro unificado (MNU), que reconfiguram as relações de poder.

O desafio é democratizar a ferramenta museu e colocá-la ao serviço dos movimentos sociais; colocá-la a favor, por exemplo, da construção de um outro mundo, de uma outra globalização, com mais justiça, humanidade, solidariedade e dignidade social (CHAGAS, 2011, p.6).

Também não podemos deixar de evidenciar os sujeitos negros, mulheres e homens que são referências na atualidade no âmbito da Museologia, sem perder seus

ideais de vista como Neyde Gomes de Oliveira¹³, Luciana Menezes de Carvalho, Joseania Miranda Freitas¹⁴, Girlene Chagas Bulhões¹⁵, Mário Chagas,¹⁶ dentre outros. Esses profissionais têm desempenhado papéis importantes na museologia, seja através de atividades práticas, pesquisa ou reflexões teóricas. Suas influências podem ser observadas em debates acadêmicos, práticas museológicas e no desenvolvimento de políticas relacionadas a museus e patrimônio.

Reconhecer-se como sujeito negro está além do fato da cor da pele. Isto é, se enxergar e se posicionar como sujeito, assumindo o protagonismo nos variados âmbitos sociais, assim como nos museus.

Os discursos de invisibilidade, subrepresentação e depreciação dos sujeitos negros estiveram presentes na memória individual e coletiva. Assim, quando os museus determinam quais memórias serão preservadas e quais histórias permanecerão legítimas, há uma afirmação identitária que deslegitima esses sujeitos e os condicionam à margem. Neste sentido e de acordo com Passos (2014, p.5) “devido o seu papel relevante no meio cultural, os museus podem legitimar, institucionalizar e consagrar memórias e visões sobre a história [...]”.

Com base na afirmação do autor, entretanto, através da inserção de novos sujeitos, que compartilham seu conhecimento e experiências, que essa postura da instituição pode ser ressignificada.

Os museus em sua diversidade, sejam Históricos, de História Natural, de Ciência, Etnográficos, de Arte, comunitários, de cidades de pequeno, médio e grande porte, entre outros estão preparados para promover o diálogo e a multiplicidade de relação com os públicos em sua diversidade acerca de questões étnico-raciais? Pois,

pensando nos públicos frequentadores de museus, percebemos que as instituições mais tradicionais, ao não flexibilizarem o modo como exercem sua autoridade enunciativa - logo ao manterem-se fechadas diante da possibilidade de participação compartilhada junto à diversidade de públicos, renunciam a potência de construção de

¹³ Primeira museóloga negra em exercício no Brasil

¹⁴ Professora do curso de Museologia da UFBA. Primeira coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Museologia da UFBA.

¹⁵ Museóloga. Mulher negra, baiana, de religião de matriz africana. Foi diretora do Museu das Bandeiras, propondo iniciativas no museu e na cidade que repercutiram entre os setores mais conservadores locais.

¹⁶ Poeta. Museólogo. Um dos responsáveis pela Política Nacional de Museus e um dos criadores do Sistema Brasileiro de Museus, do Cadastro Nacional de Museus, do Programa Pontos de Memória, do Programa Nacional de Educação Museal e do Instituto Brasileiro de Museus. Fundador da Revista Brasileira de Museus e Museologia - MUSAS e criador do Programa Editorial do Ibram. Atualmente é diretor do Museu da República, presidente do Movimento Internacional para uma Nova Museologia, professor colaborador do Programa em Pós-graduação em Museologia da UFBA, professor visitante do Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa.

experiências de diálogos e trocas que contribuam na reeducação de percepções já estabelecidas social, histórica e culturalmente (LOURENÇO; MORAES, 2021, p.121).

Pensar o Museu a partir do debate racial significa transpor a ênfase em datas que evidenciam os sujeitos negros como o dia nacional de combate à intolerância religiosa (21/01); dia internacional de luta contra a discriminação racial (21/03); dia nacional de denúncia contra o racismo (13/05); dia nacional da consciência negra (20/11) e etc. Não se trata de fazer memória de um dia, mas constantemente se atentar às práticas, falas, ações, enquanto profissionais de museus, que podem estar envolvidos em um preconceito e racismo velado, que apartam e invisibilizam esses sujeitos dentro desse espaço. Trata-se de pensar ações, acessibilidade, elaboração de planos museológicos voltados para a diversidade de públicos com participação e tomada de decisão dos mesmos, que os representem, uma vez que [...] os sujeitos são críticos, fazem escolhas, representam sua cultura, produzem os discursos, dão sentidos às mensagens etc. (CURY, 2015). Trata-se também de conceber exposições que não reafirmem invisibilidades de sujeitos negros em suas narrativas, mas que amplifiquem suas vozes, um tanto quanto plurais.

Segundo Lourenço e Moraes (2021, p.122)

um dos fatores que acreditamos fortalecer barreiras e impedimentos de representação, representatividade e autorrepresentação de pessoas negras nos museus, sobretudo em exposições – instâncias que conformam-se como materializações de enunciados e performances institucionais - é o entendimento e a percepção tecnicista que destituem desses espaços discursivos sua dimensão política. Nesta perspectiva, destacamos a importância dos museus terem sua dimensão política reconhecida, favorecendo que diferentes sujeitos e grupos sociais exerçam autonarrativas.

Ainda, colocamos em evidência a forte presença de profissionais brancos e uma baixa presença de profissionais negros que estão em posições de tomada de decisões nos museus. Nesse sentido, Ribeiro (2019, p. 55) nos provoca ao afirmar que “a baixa presença de pessoas negras no ambiente de trabalho, ou mesmo distantes de cargos de gerência, pode deixar o espaço altamente suscetível a violências racistas [...]”.

A presença de sujeitos negros e sua memória nos museus pode, por vezes, ser considerada como um incômodo, sobretudo quando não atrelada à escravidão. Sendo assim, verifica-se que a escolha tanto da instituição quanto dos profissionais que nela atuam muitas vezes reforça um padrão de silenciamento e ausência de diálogo em relação às experiências e memórias desses sujeitos. Dessa forma, Ribeiro (2019, p. 17)

afirma que “o sistema racista está em constante processo de atualização e, portanto, deve-se entender seu funcionamento [...]”.

Porém, nas últimas décadas, de maneira progressiva, os sujeitos negros vêm reivindicando o seu direito à memória, afirmação identitária e manifestações culturais. Mas a cultura negra nos museus tem sido privilegiada para quais finalidades?

Embora, no Brasil, as disputas travadas em nome da preservação da memória ainda não sejam muito comuns, observamos recentemente uma mudança desta situação, pois diversos grupos sociais começam a se dar conta de que também têm uma história para contar e que esta história, silenciada até então, precisa ser construída por meio de narrativas próprias e transmitida através de práticas e instituições sociais [...] (SANTOS, 2007, p.4).

Contudo, observa-se o racismo nos museus, quando insistem em narrativas que desvinculam a identidade e humanidade dos sujeitos negros através da exaltação de objetos de suplício e não evidenciam como por exemplo, mulheres que lutaram contra a escravidão como Dandara dos Palmares¹⁷, Luiza Mahín¹⁸, Chiquinha Gonzaga¹⁹, dentre outras, assim como abolicionistas como André Pinto Rebouças²⁰, Luís Gama²¹, José Carlos do Patrocínio²², Francisco José do Nascimento (Dragão do Mar)²³ e outros que possibilitam construir novas narrativas e outras memórias. Interpretamos que o (re)conhecer desses sujeitos negros na historiografia brasileira viabilizam outras compreensões e uma perspectiva histórica mais abrangente acerca da trajetória do Brasil. Desta maneira, evidencia-se a relevância e atuação significativa desses sujeitos no enfrentamento à escravidão, à discriminação racial e às disparidades sociais.

¹⁷ Esposa de Zumbi dos Palmares, simboliza a resistência e a luta contra a escravidão no Quilombo dos Palmares.

¹⁸ Importante figura na luta contra a escravidão no século XIX. Participou de movimentos abolicionistas e na Revolta dos Malês.

¹⁹ Compositora e primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil.

²⁰ Engenheiro e abolicionista, desempenhou um importante papel na modernização do Brasil no século XIX

²¹ Advogado, poeta e abolicionista. Foi um defensor dos direitos dos escravizados. Sua atuação como advogado libertou muitos escravizados mantidos em cativeiro ilegalmente.

²² Jornalista e líder abolicionista, foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

²³ Conhecido por se recusar em permitir o desembarque de escravizados no Ceará, considerado um símbolo da resistência no Nordeste brasileiro.

CAPÍTULO 3

A RELEVÂNCIA DE UM MUSEU EM UMA CIDADE DO INTERIOR DE MINAS GÉRIAS: PERSPECTIVAS A PARTIR DE ENTREVISTAS E CONTRIBUIÇÕES DO NEABI/UNIFAL-MG

3 A RELEVÂNCIA DE UM MUSEU EM UMA CIDADE DO INTERIOR DE MINAS GERAIS: PERSPECTIVAS A PARTIR DE ENTREVISTAS E CONTRIBUIÇÕES DO NEABI/UNIFAL-MG

Neste capítulo são apresentadas reflexões acerca da relevância de um Museu de tipologia universitária numa cidade no interior de Minas Gerais, que também é considerada uma cidade universitária, contar histórias a partir de perspectivas negras e/ou antirracistas. Foram realizadas entrevistas de modo remoto devido à distância de deslocamento dos entrevistados, por estarem em cidades distintas: Alfenas, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. As entrevistas foram realizadas em dias da semana diferentes e em horários distintos, de acordo com a disponibilidade de cada um dos entrevistados. Uma entrevista foi realizada no período da tarde, e as demais no período noturno. Para a realização das mesmas, foram encaminhados os termos de consentimento livre e esclarecido, assinados e devolvidos para a pesquisadora via e-mail.

As entrevistas foram realizadas com o professor Walter Francisco Figueiredo Lowande, professor no curso de História da UNIFAL-MG vinculado ao NEABI- UNIFAL-MG e coordenador do projeto Museus das *Rexistências*. Também foi realizada entrevista com Nayhara Juliana Aniele Pereira Thiers Vieira, técnica em assuntos Educacionais na Universidade Federal de Alfenas, e se justifica por ser coordenadora adjunta do projeto Museus das *Rexistências* e pelo seu envolvimento em atividades relacionadas ao NEABI/UNIFAL-MG. Jairza Fernandes Rocha da Silva também foi entrevistada pela razão de sua formação em Geografia, assim como a autora desta dissertação, sua condição de mulher negra e pelo seu envolvimento em atividades relacionadas ao NEABI/UNIFAL-MG. A decisão de entrevistar esses profissionais fundamenta-se na afinidade com a temática de Museus e questões étnico-raciais e no vínculo dos mesmos com o NEABI-UNIFAL-MG. Além desses, foi ainda realizada entrevista com a museóloga Luciana Menezes de Carvalho, justificada pelo fato de ter sido a primeira diretora e museóloga negra que atuou no MMP-UNIFAL-MG e deu início ao referido Museu.

Para as entrevistas, partimos de um roteiro estruturado, embora a entrevista com o professor Walter e Nayhara, tenha fugido a este escopo, organizando-se de maneira semiestruturada. A entrevista, entretanto se transformou em uma conversa que fluiu de forma mais livre.

O objetivo das entrevistas consistiu em perceber se o MMP-UNIFAL-MG caminha com as transformações ocorridas no âmbito da Museologia. Especificamente, busca-se analisar a inclusão de outros sujeitos na concepção e reflexão sobre o museu, destacando os sujeitos negros, fundamentada em conhecimento, saberes e protagonismo de sujeitos negros. Além disso, visa-se investigar a presença desses sujeitos em posições de liderança e tomada de decisões dentro da estrutura organizacional do Museu. Adicionalmente, procura-se identificar a existência ou ausência de diálogos raciais, esforços para combater ao racismo e a construção de narrativas contra-hegemônicas no referido Museu.

Cabe ressaltar que, durante as entrevistas, para além da abordagem sobre o Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG, foram relatadas as experiências do Museu das Rexistências, resultado de um projeto de extensão que surgiu a partir da necessidade de dar continuidade à proposta que foi premiada na competição *“Reimagining Museums for Climate Action – RMCA”* em 2020, que impulsionou a equipe a repensar as práticas museais, a partir de inquietações que se referiram a futuros verdes e justiça climática²⁴.

3.1 Cotas no Ensino Superior: Uma investigação sobre a implantação na UNIFAL-MG e as experiências no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas NEABI/UNIFAL-MG

Antes de apresentarmos nossas reflexões acerca das entrevistas é imperativo abordar sobre as cotas no contexto do Ensino Superior, em particular na implantação na UNIFAL-MG, considerando a relevância de conhecer algumas das experiências do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/UNIFAL-MG).

Como disse o professor Natalino Neves da Silva em minha qualificação "os nossos passos vêm de longe". Essa frase descortina o horizonte para as transformações que são possíveis de acontecer em diversos contextos. Neste íterim, concentraremos nossos esforços e atenção em dois âmbitos específicos: no âmbito universitário na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e no âmbito museológico exemplificado pelo Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG (MMP-UNIFAL-MG), de modo a compreender as influências de sujeitos, com distintas

²⁴ As informações sobre o Museu das Rexistências estão disponíveis em <https://www.unifal-mg.edu.br/museusdasreexistencias/>

vivências, histórias e outras perspectivas, e que podem impactar significativamente nas dinâmicas e estruturas desses contextos.

Nesse caso, cabe analisar a implementação das políticas de ações afirmativas no Ensino Superior, em particular, a implantação das cotas raciais na UNIFAL-MG. Além disso, é fundamental explorar a experiência do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da UNIFAL-MG (NEABI/UNIFAL-MG).

Entendemos que a aceitação de políticas de ações afirmativas no Ensino Superior gera uma série de debates e questionamentos. Este contexto suscita a seguinte indagação: porque tais políticas e um sistema de cotas concebidos para reparar as desigualdades históricas que apartaram os sujeitos negros do acesso à educação é motivo de desconforto e estranheza para alguns sujeitos? Esta questão se torna ainda mais complexa quando consideramos opiniões divergentes entre os próprios sujeitos e dirigentes negros que não consideram contextos históricos e as lutas travadas pelos movimentos sociais, como o Movimento Negro. Um exemplo são as declarações feitas em rede social pelo ex-presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo (CAMARGO, 2019), que afirma que “a escravidão foi terrível, mas benéfica para os descendentes e que os Negros do Brasil vivem melhor que os negros da África”; “não há salvação para o movimento negro. Precisa ser extinto! Fortalecê-lo é fortalecer a esquerda”.

O debate em torno das políticas de ações afirmativas revela a multiplicidade de perspectivas e opiniões sobre a sua eficácia como forma de reparação histórica retratando as tensões presentes na sociedade contemporânea quanto à equidade racial. Dito isto,

podemos considerar que as Políticas de Ações afirmativas se constituem, nesse século XXI, como um importante marco histórico a favor da promoção da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero [...] (SILVA, 2020, p.154).

Com base nas afirmações do autor, é possível reafirmar que tive a oportunidade de exercer um direito legítimo e diverso, alcançado através das lutas de meus antecessores, no que tange ao acesso ao Ensino Superior. Desta maneira, esse direito se estende àqueles que, historicamente, foram subalternizados, invisibilizados e destituídos de direitos, ou seja, aos negros e indígenas.

[...] Afinal, o público alvo a ser atingido por essas políticas é a população negra e indígena. Garantir o direito à educação superior para esta parcela da população implica, entre outras coisas, possibilitar o ambiente universitário mais diverso (SILVA, 2020, p.155)

A implantação de cotas raciais também é causa de debates e críticas, particularmente no que se refere a questões de justiça e meritocracia. Contudo, a implantação tem implicações e benefícios, como promoção da equidade, diversidade acadêmica, representatividade, e etc. Assim sendo, é necessária a mudança no pensamento e saberes eurocêntricos e coloniais que permeiam o âmbito acadêmico.

A partir da implantação das cotas raciais na UNIFAL-MG torna-se evidente que o campus de Alfenas se tornou mais diversificado, refletindo uma maior representatividade de estudantes negros. Tal fato não se limita apenas pela ocupação espacial dos corpos de sujeitos negros, mas se amplia a outros conhecimentos e estudos oriundos dos próprios sujeitos negros. A inserção de perspectivas e saberes provenientes de vivências e experiências destes sujeitos potencializa o ambiente acadêmico, contribuindo para a pluralidade e outros caminhos para abordagens educacionais. No que tange a implantação das cotas na UNIFAL-MG

[...] ocorreu a partir do ano de 2012, a fim de cumprir o dispositivo normativo legal previsto na Lei nº12.711/2012, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e instituições federais de ensino técnico de nível médio oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos[...] (SILVA, 2020, p.159)

É nesse contexto que destacamos a importância da heteroidentificação em contextos de ações afirmativas, podendo ser percebida por meio da promoção da diversidade. Além disso, a heteroidentificação atua no combate ao racismo, uma vez que visibiliza estudantes que pertencem a grupos historicamente marginalizados no sistema educacional. Adicionalmente, o aumento da representatividade, uma vez que a presença de estudantes de origens raciais diversas enriquece o âmbito acadêmico, enaltecendo perspectivas plurais e promovendo a compreensão intercultural. Por fim, a heteroidentificação instiga à conscientização identitária, ao pertencimento e à diminuição de possíveis fraudes em processos seletivos. Dito isto, uma iniciativa da UNIFAL-MG acerca da heteroidentificação foi a aprovação da Resolução nº 55/2018 que

[...] regulamenta procedimentos de heteroidentificação complementar à autodeclaração de candidatos negros (pretos e pardos) para fins de preenchimento das vagas reservadas nos cursos de graduação e concursos públicos para provimento de servidores efetivos no âmbito da Universidade [...] (SILVA, 2020, p.164)

Com o intuito de facilitar o processo de heteroidentificação, como observado no caso da UNIFAL-MG foi estabelecida a Comissão de Aferição de Veracidade de Autodeclaração de Candidatos(as) Negros(as) (CAVANE) em que

[...] a composição da CAVANE necessita atender, ainda ao critério da diversidade, garantindo que seus membros sejam distribuídos por gênero, cor, raça, vinculação profissional e, preferencialmente, naturalidade. Além disso, é importante eles possuírem formação sobre a temática da promoção da igualdade racial e do enfrentamento ao racismo (SILVA, 2020, p.165)

A necessidade de criação da CAVANE e uma comissão de heteroidentificação pode ser observada através do fragmento da entrevista concedida pelo professor Walter Francisco Figueiredo Lowande, em que

“Antes da criação da CAVANE, por exemplo, como hoje é conhecida, a gente ainda tinha muito problema. Acho que desde 2013, salvo engano, que começou essa política de acesso via de cotas, tinha muito caso de fraude. As pessoas se autoidentificavam como negras, ou seja, pretas e pardas, e ingressavam na universidade porque não tinha uma comissão de heteroidentificação”.

Com base nesse relato, é possível perceber a evidência de um problema pré-existente relacionado à autoidentificação para acesso às cotas raciais. A introdução de políticas de cotas pode ser considerada uma estratégia adotada para promover a inclusão de grupos historicamente sub-representados, mas a ocorrência de fraudes pode dificultar os objetivos dessas políticas. A menção à falta de uma comissão de heteroidentificação anterior ao referido ano destaca uma lacuna no processo de verificação, indicando a necessidade de medidas mais rigorosas para garantir a autenticidade das autoidentificações. Esse contexto é relevante para discutir as complexidades e desafios associados à implementação de políticas de cotas e como as instituições buscam a equidade.

No contexto da promoção da equidade e diversidade no âmbito institucional, destaca-se a atuação do núcleo de estudos afro-brasileiros e indígenas NEABI/UNIFAL-MG que

integra o Departamento de Direitos Humanos e Inclusão e é responsável por participar da constituição, avaliação e produção de conhecimentos relacionados às políticas institucionais relativas aos direitos humanos e às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Africanas e Afro-brasileiras e História e Cultura Indígenas, bem como planejamento, execução, monitoramento e disseminação de políticas, ações e serviços institucionais voltados ao enfrentamento e combate ao racismo (SILVA, 2020, p.166).

A Comissão permanente, a qual constitui o núcleo, foi criada por meio da Resolução CAE nº 4/2019. É essencial a existência do NEABI/UNIFAL-MG e

NEABIs em outras instituições na promoção da diversidade. Esta compreensão é indispensável para o fortalecimento de sociedades plurais e democráticas. Podemos certificar o início do NEABI/UNIFAL-MG como nos relata o professor Walter em que “o NEABI começou mais ou menos - não sei nem o ano - mas foi mais por iniciativa do professor Natalino; ele era professor de educação das relações étnico-raciais aqui da UNIFAL-MG, e tinha uma demanda muito específica à época, que era pensar a política de acesso e permanência da população negra na UNIFAL-MG, e por conta da lei de cotas”.

É possível perceber a preocupação de Natalino acerca da manutenção dessa população negra na Universidade, mas também não podemos deixar de salientar que os NEABI's desempenham um papel fundamental de combate ao racismo e à discriminação racial influenciando diretamente na desconstrução de preconceitos e na promoção da igualdade étnica. Além disso, a atuação desenvolve a conscientização, educação, o apoio aos estudantes, contribuição para a pesquisa e ensino, além de cidadania e engajamento social. O conhecimento dessas iniciativas é, portanto, fundamental para a sensibilização da sociedade no que tange às questões raciais e étnicas.

Não podemos deixar de evidenciar a composição dos membros do NEABI/UNIFAL-MG quando Jairza Fernandes Rocha da Silva nos relata que

“essa equipe do NEABI, não é Natalino, o NEABI não era Natalino nada. O NEABI era todo esse conjunto de professores e professoras, de funcionários técnicos administrativos e de parceiros e parceiras colaboradores do movimento negro alfenense também. Então, o NEABI era e é isso. É isso que é o núcleo de estudos afro-brasileiros. Ele não é uma pessoa. Ele é institucionalizado. Natalino saiu, o NEABI continua existindo. Tocando as coisas. É isso. É uma coisa que é institucional. Não é nosso. É um dos problemas que a gente tem também, justamente, quando se pensa a questão negra. É uma coisa que é personalizada. É da UNIFAL-MG. É o núcleo de estudos afro-brasileiros da UNIFAL-MG”.

Compreendemos assim que mesmo após a saída de Natalino, o NEABI continua existindo e desempenhando suas funções. Isso sugere uma estabilidade e continuidade nas atividades acadêmicas relacionadas aos estudos afro-brasileiros, demonstrando que o núcleo persiste. A composição do núcleo, abrangendo um conjunto de pessoas, incluindo professores, funcionários administrativos, e colaboradores do movimento negro é significativo, pois ressalta a ideia de que o trabalho em prol dos estudos afro-brasileiros não deve depender de um sujeito único, mas sim ser um esforço coletivo.

Salientamos também que algumas ações são realizadas pelo NEABI/UNIFAL-MG, como nos descreve o professor Walter em dado momento da entrevista “Então, o mês da Consciência Negra tem sido organizado pelo NEABI desde o início, além de outras ações”. Desse modo é possível verificar que dentre as temáticas abordadas na Semana da Consciência Negra na UNIFAL-MG nos anos consecutivos de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023, destacam-se: “Vidas negras na cidade e na universidade: existências e resistências”; “Queremos respirar! Confluências negras por direitos no Brasil e no Mundo”; Aquilombar para transformar: por um novo tempo e por novos futuros; “A Negra cor da esperança”; “O antes, o agora e o depois: 35 anos da questão racial negra no Brasil pós CF 1988”. Logo abaixo (Figuras 21, 22, 23, 24 e 25) seguem os exemplares de cartazes de divulgação referentes ao mês da consciência negra dos anos acima citados.

Figura 21. Cartaz 1 – mês da consciência negra



Fonte: <https://www.unifal-mg.edu.br/porta/2019/11/01/unifal-mg-vai-promover-discussoes-sobre-igualdade-racial-durante-atividades-educativas-e-culturais-programadas-para-o-mes-de-novembro/>

Figura 22. Cartaz 2 – mês da consciência negra



Fonte: <https://www.unifal-mg.edu.br/porta/eventos/mes-da-consciencia-negra-unifal-mg-queremos-respirar-confluencias-negras-por-direitos-no-brasil-e-no-mundo/>

Figura 23. Cartaz 3 – mês da consciência negra



Fonte: <https://www.unifal-mg.edu.br/prace/3935-2/>

Figura 24. Cartaz 4 – mês da consciência negra



Fonte: <https://www.unifal-mg.edu.br/porta/ eventos/mes-da-consciencia-negra-unifal-mg-a-negra-cor-da-esperanca/>

Figura 25. Cartaz 5 – mês da consciência negra



Fonte: <https://www.unifal-mg.edu.br/porta/ eventos/mes-da-consciencia-negra-unifal-mg-a-negra-cor-da-esperanca/>

Ademais, identifica-se ações que não foram implementadas pelo NEABI-UNIFAL-MG contudo, tais ações contribuem para a promoção de uma universidade mais diversa, bem como para a construção de um caminho que propicie outras reflexões; a

saber: Semana Científica da Consciência Negra de 2015 que abordou o *tema “As contribuições dos negros e das negras para a arte, cultura, saúde, ciência e tecnologia”* enquanto que em 2017 explorou a temática “Caminhos para a igualdade: as conquistas de negras e negros no Brasil contemporâneo”.

Ao considerar a importância de diálogos no âmbito acadêmico oriundos de sujeitos negros podemos destacar alguns fatores que são fundamentais nesse caminho. Dito isto, ressalta-se o reconhecimento da diversidade, onde as interações possibilitam o reconhecimento de experiências plurais. Nesse percurso também identificam-se desafios enfrentados por tais sujeitos durante a graduação. Isso permite o desenvolvimento de políticas e estratégias no combate à discriminação, racismo, exclusão, estereótipos. Em contrapartida aos desafios enfrentados, cria-se um ambiente em que podem se sentir compreendidos e respeitados, o que pode tornar a jornada e espaço acadêmicos mais leve e melhor. Além disso, promover a melhoria das políticas voltadas para Instituições, no sentido de impulsionar as instituições a aprimorar suas práticas de ensino bem como as suas políticas no que tange às necessidades desses sujeitos. A partilha de suas experiências podem impactar significativamente na construção de identidade e autoestima. Para além disso, a partir de diálogos podem ser construídos um conhecimento coletivo acerca de questões raciais, contribuindo para uma educação antirracista e crítica. Assim, com o propósito de fomentar a prática da escuta e incentivar diálogos entre graduandos negros, é realizado o “Chá Preto” que

[...] é uma ação extensionista realizado pelo NEABI/UNIFAL-MG, que constitui enquanto espaço de sociabilidade afeto-político destinado a promover diálogos e escutas das experiências de graduandos(as) negros(as) cotistas e não cotistas raciais por meio da roda de conversa (SILVA, 2020, p.168).

Com o intuito de destacar as ações propostas na programação do evento, a seguir, apresentam-se algumas fotos (Figura 26) das edições da Semana da Consciência Negra. Estas imagens registraram a participação de entidades do movimento negro, gestores municipais, gestores universitários, docentes e discentes.

Figura 26. Edições da Semana da Consciência Negra



Fonte: Jairza Silva e Nayhara Juliana Aniele Pereira Thiers Vieira

Nesse contexto, não podemos deixar de mencionar a instituição do feriado do dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, na cidade de Alfenas. Além disso, destaca-se a relevância do decreto nº 2.438, datado de 08 de novembro de 2019, o qual formaliza a política municipal de promoção da igualdade racial.

3.2 Nas entrelinhas das entrevistas

Ter tido a experiência de entrevistar Walter Francisco Figueiredo Lowande, Nayhara J. A. Pereira Thiers Vieira, Jairza Fernandes Rocha da Silva e Luciana Menezes de Carvalho, contribuiu para outros olhares sobre a Museologia. Esses diálogos reiteraram a importância de contínuas discussões no âmbito dos museus, destacando a necessidade da participação, da atuação de sujeitos negros na elaboração de narrativas museológicas contra-hegemônicas, visando evidenciar as vivências, experiências, cosmologias e forma de resistências desses sujeitos que historicamente foram subrepresentados nos museus até o século XX. Especificamente, essas conversas despertaram uma nova percepção em relação ao MMP-UNIFAL-MG. Embora cada entrevista traga aspectos singulares, todas convergiram para reafirmar a necessidade da presença de sujeitos plurais nos museus, com foco especial em sujeitos negros. No anexo, apresentamos as entrevistas para leitura e discutimos aqui as experiências e conclusões que extraímos delas. As entrevistas estão organizadas na ordem cronológica de sua realização. A primeira entrevista foi realizada no dia 18 de

setembro de 2023; a segunda entrevista, por sua vez, ocorreu no dia 05 de outubro de 2023; finalmente, a terceira entrevista foi conduzida no dia 27 de dezembro de 2023. Este arranjo sequencial visa proporcionar uma visão temporal clara das interações realizadas, permitindo uma análise mais precisa e contextualizada das informações obtidas em cada entrevista.

Para compreender os aspectos museológicos é crucial não apenas a assimilação teórica, mas também a vivência de profissionais que integram o âmbito da Museologia e das Ciências Sociais, especialmente aqueles que já ocuparam o lugar de tomada de decisões e seguem articulando contextos e diálogos contra-hegemônicos e antirracistas nos museus.

Durante o percurso de conhecimento do MMP-UNIFAL-MG, compreender o seu funcionamento revela-se uma tarefa complexa, uma vez que o Museu é constituído por espaços que não condizem com a própria denominação da Instituição. Torna-se evidente que a memória instituída e celebrada em espaços específicos, notadamente na Reserva técnica e a exposição intitulada “Recortes da EFOA à UNIFAL-MG”, está direcionada predominantemente à memória da EFOA. Luciana Menezes de Carvalho nos faz a explanação acerca dessa memória em dado momento de sua entrevista que tem o seu início na EFOA e atravessa o Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG. “Acho que para falar de EFOA é falar de tradição, né? Então, acho que o apego de muitos, até que ainda tenha esse vínculo com a EFOA, é um vínculo com a tradição, e por que não uma Instituição mais tradicional do que o próprio museu, né? Apenas a ideia de museu que se tem? Então, pensava-se nos anos 90 no centro de memória e no início dos anos 2000 com uma transformação em universidade é a própria reitoria que imagina a possibilidade de ter um museu, e isso é muito interessante, porque eu acho que essa ideia de museu era pouca; não podemos perder essa memória institucional, agora somos outra coisa, mas não podemos esquecer o que éramos”.

Assim, levantamos o questionamento sobre a tipologia do museu, que por estar vinculado a uma universidade, deveria ser esperado que celebrasse a memória da Instituição de forma abrangente, ou seja, abordando a sua totalidade.

Os museus celebrativos da memória do poder - ainda que tenham tido origem, em termos de modelo, nos séculos XVIII e XIX - continuaram sobrevivendo e proliferando durante todo o século XX [...] (CHAGAS, 1999, p.21).

Nesse ponto, é perceptível os traços dos espaços de memória que o museu carrega consigo, configurando-se como uma instituição que celebra determinada memória. Atualmente, não o concebemos estritamente como Museu da Memória e

Patrimônio da UNIFAL-MG, pois percebemos que os seus espaços são distintos e desvinculados da proposta subjacente à denominação do próprio Museu. Assim, acreditamos que o referido museu, além de se enquadrar nas tipologias de Museu Universitário e/ ou Museu de Ciência & Tecnologia, mantém os reflexos característicos dos museus que celebram a memória vinculada ao poder.

Para estes museus, a celebração ideológica é a pedra de toque. O culto à saudade, aos acervos valiosos e gloriosos é o fundamental. Eles tendem a se constituir em espaços pouco democráticos onde prevalece o argumento de autoridade, onde o que importa é celebrar o poder ou o predomínio de um grupo social, étnico, religioso ou econômico sobre os outros grupos. Os objetos, para aqueles que alimentam estes modelos museais, são coágulos de poder e indicadores de prestígio social. Distanciados da idéia de documento, querem apenas monumentos [...] (CHAGAS, 1999, p.21).

No que tange a grupos sociais que estão presentes no MMP-UNIFAL-MG, é evidente o predomínio de sujeitos brancos. Diante dessa observação, emergem as indagações acerca das memórias dos sujeitos negros no âmbito do Museu. Quem são esses sujeitos? Quais são as suas histórias e trajetórias tanto acadêmicas quanto profissionais? Estes questionamentos buscam destacar a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva em relação à inclusão e visibilidade de diferentes grupos étnicos nos contextos museológicos.

“Eu acho que tem uma memória institucional e há um apagamento, a gente não conhece quem são esses corpos negros que ocuparam essa instituição, e a gente não conhece tanto a nível de próprios docentes e discentes como também da maioria da população negra que ocupou esse espaço que provavelmente estava em posições que não eram visíveis na instituição. Então eu acho que precisa também fazer essa memória institucional, quem foram esses corpos que ocuparam no passado? Existe ainda pessoas que podem fazer esses relatos, de como era essa vida”? questiona Luciana Menezes de Carvalho.

A partir dessa percepção é possível identificar as lacunas quanto à invisibilidade e ausência de sujeitos negros nos espaços do museu. Promover ações que visem a equidade, reconhecendo a pluralidade de experiências e contribuições de sujeitos negros na construção da memória do Museu permitem construir outras perspectivas e refletir sobre a abordagem de outras experiências museológicas.

Após a análise da primeira entrevista, é possível perceber que o NEABI-UNIFAL-MG pode ser o fio condutor que introduz os estudantes negros e indígenas em espaços

de memória, como o Museu, a fim de promover o reconhecimento e afirmação de suas identidades étnicas além de tornar o espaço plural, propiciando diálogos pertinentes às questões étnico-raciais, destacando as possíveis identidades negras que podem estar dentro do Museu. Este enfoque abrange tanto os habitantes que compõem a cidade de Alfenas quanto os universitários que escolhem estudar na UNIFAL-MG.

Tornou-se evidente a importância substancial de profissionais negros, atentos às demandas institucionais dos estudantes, e é perceptível e inegável isto sendo representado pelo professor Natalino. Neste contexto, não estamos desconsiderando profissionais que se autodeclararam brancos, pardos, indígenas. Contudo, salientamos a distinção significativa quando o profissional se identifica como negro, reconhecendo, com propriedade os possíveis obstáculos enfrentados por sujeitos negros para manterem-se na Universidade. Nesse sentido, ocupar o Museu é um ato, pois o consideramos como um território de disputas, de silenciamento, invisibilidade e em alguns contextos, de protagonismos. “Essa questão do meu corpo afetado pela racialidade é importantíssimo porque vai considerar questões que uma pessoa branca, por melhor capacitada que ela seja, por melhor orientada que ela seja ou até mesmo que ela tenha pesquisas na área, a vivência é diferente” (Luciana Menezes de Carvalho).

No que tange à necessidade de eventos, observamos nos eventos da Consciência negra, promovidos pelo Núcleo, um aliado no processo de descolonização do Museu e do pensamento social que historicamente estereotipou os sujeitos negros de maneira subalterna. Além disso, identificamos potenciais ações que podem ser compartilhadas entre o Núcleo e o Museu, para que outras perspectivas sobre museus e cosmovisões sejam dialogadas. Este diálogo é essencial para promover a representatividade e representações desses sujeitos, que venham a integrar o contexto institucional.

No tocante à iniciativa do projeto Museu das Rexistências, consideramos que esta se configura como uma abordagem contra-colonial, contra-hegemônica, representando uma forma de resistência que abrange não apenas as comunidades que contribuíram no referido projeto, mas também engloba expressões que também são viáveis na Museologia como a ancestralidade. Este fenômeno transcende os domínios dos saberes humanos, valendo-se de saberes ancestrais, de oralidade e tradição, os quais são transmitidos às gerações presentes e futuras. Constitui-se, assim, como uma forma de expressão da identidade dessas comunidades, destacando o seu protagonismo no combate ao racismo e aos efeitos advindos do Antropoceno.

A percepção de que o MMP-UNIFAL-MG foi pensado nesse projeto do Museu das Resistências, como espaço de registro dessas experiências na UNIFAL-MG, demonstra a viabilidade de outras museologias possíveis, museologias alternativas e contra-coloniais. Este contexto é oportuno para a inserção de outros sujeitos no Museu, como foi no mês de Novembro de 2023, em que os membros da Tenda de Umbanda e Candomblé Maria Baiana de Aguiné, adentraram e ocuparam o Museu como dito anteriormente pela primeira vez. Esta ocupação se deu através da palestra centrada na Etnobotânica, acompanhada de apresentação de cantos e danças características do Terreiro como dito anteriormente.

É possível afirmar que o MMP-UNIFAL-MG também se insere nesse movimento no âmbito da Museologia, onde há uma reivindicação para que esses espaços sejam ocupados por outros sujeitos. Nesse contexto, as funções dos Museus são questionadas e os discursos até então estabelecidos estão sendo não apenas questionados, mas submetidos à crítica quanto à sua autenticidade. Isso se deve à compreensão de que não existe uma história, uma narrativa única acerca dos sujeitos negros.

O movimento de envolver a comunidade externa a essas comunidades que foram parceiras no projeto, que compreende a comunidade escolar localizada em bairro periférico de Alfenas, transcendeu a utopia ao concretizar uma ação compartilhada entre saberes acadêmicos e os saberes que são construídos no cotidiano, ou passado de geração para outras gerações.

Entendemos assim, o MMP-UNIFAL-MG como um espaço potencial a ser ocupado pelos sujeitos, caracterizado pela pluralidade e a capacidade de ser espaço de encontro das diferenças entre os sujeitos. Além disso, é concebido como um espaço para reflexões e debates sobre relações étnico-raciais.

Já na segunda entrevista, torna-se claro que os sujeitos negros podem não se sentir pertencentes ao Museu. Isso ressalta a importância do museu estabelecer relações e implementar ações e eventos que suscitem o pertencimento racial nesse espaço.

Apesar de ser natural de Alfenas, inicialmente não havia me atentado aos traços negros da cidade até o início de minha pesquisa. Constatei a existência de bairros, como o Santos Reis, onde uma considerável parcela de seus moradores são negros, e ouvi relatos sobre alguns personagens marcantes em Alfenas que também são negros.

Ao tomar conhecimento do Terreiro Tenda de Umbanda e Candomblé Maria Baiana de Aguiné, comecei a refletir sobre outras formas de se conceber o Museu, a

perceber os traços da Museologia que tem se despertado para a inserção de outros sujeitos, para inserção de narrativas diversas e plurais. Emerge, assim, traços fortes de resistência e preservação da memória de religiões de matrizes africanas, um território negro com protagonistas negros.

Em termos geográficos, constatamos a existência de territórios negros na cidade. Nessa relação de sujeitos negros e o Museu, entendemos que este último se configura como um espaço potencial a ser ocupado por tais sujeitos, para que sejam manifestadas as expressões das religiões de matrizes africanas, identidades negras, bem como diálogos raciais, abrindo caminhos para outras pluralidades de sujeitos e suas expressões identitárias.

Consideramos o Museu como território de disputas, como mencionado anteriormente, mas o compreendemos também como espaço em que pode abrigar por exemplo expressões identitárias dos sujeitos em sua pluralidade. Tal compreensão está intrinsecamente ligada à questão do pertencimento e representatividade, contextos essenciais para que esse espaço seja ocupado.

Finalizando com a terceira entrevista, a relevância de Alfenas é notável devido à sua característica de cidade universitária, o que a torna referência na região, principalmente no âmbito da saúde, destacando-se pela presença de duas instituições superiores, a UNIFAL-MG e UNIFENAS. A existência de um Museu vinculado à universidade, localizado no centro da cidade, indica a visibilidade atribuída à memória dessa instituição e à uma tradição de uma instituição de Ensino Superior. Do ponto de vista geográfico, o museu além de estar situado no centro da cidade, está ao lado do terminal rodoviário com intenso fluxo de pessoas, porém nem todas as pessoas sabem da existência do Museu. Recentemente foi fixada uma placa de identificação do Museu.

Torna-se evidente a memória deixada pela EFOA na cidade, persistindo um vínculo, até mesmo uma relação de certa forma afetiva, que se estabeleceu entre os habitantes da cidade com a EFOA, a ponto de alguns ainda se referirem à EFOA, em vez de UNIFAL-MG. Como mencionado acima, alguns sujeitos desconhecem a existência do Museu, mas podemos questionar para quem é esse Museu? A valorização do Museu se dá por aqueles que tiveram alguma experiência com a EFOA diretamente ou indiretamente, seja como ex-alunos ou através de familiares que frequentaram a instituição.

A importância do museu como espaço de ensino não-formal se destaca com as experiências das visitas escolares, evidenciando seu papel de grande relevância na

educação. Em várias visitas, percebemos como alguns estudantes ficam extasiados por entrarem pela primeira vez no Museu.

No que diz respeito à atuação profissional de sujeitos negros em espaços de poder, como os museus, destaca-se a necessidade de equidade, diversidade e perspectivas a partir desses sujeitos, afim de que outras narrativas diversas sejam construídas. Temos que levar em consideração as vivências desses profissionais e sujeitos nas tomadas de decisões e na representatividade para superar o apagamento e a invisibilidade históricos desses sujeitos na instituição, uma vez que têm propriedade para falar e para articular contextos raciais. Há um apagamento, uma invisibilidade desses sujeitos na instituição e isso é sintomático e problemático, pois eles existiram e têm uma história.

No que diz respeito à virada de perspectiva dos museus, podemos dizer que o MMP-UNIFAL-MG está atravessando esse processo, podendo ser considerado um espaço de articulações possíveis. Apesar de já ser uma instituição estabelecida com uma memória instituída, o Museu pode ser um espaço alternativo e potencial, onde os sujeitos que o compõem e venham a compor possam refletir sobre o significado de Museu e as museologias alternativas e possíveis que leve em consideração os sujeitos que até o século passado foram subrepresentados nos museus, a exemplo dos sujeitos negros.

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Entendemos que um dos motores que tem movido os museus na atualidade são os diálogos e debates com e sobre os sujeitos historicamente subalternizados, levando em consideração suas perspectivas e regimes de valores demonstrando desse modo outras perspectivas de histórias narradas nos museus. Além desse contexto, no âmbito da Museologia, os públicos em sua diversidade têm se valido do seu direito de voz e expressão, deixando uma memória de resistência e resiliência frente às tentativas de apagamento e invisibilidade nos variados âmbitos sociais, dentre eles os museus.

De acordo com a perspectiva de Santos (2022) acerca dos museus afro-brasileiros feitos e articulados por negros, verificam-se novas fontes, personagens, inflexões, conceitos e práticas e que reconhecem o direito à memória de povos discriminados historicamente e a entrada de agentes sociais que pertencem ao movimento negro. Nesse contexto, compreendemos que tal dinâmica pode atingir as demais instituições museológicas, em suas variadas tipologias, pois, a inserção de outros sujeitos nos museus caracteriza uma renovação no modo de apreensão e representação desses sujeitos nos museus.

Observa-se que o eco das discussões que permeiam a Museologia tanto a nível nacional quanto internacional não é tão significativo em cidades interioranas afastadas de grandes centros urbanos que não dispõem de cursos de Museologia, como é o caso de Alfenas-MG. Destacamos que tais discussões ainda têm colocado em evidência a forte presença de profissionais brancos e uma baixa presença de profissionais negros que estão em posições de tomada de decisões nos museus.

Compreendemos a relevância de profissionais da museologia em tomadas de decisões nos museus, pois torna-se efetiva a articulação das discussões que estão em voga com as práticas museológicas que cada instituição precisa levando em conta o contexto em que se insere. Além disso, é impreterível a presença de museólogas(os) negras(os) nas instituições museológicas, negros(as), indígenas, mulheres, pessoas LGBTQI+ e/ou com deficiência, entre outros que corporifiquem a diversidade cultural e social brasileira. Estes profissionais devem estar atentos às demandas institucionais, às reivindicações de memórias de sujeitos negros e outros grupos sociais, bem como a outras formas de museologia e práticas museais que corroborem opressões e violências.

Acreditamos que os museus se transformam em reposta às demandas e reivindicações dos diferentes grupos sociais. Reiteramos a importância de ter museólogas(os) negras(os) nas tomadas de decisões nos museus e uma representação

mais autêntica da diversidade étnica e cultural da sociedade, contribuindo para evitar a marginalização e a exclusão de perspectivas, histórias e experiências de sujeitos negros.

A presença desses profissionais pode oferecer uma sensibilidade cultural única para as decisões, programas educacionais, qualificação de coleções, perspectivas curatoriais e exposições dos museus, compreendendo de forma mais profunda as questões que afetam os sujeitos negros garantindo que essas questões sejam abordadas de forma autêntica e respeitosa.

A atuação desses profissionais pode auxiliar os museus a construírem narrativas mais autênticas sobre a história e a cultura negra. Isso é essencial para garantir que as exposições tenham perspectivas a partir de sujeitos negros.

Por fim, acreditamos que a presença de museólogas(os) negras(os) pode contribuir significativamente para tornar os museus mais acessíveis promovendo programas e iniciativas mais diversos. Esses profissionais podem desempenhar um papel crucial na criação de espaços que os sujeitos negros se sintam representados e pertencentes. Desse modo, compreendemos que o caminho de musealização não está isento de disputas simbólicas e políticas mas consideramos ser distintos devido à inserção desses sujeitos.

É possível perceber que os sujeitos negros têm ocupado as instituições museológicas, a exemplo do Museu da República²⁵, do ato de ocupação no Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG (MMP-UNIFAL-MG) pelos membros do Terreiro Tenda de Umbanda e Candomblé Maria Baiana de Aguiné dentre outros.

Consideramos que, apesar da denominação Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG (MMP-UNIFAL-MG), a memória que é evidente em todos os seus espaços está vinculada à memória da EFOA. Esta percepção indica que, mesmo mantendo a denominação mencionada, os espaços que testemunham a transição da EFOA para UNIFAL-MG, são o MHN e Espaço ciência, dada a sua abrangência nos cursos de Geografia e Ciências Biológicas, que foram incorporados à instituição após esse período de transição.

Compreendemos que o MMP-UNIFAL-MG, por ser uma unidade vinculada à Universidade, tem sido espaço para trocas de experiências e diálogos entre os sujeitos e os públicos em sua diversidade. Contudo, observamos que as práticas museológicas não têm sido efetivas, e os avanços são limitados, especialmente se consideramos a

²⁵ O Museu da República abriga o acervo de objetos de religiosidades afro-brasileiras denominado Nosso Sagrado. O acervo foi confiscado pela polícia do Rio de Janeiro em casas de santo desde as primeiras décadas do Brasil-República. A transferência dos objetos para o Museu se deu em 21 de setembro de 2020 e a gestão do acervo se dá de maneira compartilhada entre os profissionais de museus e líderes religiosos.

atual gestão que é composta como dito anteriormente por biólogos, que não têm acompanhado as discussões e os desdobramentos da Museologia nem fomentado discussões e ações sobre Memória e Patrimônio como é a denominação do museu.

Consideramos que a compreensão da dinâmica no MMP-UNIFAL-MG apresenta desafios, uma vez que parece haver uma complexidade na gestão do espaço, sugerindo a coexistência do Museu de História Natural dentro do MMP-UNIFAL-MG. A partir da análise dos gráficos gerados segundo os questionários, observamos uma adesão relativamente baixa dos sujeitos autodeclarados negros nos finais de semana, é baixa em relação aos sujeitos que se autodeclararam brancos e aos sujeitos que se autodeclararam pardos. Essa circunstância pode estar atrelada ao sentimento de não pertencimento nesse espaço ou desconhecimento da existência de um museu na cidade.

Acreditamos que a presente pesquisa abre possíveis caminhos para futuras investigações, principalmente considerando a vinculação do Museu a uma Universidade Federal, localizado numa cidade do interior de Minas Gerais. Este contexto possibilita a identificação de lacunas e desafios, sobretudo no que diz respeito à representação étnico-racial nesse museu e em outros museus, bem como os desafios enfrentados por instituições museológicas na promoção da diversidade e inclusão. Outros desdobramentos possíveis envolvem o desenvolvimento de estratégias de inclusão para melhorar a representatividade étnico-racial nos museus e no MMP-UNIFAL-MG. Isso poderia ser alcançado com uma política de aquisição de acervo e um programa de exposições que reflitam a diversidade da população local. Ressalta-se ainda o impacto potencial na comunidade externa e universitária em termos de conscientização acerca de questões étnico-raciais, diálogos entre os diversos sujeitos e grupos sociais e construção de identidade. Além disso, sugere-se uma análise de narrativas que estão presentes nos museus universitários, investigando como se dá a abordagem da história, cultura e contribuições dos diferentes públicos em sua diversidade na cidade de Alfenas e na região.

Adicionalmente, propõe-se a promoção de parcerias interinstitucionais, entre os museus universitários, instituições de Ensino Superior e população local para o desenvolvimento de programas educacionais e culturais.

Nesse sentido, compreendemos que o NEABI-UNIFAL e o Museu das Rexistências têm desempenhado papéis significativos na articulação de narrativas museológicas com questões raciais, abordando as contribuições dos sujeitos negros e desconstruindo narrativas eurocêntricas e coloniais que historicamente marginalizaram tais sujeitos. A partir dessas contribuições têm-se narrativas diversas e plurais em

debates culturais e acadêmicos. Portanto, tanto o NEABI-UNIFAL como o Museu das Resistências são aliados essenciais na articulação e promoção de debates contra-coloniais, possibilitando que as perspectivas e as vozes desses sujeitos sejam ouvidas e representadas, especificamente em contextos museológicos, onde suas histórias precisam ser contadas, desafiando as narrativas tradicionais que frequentemente silenciaram ou distorceram essas experiências.

Acreditamos que as narrativas raciais compõem as discussões acadêmicas e culturais, influenciando a compreensão dos sujeitos sociais acerca da diversidade racial e cultural. Tais ações são fundamentais para a construção de uma sociedade mais equitativa, cujas culturas e histórias sejam reconhecidas e respeitadas.

Já para o campo da Museologia pretendemos trazer contribuições para a teoria e prática, de modo a fornecer reflexões necessárias sobre como as questões étnico-raciais são abordadas nos museus universitários, contribuindo também para o desenvolvimento das disciplinas nos cursos de Museologia, além de influenciar a formulação de políticas museológicas que promovam a representatividade e a inserção étnico-racial nos museus universitários. Além do desenvolvimento de estratégias curatoriais para tornar as narrativas mais sensíveis à diversidade étnico-racial é relevante ressaltar o engajamento das comunidades, ao destacar a importância da representatividade étnico-racial nos museus e incentivar a participação/colaboração dos grupos sociais na vida cultural das instituições.

Entendemos que a Museologia tem trilhado o seu caminho de modo a fomentar diálogos e debates acadêmicos e práticos sobre as complexidades envolvidas na representação étnico-racial nos museus, levando outros desdobramentos no fazer museológico e no desenvolvimento no campo de estudos museológicos.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. O contexto do visitante na experiência museal: semelhanças e diferenças entre museus de ciência e de arte. **História, ciências, saúde - Manguinhos**, n. 12 (supl), p. 31-53, 2005.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRANQUINHO, E. S.; OLIVEIRA, J. M. A produção e a reprodução da periferia em Alfenas-MG: um estudo da expansão urbana com o uso de fotografia aérea com pipa. **Estudos Geográficos**, v. 11, n. 2, p. 34-53, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 04 mar 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui a Lei Brasileira Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 04 mar 2024.

CALENDÁRIO DE EFEMÉRIDES DA CULTURA NEGRA. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/responsabilidade-social/oel/calendario>. Acesso em: 10 mar. 2023.

CARVALHO, C. V. *et al.* Escravo x escravizado: reflexões sobre a escravização. **Revista Pergaminho**, n. 12, p. 106-115, 2021.

CHAGAS, M. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 13, n. 13, 1999.

CHAGAS, M. Casas e portas da memória e do patrimônio. **Em Questão**, v. 13, n. 2, p. 207-224, 2007.

CHAGAS, M. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 19, n. 19, 11, 2002.

CHAGAS, M. *et al.* A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 55, n. 11, 2018.

CHAGAS, M. S.; STORINO, C. M. P. Os museus são bons para pensar, sentir e agir. **Revista Brasileira de Museus e Museologia**, n. 3, 2007.

COSTA, T. M. M. **Cafeicultura e transformações socioespaciais no município de Alfenas-MG pós-inundação pelo Lago de Furnas**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Alfenas / UNIFAL-MG, Alfenas, 2023.

CUNHA, M. N. B. Memórias afro brasileiras institucionalizadas. Tentando ler exposições de museus e seus periódicos. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 26, p. 273-283, 2003.

CUNHA, M. N. B. Museus, memórias e culturas afro-brasileiras. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, v. 5, p. 78-88, 2017.

CUNHA, M. N. B. **Teatro de memórias, palco de esquecimentos**: culturas africanas e das diásporas negras em exposições. 2006. 285 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CAMARGO, S. **Declaração de Sérgio Camargo**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/28/novo-presidente-da-fundacao-palmares-minimiza-racismo-no-brasil-em-post.ghtml> Acesso em: 04 nov. 2023.

COSTA, T.M.M. **Cafeicultura e transformações socioespaciais no município de Alfenas-MG pós-inundação pelo lago de Furnas**. 2023. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2023.

FERREIRA, J. P. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. IBGE. 1958.

FIGUEIREDO, Â. **Descolonização do conhecimento no século XXI**. In: SANTIAGO, A. R. *et al.* (Org.). Cruz das Almas/BA: UFRB, 2019.

GOMES, M. F. F.; CUNHA, M. B. O museu como agente de transformação: a inclusão cultural. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 1, p. 61-84, 2013.

HISTÓRIA DA EFOA. **História**. Disponível em: <https://www.UNIFAL-MG-mg.edu.br/porta1/a-UNIFAL-MG-mg/>. Acesso em: 04 abril 2023.

IBGE. **Mapa população escrava no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/porta1.php#mapa207219>. Acesso em: 04 maio 2023.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LOURENÇO, J. F.; MORAES, J. N. L. Reflexões iniciais sobre a representação da pessoa negra em museus diante do debate acerca da descolonização do pensamento museológico. 2021. p. 118-124. **XXIX Encontro Regional do ICOFOM LAC**. Cidade do México, México (modalidade virtual), 2021.

NETO, M. D. Registros de batismos de escravos em Alfenas (MG) nas primeiras décadas do século XIX - nota de pesquisa. 2017. Disponível em: https://www.abphe.org.br/arquivos/mario-danieli-neto_1.pdf. Acesso em: 04 mar 2023.

MARTINS, M. L. Plantar, pasturar e fiar na Vila Formosa de Alfenas, MG: décadas de 1850-1890. **Estudos Econômicos**, v. 43, n.2, p. 397-429, 2013.

MESQUITA, J. M. Portugueses no tráfico ilegal de escravizados para o Brasil: os casos de Manoel Pinto da Fonseca e José Bernardino de Sá. **Anais do Museu Paulista**, v.53, p. 23-43, 2020.

MORAES, J. N. L. Entretecendo conceitos, mirando o horizonte da participação: musealização, comunicação e públicos. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 9, n. Especial, p. 144-160, 2020.

MORAES, J. N. L. A dimensão pública dos museus diante do horizonte da participação dos públicos na musealização: desafios, controvérsias e potencialidades da diversificação e pluralização de relações entre públicos e museus. In: **XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 2022, Porto Alegre. Anais do XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2022.

MORAES, J. N. L. Horizontes e itinerários da participação dos públicos nos Museus. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 10, n. 20, p. 168-190, 2021.

MORAES, J. N. L. Museus e público(s): a centralidade da relação público(s) - museu nos debates contemporâneos da museologia. In: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANCIB; UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/viewPaper/738>. Acesso em: 17 mar. 2022.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2016.

NOVA DEFINIÇÃO DE MUSEU. Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=2776. Acesso em: 04 abril 2023.

PASSOS, M. U. S. **O valor do negro**: O processo de musealização do Museu do Ceará. 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RAIMUNDO, G.; VALE, A. R. A escravidão contemporânea em espaços rurais: uma abordagem geográfica sobre os apanhadores de café na mesorregião sul/sudoeste de minas. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v. 1, n. 34, p. 309-338, 2021.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das

Letras, 2019.

SANTOS, D. S. **Museologia e Africanidades: Experiências museológicas de mulheres negras em museus afro-brasileiros**. Tese de doutorado. 2021. 290 p. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2021.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. S. **Entre o tronco e os atabaques**. In: PEREIRA, C.; SANSONE, L. Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos (Org.). Salvador: EDUFBA, 2007.

SILVA, A. L. **A opinião pública sobre as vozes negras abolicionistas e as escrevivências de Maria Firmina dos Reis na perspectiva da Nova História Política Maringá - PR 2023**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá - UEM. 2023.

SILVA, N. N. As políticas de Ações Afirmativas no Ensino Superior são um problema? In: ROVAL, M. G. O. **Revisionismos: a universidade esclarece**. Salvador: Editora Mente Aberta, 2020.

SANTOS, D. S. Apontamentos sobre narrativas nos Museus Afro-Brasileiros. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 11, n. 22, p. 94-116, 2022.

SANTOS, D. S. et al. Museu e Patrimônio das culturas afrodiaspóricas. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 11, n. 22, p. 11-13, 2022.

SIMA. **Sistema de Museus da UNIFAL-MG**. Disponível em: <https://www.UNIFAL-MG-mg.edu.br/portal/2023/01/26/UNIFAL-MG-mg-institui-sistema-de-museus-arquivos-historicos-e-ou-centros-de-documentacao-orgao-integrara-acoes-de-divulgacao-e-visitacao-dos-espacos-museais-e-acervos-historicos-institucionais/>. Acesso em: 04 jun 2023.

SIQUEIRA, J. M.; ZANATTA, A. A.; FARDIN, S. A. Ensinaamentos decoloniais do Museu Worikg e suas curadoras Kaingang. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília**, v. 10, n. 19, p. 83-100, 2021.

TAILLE, E. H.; SANTOS, A. R. Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade. **Anais III SIDIS**. 2012.

ANEXOS

ANEXOS - ENTREVISTAS

Entrevistados: Walter e Nayhara

Josiane: Eu procurei por materiais do NEABI, obtive respostas de Janaína indicando a ausência de material físico. Qual é a origem e a história do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)?

Walter: Então, eu não sei te falar. Assim, o NEABI ele começou mais ou menos- não sei nem o ano- mas foi mais por iniciativa do professor Natalino ele era professor de educação das relações étnico-raciais aqui da UNIFAL-MG, e tinha uma demanda muito específica à época, que era pensar a política de acesso e permanência da população negra na UNIFAL-MG, e por conta da lei de cotas. Antes da criação da CAVANE, por exemplo, como hoje é conhecida, a gente ainda tinha muito problema. Acho que desde 2013, salvo engano, que começou essa política de acesso via de cotas, tinha muito caso de fraude. As pessoas se autoidentificavam como negras, ou seja, pretas e pardas, e ingressavam na universidade porque não tinha uma comissão de heteroidentificação. Então, embora o escopo das ações do NEABI seja bem mais abrangente, os objetivos as finalidades, do NEABI eles estão no regimento da PRACE, num capítulo ou um artigo específico sobre as atribuições do NEABI que é o seguinte: prestar assessoria para a reitoria para as ações ou da PRACE, ou diretamente vinculado a PRACE as ações, as utilidades e coisas relacionadas as políticas afirmativas da UNIFAL-MG relacionados ao ingresso e permanência da população negra na universidade mas nessa primeira parte estava relacionado com essa pauta mais urgente que era estabelecer esses procedimentos da comissão de heteroidentificação, mas ao mesmo tempo trabalhar em eventos em atividades. Então, o mês da Consciência Negra tem sido organizado pelo NEABI desde o início, além de outras ações. Eu colaborei; eu fazia parte do NEABI desde o começo desde quando o Natalino começou a criação. Ele ficou vinculado à PRACE, e depois da saída do Natalino do NEABI, ele foi para a UFMG ficou no lugar dele a professora Fabiana e a professora Lívia, Carol como gestão, e

depois disso, agora ingressou a Fabiana. Primeiro a Fabiana com a Nayhara. A Nayhara era vice-coordenadora do NEABI.

Nayhara: A Janaína e eu.

Walter: A gente participou do NEABI, então a gente pode até falar algumas coisas do NEABI, mas nós não estivemos à frente. A Nayhara que teve mais à frente agora na última gestão como vice-coordenadora. Mas o NEABI em si ele não tem ações museológicas.

Para falar do NEABI a gente pode até te dar algumas informações, mas não vai ser melhor do que o próprio professor Natalino poderia falar com você. Ele vai saber um tanto de coisa que eu vou só lembrar aqui de memória. Por exemplo, tem toda essa participação do NEABI junto com a prefeitura e essa articulação alguns movimentos sociais da cidade então isso aí ele que vai saber falar para você. Se você se basear só na nossa lembrança aqui, vai ficar muita coisa faltando sobre isso.

Mas em termos de ações museológicas, na verdade o NEABI não tinha uma ação. Na verdade, a gente que se vinculou ao programa antes a gente estava até vinculado ao programa do museu. Mas, por ser um projeto que a gente considerou que poderia trazer as discussões sobre memórias, sobre saberes ecológicos tradicionais, sobre a questão do racismo ambiental, com a contribuição a gente acabou ingressando nesse programa do NEABI para também promover esse tipo de discussão.

Nayhara: Foi nesse contexto de comissão de heteroidentificação e aí Natalino, como o professor de relações étnico-raciais, percebeu a necessidade de criar o NEABI, que é um núcleo tem outras universidades, que não é uma exclusividade da UNIFAL-MG. É comum que as universidades tenham um núcleo.

Ele trouxe essa ideia, e no começo, as ações ficaram bem restritas, mesmo a promoção desse evento do mês da Consciência Negra. Eu lembro também que a Jairza tinha também um evento que ela fazia de recepção que era o “chá preto”. A Jairza é a esposa do Natalino que atuava como comunidade externa nas atividades do núcleo.

Ela estava sempre com a gente, e aí quando o Natalino foi embora a gestão

passou a coordenação passou a ser feita pela Aline e pela Fabiana e a gente tentou algumas coisas. Pensar por exemplo, criar a política de cotas, de reserva de vagas na pós-graduação, foi pensada na coordenação dela pela necessidade de criar um regimento, que aí já era uma coisa que eu ia Janaína tínhamos intenção. Entender, se o melhor lugar para o núcleo ficar seria mesmo na PRACE, se seria vinculado diretamente à reitoria.

Josiane: Walter, você havia afirmado anteriormente, que o núcleo não tinha ações museológicas. Nunca houve envolvimento em tais ações?

Walter: Eu acho que não, não me recordo de nenhuma ação especificamente museológica. Eu não sei se teve alguma exposição específica em algum mês da Consciência Negra; eu não saberia te dizer.

Josiane: Houve alguma iniciativa do NEABI relacionada às questões étnico-raciais no contexto do museu? Ou, o NEABI não esteve envolvido em tais iniciativas no museu?

Walter: O projeto Museu das Resistências ele foi criado, na verdade, pensado a partir de 2020. O grupo que fazia parte do Museu das Resistências, ele era composto, inicialmente, por mim, pela Nayhara, pela Luciana (que representava o Museu da Memória e Patrimônio) e pelo NEABI na figura do professor Natalino. Na verdade, a gente mandou o projeto, embora assim nós estivéssemos colocando os nomes dessas instituições, foi algo mais pensando mais de maneira teórica, de maneira por esses indivíduos mas que estavam, levando junto, estavam representando de uma certa forma essas instituições. Não é que fosse uma atribuição da Luciana, enquanto museóloga do MMP, desenvolver esse projeto, mas ela, digamos assim, trouxe essa posição institucional dela para dentro do projeto. Não foi decidido no conselho que ela, enquanto museóloga ia desenvolver essa ação. Ela entrou enquanto museóloga do MMP, o Natalino entrou enquanto coordenador do NEABI, mas teve nenhuma relação institucional a priori.

Nós decidimos tentar sorte desse edital e, depois aproveitar dessas posições institucionais para desenvolver outras ações tanto que posteriormente, o Museu das Rexistências se tornou o projeto de extensão. Foi mais o Museu das Rexistências trouxe essas instituições ou esses representantes institucionais para o diálogo, e menos, por exemplo, o planejamento menos uma ação regimental dessas instituições para desenvolver atividades museológicas. Foi mais uma provocação da minha parte que trouxe esse edital. Aí, eu chamei a Luciana por ser a diretora do MMP, chamei o Natalino por ser coordenador do NEABI, e pelo fato da gente já ter alguns interesses acadêmicos, intelectuais e mesmo políticos, relacionados tanto à questão museológica quanto a questão das relações étnico-raciais, quanto a enfrentamento do aquecimento global, a gente acabou dialogando, mas não era nada que tivesse estabelecido o NEABI. O NEABI, enquanto instituição, ele não tem planejamento de atividades museológicas. No entanto, ele tem um enunciado bastante abrangente que permite o desenvolvimento de atividades de diversos tipos dentro da universidade para contemplar as questões relacionadas as relações étnico-raciais. O NEABI, na forma em que está concebendo aqui, ele tem uma função de promover estudos e acessoria, e coisas nesse sentido, mas também atividades que possibilitem promover o acesso e permanência da população negra dentro da instituição, mas que também fomenta, incentive esse diálogo por meio de estudo, de atividade, de pesquisa, de extensão.

Josiane: Do material que você me encaminhou, Walter assisti os vídeos e a partir deles estava refletindo sobre a transformação que vem de fora para dentro do Museu, esse Museu também das Rexistências.

Como vocês percebem essa transformação de fora para dentro do Museu- uma vez que o Museu “já está pronto”-reconhecendo o papel significativo de outros sujeitos que estão fora do museu que podem fazer diferença, particularmente no que diz respeito ao debate racial?

Walter: Eu acho que teve se formos pensar em termos de movimentos, de linha de força e como que cada uma afetou, impactou o que já estava estabelecido eu

acho que o primeiro momento dessa nossa discussão dessa nossa ação, ela foi uma discussão teórica. Eu acho importante isso.

O primeiro grupo, que foi formado para pensar o Museu das Resistências, ele tinha um historiador, um pedagogo, uma linguista, uma geógrafa, um biólogo e todos preocupados, de uma forma ou de outra, tanto com as dimensões do colonialismo brasileiro, do racismo quanto as discussões ambientais e a percepção de que essas coisas estão imbrincadas. No caso, o racismo também se manifesta nas ecologias também, ele se manifesta de maneira ecológica.

A gente percebeu uma conexão dessa proposta do edital, com as pesquisas, com atividades que a gente desenvolvia na UNIFAL-MG. Isso se conectou também com uma percepção de que qualquer projeto que você tentar enfrentar a dimensão colonial tanto na museologia quanto digamos das disputas pelos territórios do meio ambiente tudo isso precisaria ter um protagonismo das comunidades que fazem esses enfrentamentos na sua vida cotidiana.

Então desde o princípio, a gente elaborou a partir da universidade, o que a gente pensou que na verdade mais um método de conectar essas vivências dessas experiências de resistência ecológica aos equipamentos as ferramentas fornecidas pela universidade. Então a gente sempre se colocou desde o princípio no papel de mediação. Qual que é o papel que a gente enquanto acadêmico intelectual poderia desempenhar para possibilitar esse diálogo. Então a primeira coisa que a gente fez foi pensar num tipo de museu ou um tipo de prática museal que pudesse dar conta desse protagonismo dessas comunidades os movimentos das suas próprias museologias contracoloniais como a gente agora conseguiu estabelecer melhor, conseguiu denominar melhor.

Então depois de ter pensado que tipo de museu poderia promover isso, que tipo de problemas poderiam também engajar esses diferentes atores, entorno dessa ação, a primeira coisa que a gente colocou no nosso projeto do nosso planejamento foi entrar em contato com as comunidades que fazem esse trabalho de resistência ecológica aqui na região do sul de Minas. A gente privilegiou comunidades que já desenvolviam projetos na UNIFAL-MG pela facilidade de acesso a informações, de contato. A gente tinha pouco tempo para trabalhar com o projeto, quando o projeto foi desenvolvido em 2020, entre 2020 e 2021 então isso foi importante. E nós procuramos essas comunidades para

saber em primeiro lugar qual era a visão que essas comunidades tinham com o problema do aquecimento global ou do antropoceno de maneira mais genérica e em que medida essas comunidades viam no museu uma possibilidade de mapear essas ações de resistência, fortalecer essas ações de resistência. Então foi aí que a gente produziu esses documentários. O documentário na verdade ele foi uma forma de registrar a posição, o entendimento, a reflexão dessas comunidades locais aqui de Alfenas sobre esses problemas que a gente tinha colocado. O que talvez uma, o que a gente percebeu e acabou evidenciando ao longo dessas entrevistas essas conversas é que essas comunidades elas são unidas primeiro por uma história já antiga de resistência ao avanço do agronegócio mas antes disso são populações que tem digamos que tem laços ainda muito fortes, mesmo do ponto de vista cosmológico, com tradições afrodiaspórica e ameríndias, o que são comunidades que têm que enfrentado a lógica do colonialismo, do capitalismo aqui na região pela defesa dessas cosmologias e pela defesa de seus territórios estando as duas coisas imbricadas. Então nas três comunidades com as quais a gente dialogou, a gente conseguiu perceber essa dimensão fortemente.

O que a gente percebeu é que essas atividades museais poderiam constituir redes de resistência conectando essas comunidades. Então a gente pensou no Museu da Memória Patrimônio como um espaço que poderia servir como repositório, como um espaço de registro dessas experiências aqui na UNIFAL-MG.

Na verdade, o Museu das Resistências em si ele não tem a vinculação com nenhuma instituição. Na verdade, a proposta é que as próprias comunidades possam construir seus próprios espaços museais, de maneira autônoma, se apropriando de algumas tecnologias, se apropriando de algumas ferramentas mas com essa preocupação de construir redes de troca, de resistência, contracolonial. Por resistência contracolonial a gente está chamando isso, a defesa de seus territórios e de suas cosmologias, dessas formas de resistência como a gente coloca no nome do nosso próprio projeto que digamos são muito vulneráveis diante do poder econômico e mesmo do poder bélico do Estado e das relações capitalistas que pensam o território de outra forma, tende a ver o território como fonte de recurso econômico. Então a gente pensou que essa

dimensão museal, de um espaço de troca, de experiências, de registro, de narrativas relacionadas a essas lutas territoriais, elas poderiam fortalecer essas comunidades. Então são museus voltados para as próprias comunidades, estabelecimento dessas relações entre si.

No primeiro momento esses vídeo eu acho que foi o primeiro aprendizado que a gente teve com essas comunidades e que pode não só fortalecer aquela proposta teórica que a gente tinha a princípio como transformar também nos ajudar a visualizar melhor como o museu poderia funcionar como uma ferramenta contracolonial porque a partir dessas conversas a gente pode entender melhor o que precisaria ser o museu para essas comunidades, o tipo de experiência do tempo, o tipo de memória faz sentido desenvolver nesses espaços, para quem fazer isso, quem pode construir, quem deveria participar da construção, isso nos ajudou a ressignificar profundamente as concepções de tempo, de espaço, e das subjetividades que deveriam atuar nesse tipo de museologia contracolonial.

Nesse sentido essas comunidades tiveram papel muito importante na elaboração dessa proposta museal alternativa que é muito desvinculado de uma concepção tradicional de museus. Entender essas concepções tradicionais elementos muito fortemente colonialistas ainda e depois a gente desenvolveu esse projeto. Só um parênteses esses vídeos eles foram enviados para Glasgow porque o projeto ele foi aprovado no edital nós recebemos uma premiação que nós usamos para desenvolvimento dos domos, do material que seria exposto em Glasgow, esses vídeos foram expostos lá também nós recebemos feedback do idealizador do edital mandou um vídeo para gente. A gente reproduziu um encontro que nós fizemos posteriormente com as comunidades aqui, as comunidades regulares que é o pessoal do marolo, o terreiro da mãe Cida, do raízes da Terra, então foi muito legal também receber esse feedback, sentir valorizado naquele tipo de formulação e isso foi muito importante.

Depois a gente desenvolveu esse projeto em escolas aqui da região como o projeto de extensão. Sobrou um dinheirinho da premiação, nós usamos para pagar uma oficina de construção de domo geodésico, para fazer transporte, para tomar lanche, mas a ideia foi buscar essas histórias de resistência com os estudantes dessas escolas públicas aqui de Alfenas, então a primeira parceria

que a gente se envolveu foi com EJA lá do CAIC, que é uma população que a gente imaginou, poderia também compartilhar o que eles experimentaram na série dessas histórias de resistência. Eles são populações pobres, são pessoas negras, trabalhadores da zona rural, não tiveram acesso à possibilidade para escolarização regular, tiveram que buscar essa alternativa. A ideia era que o nosso projeto pudesse se integrar dentro do projeto Interdisciplinar, chama projetos interdisciplinares e que tinham lá no CAIC.

As atividades avaliativas dos estudantes tiveram vinculadas à produção de exposições sobre experiências deles, saberes que eles têm, de defesa territorial de relação com a biodiversidade de coisas do tipo. E, ao mesmo tempo a gente teve a possibilidade de trazer as comunidades de novo para as escolas, representantes do MST, representantes de Paraguaçu, representantes do terreiro da mãe Cida para bater um papo com os estudantes, para inspirar essas histórias, porque às vezes os estudantes não imaginam que eles possam contar histórias, que tenham histórias para contar. Esse contato com a comunidade trouxe forma de “minha avó também fazia isso”, “tinha lá um tio que morava na roça que também tinha essa relação com as plantas”. Então para inspirar, para despertar essas histórias.

E depois, esse grupo produziu os seus próprios domos, as suas próprias estruturas museais. Nós tivemos uma oficina sobre como trabalhar com materiais renováveis, fizeram o museu desde o começo, aprenderam a apanhar o bambu, a catar o bambu, a fazer os cabos matemáticos para estrutura poder ficar em pé. Depois, teve uma atividade inauguração, os próprios estudantes também contaram suas histórias nos museus, também comportou as suas histórias de resistência ecológica. E agora a gente está dando continuidade esse ano numa escola, tentando estabelecer contato com uma escola de Elói Mendes para reproduzir lá também essa experiência, só que agora com estudantes do ensino fundamental, vai um desafio ser um desafio para gente que a gente com essa mudança de público. Acreditando na importância dessa geração também, para contar histórias, para se posicionar diante de um problema que afeta todos nós. Eu acho que o papel da comunidade externa na reformulação do que pode ser um espaço museal, o ponto de vista das experiências de grupos afrodiáspóricos e ameríndios e toda a população pobre no Brasil que existe a distribuição

territorial, a distribuição da biodiversidade não separando essas coisas, mas pensando digamos de forma mais complexa e mesmo a partir de outras perspectivas religiosas, cosmológicas, como que está nossas relações com os filhos, com as plantas, com os animais, tudo isso para gente tem sido muito importante para sustentar uma outra museologia possível, isso a gente tem apresentado em artigos, recebido publicações e essas ideias que é isso, é fruto desse diálogo também. Então inspira tanto na prática quanto na produção de conhecimento sobre a museologia. Uma experiência bem e legal, positiva de aprendizado com esses públicos.

Josiane: A gente percebe que é possível sim ter outras museologias, não só aquela que está instituída. Outras museologias com outros sujeitos que tem tido poder de fala, pessoas contando a própria história, história da comunidade, porque também são pessoas que às vezes as histórias estão invisibilizadas dentro dos museus. Por exemplo o Museu da Memória e Patrimônio, é um museu de ciência e tecnologia, que preserva a memória. Como a comunidade externa pode contribuir dentro do museu? Quais são as outras histórias que tem lá fora que não são contadas aqui dentro ainda?

Walter: Então, obviamente, existe uma demanda difusa na universidade por isso que você está falando, pela elaboração de problemas a partir de perspectivas que não são as da branquitude, por exemplo, que estão consolidadas como sendo um hegemônicas e canônicas, mas também muitas vezes não existe muita clareza sobre como fazer isso na prática. Então, é difícil imaginar práticas que permitam realmente um espaço no qual esses conhecimentos possam ter vazão, considerando que muitas vezes essas práticas de resistência que a gente está chamando contracolonial, elas não se adaptam muito bem aos arranjos institucionais de uma universidade e ela é colonialista em si, na forma como ela hierarquiza, na forma como ela divide as disciplinas na forma como ela produz uma própria linguagem. Ou seja, quando ela fala em objetos de pesquisa, que é forte, é toda uma linguagem em si que é colonial, como já mostrava o Adorno e Horkheimer é uma forma de domesticação a qual a universidade serviu a muito tempo e a gente sabe que a potência dessas formas de resistência elas buscam

justamente escapar dessas formas domesticadoras de existir. Então não é um espaço propício para o desenvolvimento dessas práticas, dessas atividades.

Eu acho que são essas duas coisas, tanto as necessidades dos museus se abrirem claro a outras perspectivas, mas também convidar as pessoas a se enxergarem nesses espaços, a perceberem é que isso.

É difícil para qualquer pessoa imaginar que ela pode fazer alguma coisa dentro de um museu porque a princípio o museu é conhecido por ser um espaço, um templo cívico que você tem que adentrar com respeito, com silêncio, não pode tocar em nada. Obviamente existem muitas formas de abordagem que mudaram isso, desde de exposições mais interativas até os ecomuseus, mas realmente o museu ele é um espaço monumental nos centros da cidade então é a população pobre brasileira ela não se sente convidada a entrar nesses espaços. Então, se ela não conhece, se ela não tem pelo menos experiência do que é possível fazer com o museu, dificilmente ela vai encontrar esses espaços também uma ferramenta de resistência de amplificação das suas percepções, das suas experiências. Eu acho que tem essas duas coisas. Então a gente está reconhecendo uma demanda cada vez maior na universidade por abertura ou transformação dessas nossas práticas, mas é aí que está, a partir do momento que nós pessoas brancas, cis, hétero que já ocupamos esses espaços, nos damos conta disso, eu acho também que tem que ter o movimento de fazer essa intermediação de tornar esses espaços, digamos, mais receptíveis a essas demandas. Isso é um problema que a gente encontrou, foi um pouco do que a gente tentou fazer no projeto, imaginar dentro da universidade um outro espaço que pudesse acolher outras formas de museus.

Nayhara: Acho que é esse movimento mesmo de transformação que a gente vê principalmente depois que acabou a Cop, teve a exposição que a gente conseguiu cumprir com isso e a gente foi pra escola, então a gente ali aquele movimento de transformação mesmo que faz a gente também repensar.

Eu estou aqui pensando que vocês estão falando, eu estou aqui na minha cabeça eu acho que essa palavra é o museu talvez esteja um pouco desgastada e não consiga contemplar isso que a gente está querendo fazer. Se a gente fala em museu e o que vem na cabeça é Museu Nacional, é o Museu do Ipiranga,

enfim são esses museus imensos como Walter falou. Essas coisas que ficam em centros onde a gente não pode tocar, muitas vezes não pode entrar vestido de qualquer jeito, você precisa estar com uma vestimenta apropriada para adentrar aquele espaço sagrado, mas eu acho que a gente tem caminhado para pensar essas questões, inclusive essas questões de ressignificação mesmo o que que é o museu, porque é complicado a gente pensar porque eu me lembro que para a gente é muito claro que existe que essa transformação ela está acontecendo mas, que as comunidades que nunca foram ao museu (por isso que a gente teve a ideia de levar no ano passado os alunos do CAIC que estavam envolvidos no projeto eles foram visitar o Museu da Memória e Patrimônio. Eles nem sabiam que existia Museu na cidade, eles não sabiam que podiam visitar, eles nunca tinham entrado no Museu e olha que o nosso museu ele é muito simples se a gente for comparar com o Museu Nacional, com acervo, com coleção.

Então, para eles também é interessante perceber que vai havendo essa construção de um sentido para o que é museu, porque não eles não conheciam, eles não tinham é essa ambiência que a gente tem. Isso eu estou falando porque eles relataram “A tem o museu aqui!”. Enfim, alguns muito raro “A eu já ouvi falar” ou “eu já vi” ou “eu visitei uma vez”, “eu fui”. Então, eu acho que a proposta ela é uma proposta muito transformadora, que traz muitos desafios. A gente precisa pensar ainda em outras coisas, mas eu acho que é esse o movimento de fora para dentro, que você comentou, é ele que vai trazer essa mudança. A gente da nossa posição também não vai conseguir fazer isso, eu acho. É só nesse movimento de inserção, de atuação, desses outros atores desses novos sujeitos que a gente vai conseguir pensar, concretizar de alguma forma essa mudança.

Walter: Isso que a Nayhara falou do conceito de Museu, como essa palavra que a gente herdou, ela se desgastou como você disse Nayhara, é muito interessante porque a gente, foi desconstruindo o conceito de museu no projeto (mas a gente manteve o nome) a ponto de ter sumido o Museu do projeto.

O que a gente propõem é uma prática, é um território de encontros, de experiências. O próprio conceito de cultura também foi levado para esse trabalho de desconstrução que a gente fez, eliminar tudo o que é colonial da prática, porque a prática museológica ela é essencialmente colonial na sua fundação na

Europa no século XVIII e depois os próprios museus nacionais, são pensados como forma de colonização interna, de integração da diversidade dentro de uma ordem nacional. É óbvio que o museu também ele é um espaço de resistência e se tem pessoas com diferentes visões, diferentes projetos que vão transformando o espaço, a instituição, de modo a torna-la mais complexa do que o projeto inicial de pedagogia da nação. Não sobrou muita coisa da palavra museu.

Por fim o que a gente queria era isso, um espaço de encontro, essas lembranças, recordações, histórias de luta, tecnologias desenvolvidas ao longo desse longo processo de resistência colonial, pudessem ser comunicadas e assim formar uma rede de resistência. Então sobrou muito pouco do Museu Histórico, que seria por exemplo, a sua dimensão espacial, o fato dele ser um lugar destaque, monumental, isso a gente percebe não era necessário. O fato dele supostamente durar para sempre, isso para a gente parecer um absurdo diante do tempo do antropoceno, do tempo dos fins dos quais a gente está vivendo hoje, das transformações planetárias que estão mostrando a finitude da própria humanidade, de tudo o que foi construído ao longo desses dez mil anos de movimento civilizacional. E como você colocou Josiane, sobretudo em termos da subjetividade que são autorizadas a produzir práticas museais, então a gente valoriza obviamente as ferramentas, os trabalhos construídos por técnicos da museologia inclusive propondo soluções de representatividade, de abrir espaço para que essas pessoas possam falar por si próprias. Mas ali, a gente está propondo até mais que isso, que essas comunidades possam se apropriar dessas tecnologias e pensar de agora para frente o que é necessário construir enquanto espaço de troca de experiências. Então, sobrou muito pouco de um museu mesmo, das concepções históricas do que viria ser um museu, foi muito bem lembrado.

Nayhara: É interessante perceber que é simbólico, porque nesse movimento de transformação, o projeto passou a ser, um projeto vinculado ao programa do NEABI e não mais ao programa do Museu da Memória e Patrimônio. Essa transição também agora, me pareceu tão ao acaso. Eu acho que a gente percebeu que as discussões e que as inserções, inclusões, elas seriam

facilitadas também por essa mudança de projeto, de programa. Talvez deixasse a gente mais a vontade para transitar por outras práticas que não na prática mais tradicional de museu.

Josiane: As exposições do museu atualmente são predominantemente orientadas para os cursos de Odontologia e Farmácia, estando essa orientação já institucionalizada. E, também exposições voltadas para as Ciências biológicas e Ciências da Terra. No entanto, outros cursos oferecidos pela universidade não são contemplados na narrativa do museu. A equipe atual do museu é majoritariamente composta por estudantes do curso de História, Geografia, Biologia, Biomedicina e Farmácia. A indagação que surge é: em que medida os demais cursos da universidade estão representados ou envolvidos nas atividades do museu?

Walter: Vou registrar aqui um incômodo, que você também está mencionando. Você deu essa abertura para falar sobre isso. A gente percebe que a gestão do Museu sempre nos procura: “A gente precisa de apoio do curso de História”, “precisam ocupar aqui”, mas nunca para formular as concepções museais. Então sempre chega tudo pronto: “A participamos do edital, não sei o que, não sei o que”. “A exposição está pronta”. Não tem o respeito com relação ao saber que não é da formação dos historiadores, mas eu mesmo como historiador desde o doutorado eu lido com as questões de museologia a gente percebe assim sempre pedindo para apagar algum fogo no museu. Perdão aí da metáfora que é complicado eu ficar com a museologia. Mas sempre procurando nunca para pensar nessas coisas, nesses problemas que você está colocando aí. Cadê os outros sujeitos que compõem a universidade? Onde eles estão sendo representados nessa memória oficial?

Então acaba virando um Museu da EFOA com alguma coisa de ciência. Poderia ser outra coisa. Eu acho que também não dá para esperar muito dessas formas tradicionais de instituição da memória para resolver os problemas os quais a gente está preocupado. Tem que se dá em outros lugares mesmo, esse tipo de prática de relacionamento, porque a nossa compreensão de que o combate ao aquecimento global as tragédias, as catástrofes ambientais causadas pelo

capitalismo, pela colonização, elas ocorrem por meio da defesa dos territórios. Então o território é memória viva, ele não é só uma fala sobre o território, ele memoriza nas relações que persistem, nos ecossistemas que se constituem, nas relações muito concretas e não verbalizadas entre pessoas e plantas, pessoas e animais. Então não dá para alienar essa lida, os territórios levar a instituições museológicas mais uma vez você está colonizando essa memória, você está alienando ela no seu próprio território.

Eu acho que um pouco é isso também, mas se a gente for repensar a museologia de maneira radical a primeira coisa que a gente tem que fazer é compreender o papel dos territórios também enquanto espaço em que pessoas se articulam, quão a vida que existe neste território para fazer frente a ameaça da colonização, da destruição dessas vidas. O museu articulado, esse território ele tem que estar nesses territórios também, por isso não dá para esperar muito ou possibilidades de não ter uma prática museológica tradicional que é recolher as coisas nos lugares que elas estão, descontextualizar, transformar aquilo em objeto do conhecimento e

esperar que nesses outros espaços nos quais elas foram retiradas que as pudessem promover algum tipo de transformação. Na verdade está consolidando o modo de conhecer também de ser colonial. Essas concepções de museu que operam elas não estão, não permitem esse repensar necessário das práticas por meio da troca de experiências da troca de conhecimentos. Um pouco por isso que a gente concorda contigo Josi que falta e talvez falte por conta do caráter institucional, operacional desses museus e o que esperar desses espaços.

Nayhara: Eu não visitei essa exposição da UNIFAL-MG, não sei dizer, mas pensando no que você falou e nessa questão dessa linha que a gente segue de EFOA a UNIFAL-MG, o que foi invisibilizado nessa exposição?

É o feminismo da Françoise Vergès, por exemplo, que diz pra gente que antes das nossas aulas começarem na universidade, mulheres negras já limpavam aquele espaço. Então, se a gente está chegando para a aula às 8:00h, é porque alguém acordou às 5:00h e de 6:00h às 08:00h aquele espaço foi limpo.

Então, de EFOA a UNIFAL-MG, como que esses corpos tão essenciais para esse trabalho, para desenvolvimento desse processo de EFOA a UNIFAL-MG, como eles forma representados? Onde eles foram colocados?

Muito além de cursos que não estão ali com a visibilidade que poderiam ter, com a importância que poderiam ter, a gente pensa também nesse outro setor que foi essencial para todo esse trabalho, que também não é. Então, a gente percebe essa, se é que está assim eu não sei por que não visitei, só estou imaginando como que a gente consegue promover isso para dentro desses espaços.

Josiane: Alfenas é uma cidade pequena e o Museu da universidade desempenha um papel significativo. Em minha perspectiva, os museus, incluindo o da UNIFAL-MG-MG, representam territórios de disputa. Internamente, esses espaços abrigam ideias e concepções já estabelecidas, revelando uma dinâmica que, por vezes, parece estagnar, enfrentando desafios para dar continuidade ao processo de transformação. Há momentos em que parece que o museu atinge um ponto de bloqueio, impedindo o avanço ou a evolução desejada. Como você interpreta esse cenário e quais seriam os possíveis obstáculos para uma transformação mais fluida e contínua?

Nayhara: E a gente ainda vê que estruturalmente ele é problemático, porque o nosso Museu é composto de coisas permanentes. Então você não tem espaço para nada, para adentrar. Você não tem espaço para uma exposição temporária, por exemplo. Você não tem um espaço, por exemplo que não tenha uma coisa permanente dentro do museu. Sei lá, trazer artistas da cidade para exposição de fotografia, assim para que as pessoas usem esse espaço, para que elas produzam nesse espaço. E não só para que. Aí aquela coisa que eu penso: eu trabalho na extensão na UNIFAL-MG, trabalho na parte da reitoria extensão, então é aquela coisa que fica da Universidade para a comunidade. Você tem uma exposição da UNIFAL-MG, fala de EFOA- UNIFAL-MG que a UNIFAL-MG fez que vai para a comunidade. Você tem uma exposição natural, ciências da natureza também é um ambiente fixo, difícil de mobilizar. Você tem aquele outro espaço que é um espaço do projeto da Macrocélula, que também não é flexível. Então o museu, eu penso também que essa característica dele ser dessa forma

e numa região como Alfenas, como cidade pequena que não é cidade que transita muita gente para visitação.

Quando você tem exposições permanentes em grandes centros, você sabe que vai ter gente vindo de fora o tempo todo. Então é um espaço que fica bem fadado, porque se ele não atrai público (eu quero ir várias vezes mas eu já fui várias vezes então eu não vou mais porque, além dessas atividades que vocês promovem são super interessantes, eu acho que tem que ter também. Alfenas precisava, e eu acho que essa integração que você fala, ela podia ser feita, pensada dessa forma, como que a gente abre espaços dentro dessa estrutura que já está num local privilegiado da cidade para a gente poder movimentar também a produção por esses outros sujeitos dentro do museu para que eles possam fazer parte, contar as suas história, suas narrativas.

Como que a gente faz isso? Sen o vai ficar sempre essa coisa, a gente levando o conhecimento, a gente detendo o saber, detendo o conhecimento, as luzes só na gente.

Entrevistada: Jairza Fernandes Rocha da Silva

Josiane: A ausência de representação de sujeitos negros no contexto do Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG-MG é evidenciada, inclusive, na dinâmica dos estagiários. Esta observação destaca a falta de diversidade étnica e racial no corpo de estagiários, sinalizando uma lacuna significativa em termos de representatividade de sujeitos negros dentro do Museu em questão.

Jairza: Em Alfenas, também, você tem o perfil étnico-racial negro, acho que é 13% da população também, né?

Josiane: É baixo.

Jairza: Então é complicado e já passa por aí também, né? Então significa que a gente tem que estar nesses espaços, em todos os lugares.

Josiane: É, isso é verdade, eu concordo com você. Este ano, depois que eu comecei a trabalhar no museu, eu não sei se você se recorda, e se você e o Natalino já devem ter ido em alguma atividade denominada “Uma noite no museu” ou “Museu e a feira”. São as atividades que acontecem no final de semana, uma vez por mês.

Jairza: Não

Josiane: Não chegaram ainda?

Depois que eu comecei a perceber as invisibilidades de sujeitos negros, essas faltas de debate racial dentro do museu, já tinha um questionário que era aplicado, mas, nesse questionário, não tratava nada de questão de cor, como que a pessoa se autodeclarava, se autodidentificava. Então fizemos um outro questionário, e aplicamos. O primeiro foi em julho. E incluímos nele informações sobre a cor, idade, cidade de origem, entre outros pontos. Dos resultados do Google Forms, poucas pessoas são negras, que se autodeclararam como negras.

Jairza: Eu não faço parte, talvez. Às vezes, não se sente pertencente. Tem várias nuances, várias coisas também. Tem que pensar como esses sujeitos se percebem, quanto à sua questão de identidade racial, pertencimento racial. É entender também que, por exemplo, eu entrei no museu no momento que houve a palestra do Januário que a gente colocou na programação do NEABI, porque é uma programação que diz respeito ao mês da Consciência Negra. Então, até então, eu não tinha ido visitar o museu também. Então, é um pouco isso. O que o museu está nos informando também.

E, por exemplo, eu não sei se já houve alguma exposição, mas a Alfenas tem uma história, por exemplo, de Congada, das religiões, da Congada, no Sul de Minas, isso é muito forte. E eu vi uma vez lá na Secretaria de Cultura que tem trajes. Então, eles têm algumas coisas. Eles têm uma memória preservada. Será que não seria importante, talvez, uma memória estar no museu representada? Será que tem espaço, um sítio lá, onde fazer uma exposição anual, algumas exposições sobre a questão da religiosidade em Alfenas? E a questão da matriz africana, Mãe Cida, dez anos de organização, de encontro junto com a Congada, ou seja, quando a gente pensa na Mãe Cida, dez anos de encontro...gente, isso já dá para fazer uma mega exposição no museu!

Dez anos de história de encontro na matriz africana, num ambiente que é extremamente hostil e majoritariamente branco. As pessoas estão aí fazendo e dando continuidade à questão da sua religiosidade.

E o Carnaval de Alfenas? Aonde que está a memória desse Carnaval? Porque esse Carnaval é negro. Aonde que está essa memória?

No dia em que teve a premiação da comenda Zumbi dos Palmares, Dandara, o senhor, acho que quase de 90 anos, falou assim “nossa, eu posso morrer amanhã que eu morro feliz”. A gente nunca mais esqueceu disso. Porque achei que, nessa vida, eu nunca ia ser reconhecido em Alfenas por todo o trabalho que eu fiz, essa vida toda minha”.

Eu não sei se vocês vão dar continuidade. Eu acho que precisaria dar continuidade. A Prefeitura fazendo isso, dar continuidade nessa comenda do Zumbi dos Palmares e Dandara. Ter conhecimento da relevância, da militância e das pessoas que estão aí trabalhando na luta antirracista de Alfenas. Uma vida

toda fazendo enfrentamento à luta racista e não tem nenhum tipo de reconhecimento. Então, acho que tem boas coisas para vocês pensarem por aí.

Josiane: Você enquanto geógrafa, como analisa, a relação do território, da cidade de Alfenas e o museu, considerando as disputas locais, inclusive aquelas relacionadas ao poder e, de certa forma, às questões raciais, principalmente a participação de sujeitos negros no museu?

Jairza: Quando a gente pensa em questão da geografia e do território, território é uma das categorias fundantes da Geografia. Eu gosto de trazer, a gente pode trazer Beatriz do Nascimento, a gente pode pensar também Milton Santos. Agora, nesse momento, foram esses dois que vieram também. Eles falam muito da gente e do território, e nós sermos também esse território. A frase de Beatriz “Quando eu sou, eu estou. Eu sou o meu quilombo, eu estou no quilombo”. E o Milton Santos também fala do ponto, da questão de quando as pessoas, elas vivem as suas práticas, elas vivem o território, literalmente, as suas práticas, culturais, a questão econômica, religiosa, tudo que se dá com base a partir do território. Então, a geografia, a gente pensa muito nisso.

Como que você pensa a presença negra, se esse território é um espaço que ele é disputa, ele é majoritariamente branco e se tem pouco espaço também para se fazer até mesmo porque você está nesse território, você não se sente pertencente a esse território e não ocupa também esses espaços determinantes, onde todos nós temos espaço também nessa presença. Então, talvez pensar essa geografia também, trazer um pouco disso do território para nós é importante, mas, às vezes, quando você não se sente nem dono e nem pertencente a esse lugar, a esse espaço, como que você vai construir uma expressão de memória, de memória também, que você vai querer fazer parte disso? O que eu vou querer fazer parte disso? Isso não tem nada a ver com o nível de identificação do mundo também. Então, eu acho que tem isso também. Quando a gente começa a pensar, vou citar mais um exemplo também, eles estão presentes, eles estão no território, e eles têm a casa deles, então, eles têm que ter uma força. A força deles está na presença da casa deles, funcionando ali. Tenda de Umbanda e Candomblé Maria Baiana de Aguiné, é um território

negro dentro de Alfenas, mas o museu não é um território negro, mas um território que também acolhe as outras expressões.

E isso tem uma outra linha também que tem que fazer com que as pessoas se sintam pertencentes a esse espaço, independente se elas vão tomar esse espaço.

Josiane: Sobre as atividades do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEABI), notadamente em relação à sua colaboração com o Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG-MG. Houve alguma iniciativa específica promovida pelo NEABI no contexto do referido museu?

Jairza: A gente pode falar do NEABI que se institucionaliza, tem toda uma regulamentação para se criar o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, acho que é de 2019. Então, nesse tempo aqui, o NEABI, eu acho que não tinha tido tempo hábil para articular com o museu. O que a gente articulou com o museu foi aquela palestra do Januário que a gente colocou na programação do NEABI, porque é uma programação que diz respeito ao mês da Consciência Negra. Então, a gente convidou, e vocês prontamente aceitaram naquele momento. Então, essa foi uma articulação da gente ajudar na divulgação, na nossa divulgação e na presença. Então, foi uma parceria, hoje, a gente pode falar de apoio, um apoio que a gente deu.

E uma outra forma que a gente pode pensar é o Museu das Rexistências, que é essa articulação do Walter e a Nayhara, que são os encabeçadores dessa ideia. A Nayhara, esteve na direção enquanto coordenadora-geral do NEABI, antes dela sair para o doutorado, Natal, que foi também o coordenador-geral do NEABI e está também no Museu das Rexistências. A gente continua fazendo parte da equipe. E eu também, e foi isso.

Essa articulação do Museu das Rexistências está vinculada também a essa coisa do museu. A gente pode até perguntar para o Walter, é como se fosse um braço mesmo do museu. É uma outra forma de pensar o museu também. Foi na escola, se criou o domo. A gente também concorreu ao prêmio Internacional, que foi da Cop 21, nosso projeto foi aprovado. Então, foi lá para Glasgow, na Escócia. Então, a UNIFAL-MG estava lá representada. Então, teve essa coisa. E o João

também era do Museu, a Luciana, era diretora do museu. Então, essa vinculação que teve do NEABI com o museu está ligada ao Museu das Resistências.

Essa equipe do NEABI, não é Natalino, O NEABI não era Natalino nada. O NEABI era todo esse conjunto de professores e professoras, de funcionários técnicos administrativos e de parceiros e parceiras colaboradores do movimento negro alfenense também. Então, o NEABI era e é isso. É isso que é o núcleo de estudos afro-brasileiros. Ele não é uma pessoa. Ele é institucionalizado. Natalino saiu, o NEABI continua existindo. Tocando as coisas. É isso. É uma coisa que é institucional. Não é nosso. É um dos problemas que a gente tem também, justamente, quando se pensa a questão negra. É uma coisa que é personalizada. É da UNIFAL-MG. É o núcleo de estudos afro-brasileiros da UNIFAL-MG.

Entrevistada: Luciana Menezes de Carvalho

Josiane: Qual a relevância de se ter um Museu Universitário ou de Ciência e Tecnologia, numa cidade do interior de Minas Gerais como Alfenas?

Luciana: Tem uma característica que é muito peculiar de Alfenas, que tem a ver com o fato de que ela é de forma consolidada na cidade universitária. Ela é uma cidade já consolidada na região como uma cidade universitária; ela já tem essa herança da EFOA de Centenária, tem a própria Fundação que depois vira UNIFENAS, que também tem uma tradição de meados do século XIX. Então, ela tem uma característica na região de cidade universitária. Então, ter um museu universitário é uma realidade concreta; é uma coisa que seria uma consequência de uma cidade que tem esse perfil, né? Então, você tem uma história aí, uma tradição e esse museu, específico Museu da Memória Patrimônio, está falando de uma tradição de uma instituição de Ensino Superior, uma instituição universitária. Então, é totalmente coerente e um processo esperado que se tenha esse Museu universitário; aí e por outro lado, o museu de ciências e tecnologia está atrelado a própria história dessa instituição, que é uma instituição dedicada a cursos que produziram objetos de ciência e tecnologia. Então, você precisava de uma instituição de memória que pudesse de alguma forma, preservar esses instrumentos.

Então, eu vejo como um processo não natural, como dá para dizer natural das atividades humanas, mas como um processo totalmente compreensível e uma consequência que seria a lógica dessa instituição que já tem uma trajetória. Então, isso que eu acho que acaba impactando numa cidade como Alfenas, porque como a maioria das cidades do interior não há museus ou se há é uma expressão muito local, às vezes com o município um movimento de criar um museu da cidade enfim...

Aí Alfenas fugiu um pouco essa regra; acaba que é o primeiro museu da cidade, acaba sendo o museu de uma Instituição de Ensino. Então, tem essa característica que é muito própria de Alfenas, uma região sul de Minas, e que acabou, de alguma forma, tendo esse museu como uma consequência da própria Instituição do significado dela na região. Porque, afinal de contas, a ideia

de criar um museu, de ter um profissional de um Museologia, não veio de mim; veio da própria Instituição reconhecida como essa referência.

Josiane: Você quer falar um pouco disso também?

Luciana: Sim, assim podemos falar, voltar no tempo que essa ideia de memória institucional ela vai surgir desde os anos 90 quando ainda era EFOA. Acho que para falar de EFOA é falar de tradição, né? Então, acho que o apego de muitos, até que ainda tenha esse vínculo com a EFOA, é um vínculo com a tradição, e por que não uma Instituição mais tradicional do que o próprio museu, né? Apenas a ideia de museu que se tem? Então, pensava-se nos anos 90 no centro de memória e no início dos anos 2000 com uma transformação em universidade é a própria reitoria imagina a possibilidade de ter um museu, e isso é muito interessante, porque eu acho que essa ideia de museu era pouca; não podemos perder essa memória institucional, agora somos outra coisa, mas não podemos esquecer o que éramos. Então, assim, é claro que eu não estou falando numa perspectiva romântica, não. Estou falando uma análise mesmo desse processo. Esse processo se deu dessa forma, eu vejo isso como uma forma “precisamos manter porque isso daqui vai se perder” porque inclusive todas essas questões para quem é UNIFAL-MG, quem é EFOA, perpassa por isso né? Por aqueles que querem manter uma tradição institucional, mas que está se perdendo e por aqueles que querem romper de uma vez por todas e criar um nome, e aí essas pessoas em geral, não tem vínculo nenhum com o museu.

Então, voltando a esse momento histórico de pensar e criar um museu, isso vai surgir na primeira década dos anos 2000 com o REUNI, o próprio reitor na época era o professor Antônio Siqueira, o Tonhão como ele era conhecido, ele falou que já que está tendo muita vaga eu quero um museólogo aqui. E a Instituição falou porque a gente precisa de museólogo? Ele correu atrás, conseguiu a vaga e no concurso de 2008, abriu uma vaga para museólogo. Foi quando eu fiz e entrei também ainda em 2008, então essa é uma vontade institucional e aí quando a gente fala de vontade institucional, a gente fala de uma pessoa mesmo, da representação máxima que é o reitor, e aí inicia-se essa tradição.

Cria-se todo um paradoxo daqueles que de alguma forma valoriza esse museu, que tem essa relação pessoal com a EFOA, e aqueles que veem o museu como justamente a manutenção de uma tradição e aí é o que a gente vai tratar conceitualmente de aderência. Ressonância, todos são afetados por esse Museu, mas quem se adere a esse museu na Instituição?

Josiane: Você se reconhece como mulher negra. Quais desafios enfrenta uma mulher negra ao exercer a profissão de museóloga? Além disso, como esses desafios se manifestam em cidades de interior de Minas Gerais, como Alfenas?

Luciana: É uma pergunta muito interessante porque eu costumo falar muito isso quando as pessoas perguntam como é que se deu esse processo de reconhecimento hoje, entendendo como pessoa negra, qualquer pessoa que transita aí no colorismo de pessoa parda, pessoa preta. E para mim, foi o grande pulo do gato que eu acho que vou responder a sua última pergunta antes de falar da primeira. Esse processo de reconhecimento se dá justamente quando eu vou para Alfenas, uma cidade do interior onde a miscigenação é muito rara. Você vê que uma população majoritariamente branca; você vê mais comunidade de pessoas negras, até pardas, mas assim, elas estão muito separadas na cidade, separadas até por classe, uma questão justamente de posições sociais, não desses corpos.

No Rio de Janeiro, não é que haja, nem de longe a questão na utopia de democracia racial qualquer coisa do gênero, mas a população muito mais miscigenada, né? Ainda mais de onde eu vim; eu venho periferia do Rio de Janeiro isso é importante dizer que o colorismo afeta muito então numa população que é majoritariamente negra e parda, preta você tem os graus de quem é preto e quem não é. Então, assim, além daquela minha realidade, não era considerada uma pessoa negra, naquela realidade não. Mas aí, quando você vai para uma cidade onde as pessoas estão muito separadas, aí você começa a ser reconhecida. Aí você começa a ver episódios das pessoas perguntando assim: você veio para que? Você veio estudar? Não eu vim trabalhar. Sempre as pessoas assim: Ah, você é professora? Tipo assim um espanto! Como assim?

Uma pessoa tão jovem, mas ao mesmo tempo tem uma outra questão aí, um outro fator.

Então, assim eu realmente percebi isso muito intimamente, é isso foi quando eu comecei a construir a minha identidade. A museologia é aí; a gente pode falar da realidade por exemplo, a minha realidade que é a realidade do Rio de Janeiro; o curso mais antigo do Brasil, quando você as fotos e tudo mais a população é majoritariamente classe média, classe média alta, pessoas brancas. Então, essa é a Museologia durante 60, 70 anos; isso de fato muda com os anos 2000, quando você tem o acesso mais amplo à universidade, fatores que você, todo mundo já sabe. E aí isso vai mudar, vai adaptar a área; então, você vai ver grupos que vão reivindicar uma identidade negra. Um exemplo interessante disso é a Museologia Kilombola, que as pessoas associam: ah são estudantes quilombola. Não são estudantes quilombolas! São estudantes negros que se aquilombaram, que entenderam que precisavam formar uma comunidade, uma comunidade de resistência. Então, é isso; é uma disputa como acontece em todas as áreas, que em geral, são majoritariamente brancas que ocuparam o espaço, de ser reconhecido, de ser valorizado, de não ser sempre visto como uma pessoa que parece que está faltando alguma coisa aí. É muito jovem! É muito inexperiente. Porque né?

Josiane: Luciana, como foi esse processo de se reconhecer como uma pessoa negra? Foi difícil?

Luciana: Foi longo, demorou quase o tempo todo que eu vivi aí em Alfenas. Até porque, por exemplo, se você pensar as próprias questões de racialidade, elas vão surgir com muito mais força nessa segunda década do século. Mas até então (não vou dizer que não havia movimento, claro! A gente sabe que há) inclusive o caso dos Estados Unidos é emblemático, África do Sul e tudo mais. Então, a gente vê movimentos ao longo do século XX. Mas quando você fala de isso atingir uma massa e isso esse popularizar e isso até virar capital. Às vezes, você vê tipo pessoas famosas querendo falar de racialidade, querendo falar de negritude. Acho isso importantíssimo, mas é porque as pessoas estão

percebendo que tem que falar sobre isso, fazendo curso de antirracismo, enfim você vê que é uma outra contra a realidade.

Josiane: Qual é a importância da presença de sujeitos negros em cargos de liderança e tomadas de decisões no âmbito dos Museus?

Luciana: Acho fundamental, primeiro porque assim, tenho uma colega que é a Silvilene Moraes, ela trabalha muito com questões de diversidade, de inclusão e ela fala muito: a diversidade ela agrega muito, porque com a diferença então a gente precisa reconhecer essas diferenças e precisa entender que elas nos ensinam muita coisa. Estar nessas posições, essa diferença, essa questão do meu corpo afetado pela racialidade é importantíssimo porque vai considerar questões que uma pessoa branca, por melhor capacitada que ela seja, por melhor orientada que ela seja ou até mesmo que ela tenha pesquisas na área, a vivência é diferente.

Então, por exemplo, às vezes as pessoas falam com uma boa vontade assim: “Ah vamos pensar em políticas para incluir todos os estudantes de museologia, todas as pessoas”. Tá, mas quem a gente vai priorizar? Quem a gente vai tentar trazer para equalizar? A gente nunca pode: “ah a gente quer garantir acesso à todos”, mas a gente precisa começar por algum lugar. E onde a gente vai começar? Quem está em posições desiguais, então é promover ações afirmativas para tentar diminuir essa desigualdade. Então, esse olhar em geral vem ou pelo menos é endossado né e aí quando você fala as pessoas pensam pelo menos ela está falando, é uma pessoa que vivenciou isso. Então assim eu acho fundamental ter mais pessoas negras que ocupem espaço na área porque ainda é majoritariamente ocupada por pessoas brancas esses cargos de liderança. Inclusive o próprio ICOM Brasil lançou uma campanha a partir de uma parceria com a Rede de Museologia Kilombola, iniciada no ano passado. Quero dizer, já iniciado a alguns anos, mas começou a construir esse plano de parceria no ano passado, que é justamente de fomentar e de provocar essas instituições a criarem políticas afirmativas que justamente promovam processos seletivos que se privilegie sim a contratação de pessoas negras, que privilegiem sim vagas na pós-graduação para pessoas negras. Então, precisamos ver isso, não

adianta a gente falar que somos Instituição que respeitam a igualdade, que promove a diversidade, mas na prática não propor políticas de diminuição dessas desigualdades. E aí é isso que uma pessoa negra vai ter esse olhar de levar isso muito a cabo, claro que se essa pessoa negra também tiver consciência disso.

Josiane: Como o MMP-UNIFAL-MG pode articular medidas para promover o diálogo racial, o combate ao racismo e a construção de narrativas que evidenciem a presença e contribuição de sujeitos negros?

Luciana: Provavelmente o que eu vou falar é um lugar comum, até porque para eu tenho certeza que as pessoas que estão tratando dessa temática podem falar isso com propriedade, então a minha contribuição é uma contribuição mesmo de quem está na luta, na resistência no dia a dia e vivenciando as coisas. Então assim, eu acho que sempre é aquela máxima que foi uma reivindicação na luta da pessoa com deficiência que fala: “nada sobre nós sem nós” eu acho que ela se aplica muito qualquer diversidade.

Então assim, não é possível fazer nenhum tipo de articulação ou de promover qualquer ação racial sem que haja a presença de pessoas negras nesse processo, e aí a diversidade de pessoas negras no meio dos discentes, dos docentes, no meio dos servidores, dos contratados colaboradores como se fala na UNIFAL-MG e seja por meio da própria comunidade, da cidade de Alfenas nos grupos que já existem de representação aí negra, ou de qualquer outra pessoa que possa de alguma forma ser convidada a participar desse processo sendo pessoa negra. Eu acho que antes de mais nada é chamar essas pessoas para que elas possam dizer como elas querem que esse processo seja conduzido, como elas sugerem, como elas imaginam que isso deve acontecer. Então acho que esse é o primeiro passo e o segundo passo é a vontade institucional de fazer essa discussão, porque assim, alguém como eu que trabalhou muito tempo aí, eu sei que a gente acaba fazendo muitas coisas e acaba passando muito rapidamente por coisas que às vezes são fundamentais. Eu acho que tem uma memória institucional e há um apagamento, a gente não conhece quem são esses corpos negros que ocuparam essa instituição, e a gente não conhece tanto a nível de próprios docentes e discentes como também da maioria da população negra que ocupou esse espaço que provavelmente

estava em posições que não eram essas visíveis na instituição. Então eu acho que precisa também fazer essa memória institucional, quem foram esses corpos que ocuparam no passado? Existe ainda pessoas que podem fazer esses relatos, de como era essa vida?

Eu acho que talvez esse olhar para esse passado também é importante numa instituição que é centenária. Eu acho que são esses dois movimentos: você convidar quem está vivenciando isso na pele para fazer essa discussão, para pensar junto com o museu, o que podemos fazer para melhorar esse cenário para que diminuísse as diferenças raciais para que tenhamos uma postura efetivamente antirracista, e tentar pensar fazer esse exercício de olhar para o passado. Onde essas pessoas estão? Eu acho que precisa fazer esse movimento também. Quem são essas pessoas que passaram na Instituição?

Josiane: Como você percebe a viabilidade de emergirem outras perspectivas museológicas a partir de sujeitos que foram subrepresentados, como os negros nos Museus?

Luciana: Eu acho que posso citar o próprio exemplo. Eu falo isso na minha tese de doutorado que há a movimentação, o que eu chamaria de campo dos museus. A gente percebe no século XX que essa virada numa perspectiva dos museus, uma perspectiva museológica, é justamente quando pessoas que não usufruindo do capital simbólico museu reivindicam esse capital simbólico de alguma forma que é quando os movimentos de museus, de ecomuseu, o conceito de museu integral ou mesmo esses museus comunitários que vão se desdobrar junto com os ecomuseus, como o caso que é um exemplo clássico nosso que é o museu de Anacostia nos Estados Unidos que surge justamente numa comunidade negra de Washington e que vai construir um museu que vai falar das questões daquela comunidade. Uma das exposições, por exemplo, foi sobre ratos, por aquela comunidade viver uma infestação de ratos e aquilo era um problema, e eles vão tratar disso numa exposição no museu.

Então, são pessoas que justamente não usufruem esse capital simbólico que começam a reivindicar museus para si, museus que vão falar de si ou reivindicar espaços dentro desses museus ditos tradicionais. Então, é justamente a

diferença que move e que transforma os museus, os museus não se transformam por si só. “Ah agora vamos abrir aos diferentes...não!” é uma forma reivindicação como todos os movimentos sociais. Ninguém do nada decidiu:” ai agora vamos cuidar desses outros aí... não!” As pessoas que estão reivindicando direitos, as reivindicações de direito civis, de direito de ocupar esses espaços, tem espaços que falam de si. Então, é essa diferença, ela sempre vai agregar uma transformação nos museus.

Então, se hoje a gente está, a gente vê isso claramente não movimento que foi a discussão de uma nova definição de museus, quem reivindicou as mudanças na nova definição de museus são pessoas que justamente vivem em regiões periféricas do mundo, regiões periféricas tendo na Europa e a América do Norte como centro, e aí essas pessoas vão modificando, vão reivindicar mudanças nessa definição de museu. Porque? Porque dentro dessas mesmas periferias, há periferias que reivindicaram mudança nos museus. Essa definição precisa refletir esse museu que já não é mais a mesma coisa, então é tentando responder sua pergunta é mostrar que na própria história está a resposta nessa trajetória dos museus, eles modificam porque as pessoas reivindicam modificações, então se há uma modificação de um viés racial ela vai mudar também os museus.

Inclusive o ICOM Brasil, eu só não tenho certeza absoluta certeza, mas eu acho que foi o único comitê nacional no âmbito do ICOM que reivindicou a presença da palavra antiracismo na definição. Isso em si é uma bandeira nossa, porque justamente entendemos que os museus precisam ter uma postura antirracista e é isso. Então por que isso se dá? Porque tem presença de corpos negros reivindicando isso. Teve, por exemplo, a participação da Museologia Kilombola das propostas e proposições aqui no Brasil. Então,, é isso as mudanças elas vêm porque as pessoas estão reivindicando justamente. A mudança vem da necessidade de quem sente na pele, de quem está vivenciando e não uma caridade que vem de cima como às vezes alguns pensam que é. “Eu sou descolado, eu até tenho um grupinho aqui para eu mostrar que eu sou diverso”, e não é bem assim, é porque as pessoas são reivindicado os seus espaços e se você não segue, uma hora esse grupo vai passar por cima. Então, eu não vejo transformação nos museus sem a entrada dos diferentes. Historicamente não

funcionou, não existe, então é isso, a diversidade sempre vai agregar transformação, ela que vai fazer as coisas mudarem de lugar.

Josiane: De que maneira a comunidade externa pode contribuir no diálogo racial, promovendo uma transformação que se origine fora das paredes do Museu e se estenda para o seu interior?

Luciana: Eu acho que tem um pouco a ver com aquilo que eu respondi anteriormente sobre nada, sobre nós sem nós. Eu acho que os museus, para além de tentar entender, tentar promover ações, para além de tentar imaginar o que fazer, é justamente tentar fazer com que esses museus, que esse museu seja um espaço para que esses corpos ocupem da forma como eles querem. É claro, isso estou falando de uma forma muito utópica, mas que pode dar alguma luz, porque sabemos que o museu, por exemplo, da UNIFAL-MG é um museu da instituição, o museu da memória da Instituição, então ele tem alguns limites, mas isso também não pode servir sempre de uma desculpa para não fazer algo diferente. Mas por exemplo, como citei o exemplo do museu Anacostia, um museu da década de 60, é justamente aquelas pessoas usavam aquele espaço para poder fazer conversar, se articular politicamente, para reivindicação de seus direitos civis, usar aquele espaço para falar de suas questões sociais. A gente vê isso, por exemplo, recentemente eu visitei o Museu vivo de São Bento em Caxias, em que as pessoas também, de alguma forma ouçam o que eles passam ali, também com uma associação, como um espaço de reunião. Isso acontece também no Museu das Remoções da Vila Autódromo, que também é um museu que na verdade é um movimento social de manutenção, de direito de moradia daquelas pessoas de escolherem ficar no lugar onde elas construíram sua vida. Então, eles se reúnem nesse espaço também para conversar, para discutir as suas questões. É um uso diferente, é uma ocupação. Tem museus que crescem assim que foram esses casos que eu citei, mas eles precisam ser ocupados por essas comunidades.

Por exemplo, se tem um grupo de articulação negro. Onde esse grupo se reúne? “Não tem lugar para se reunir, reúne aqui no museu. Eu te ofereço um café, ofereço um lanchinho, faz as suas discussões aqui, não precisa

necessariamente nem falar da gente, só ocupa esse espaço”. É uma forma de atrair. A escola vai promover atividades sobre consciência negra, em vez de promover na escola, promove aqui no museu, vamos fazer essas atividades aqui no museu. Acho que é um começo aí.

ANEXOS - QUESTIONÁRIO

Anexo 1- Modelo de questionário aplicado previamente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG-MG / Museu da Memória e
Patrimônio - MMP
Praça Dr. Emílio da Silveira, 14. Alfenas/MG, 37130-000 - (35) 3292-5033 /
mmp@UNIFAL-MG-mg.edu.br



QUESTIONÁRIO

() UMA NOITE NO MUSEU

() MUSEU E A FEIRA

NOME:	IDADE:
CIDADE:	ESTADO:
COMO FICOU SABENDO DO EVENTO? ☐ REDE SOCIAL ☐ PÁGINA DA UNIFAL-MG-MG ☐ MUSEU ☐ E-MAIL	☐ TV ☐ CARTAZ ☐ RÁDIO ☐ NA PORTA

NOME:	IDADE:
CIDADE:	ESTADO:
COMO FICOU SABENDO DO EVENTO? ☐ REDE SOCIAL ☐ PÁGINA DA UNIFAL-MG-MG ☐ MUSEU ☐ E-MAIL	☐ TV ☐ CARTAZ ☐ RÁDIO ☐ NA PORTA

Quadro 3 - Perguntas que contemplam o roteiro semiestruturado

Nome:	Idade:
Curso:	Autodeclaração:
Você conhece profissionais negros(as) que atuam em museus? () Sim () Não	Identifica sujeitos negros na exposição permanente do Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas? () Sim () Não
Existem protagonismo, representação e representatividade de sujeitos negros na narrativa do museu? () Sim () Não	Existem ausências de debates étnico-raciais no museu? () Sim () Não
O museu promove reflexões étnico-raciais em sua narrativa? Quais? () Sim () Não	Você se sente representado pela narrativa do museu? Se sim, por quem? () Sim () Não
Quais são as representações de sujeitos negros na exposição?	Como ressignificar/ descolonizar o pensamento e conhecimento acerca de sujeitos negros nos museus e particularmente nesse museu?

Quais os debates étnico-raciais que o museu pode articular? Como?	Quais são as implicações no desenvolvimento de pesquisas a partir da invisibilidade de sujeitos negros nesse museu?
Quais são os aspectos que podem reafirmar ausências de sujeitos negros no museu?	Devido a sua localização se dar no Sul de Minas Gerais, o museu tem se inspirando em práticas de museus que estão localizados em grandes centros e instituições de formação em Museologia?

Anexo 2 - Inserção da variável cor no questionário aplicado nos finais de semana em que o Museu está aberto

UMA NOITE NO MUSEU		
NOME:	SEXO:	IDADE:
CIDADE DE ORIGEM:	VÍNCULO COM A UNIFAL-MG:	
COR:	ESCOLARIDADE:	
PROFISSÃO:		
COMO SOUBE DA PROGRAMAÇÃO DE HOJE:		
JÁ VISITOU ALGUM MUSEU? QUAL?		

O MUSEU E A FEIRA		
NOME:	SEXO:	IDADE:
CIDADE DE ORIGEM:	VÍNCULO COM A UNIFAL-MG:	
COR:	ESCOLARIDADE:	
PROFISSÃO:		
COMO SOUBE DA PROGRAMAÇÃO DE HOJE:		

Anexo 3 - Pesquisa de satisfação aplicada nas atividades “ Uma noite no Museu”
e o “ Museu e a Feira” anterior às alterações

PESQUISA DE SATISFAÇÃO		
DATA		
O QUE ACHOU DA VISITA?		
☐ Bom	☐ Regular	☐ Ótimo
QUAL ESPAÇO QUE MAIS DESPERTOU O SEU INTERESSE?		
☐ Macro célula	☐ Museu de História Natural	
O QUE VOCÊ ESPERA DE UMA VISITA NO MUSEU?		
GOSTARIA DE SUGERIR UMA EXPOSIÇÃO PARA O MUSEU? SE SIM, QUAL?		
SUGESTÕES		

Anexo 4 - Pesquisa de satisfação reformulada

PESQUISA DE SATISFAÇÃO		
DATA		
O QUE ACHOU DA VISITA?		
☐ Bom	☐ Regular	☐ Ótimo
QUAL ESPAÇO QUE MAIS DESPERTOU O SEU INTERESSE?		
O QUE VOCÊ ESPERA DE UMA VISITA NO MUSEU?		
GOSTARIA DE SUGERIR UMA EXPOSIÇÃO PARA O MUSEU? SE SIM, QUAL?		
SUGESTÕES		

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE **-Participante da Pesquisa-**

Dados de Identificação

Título da pesquisa: O Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG-MG como território de disputas de narrativas museológicas e questões étnico-raciais

Pesquisador responsável: Josiane de Fátima Lourenço

Pesquisadores participantes: Júlia Nolasco Leitão de Moraes

Patrocinador (se houver):

Nome do participante: Jairza Fernandes Rocha da Silva

Data de nascimento: agosto de 1975

Você está sendo convidado (a) para participar, como entrevistado (a), da pesquisa de mestrado *Enegrecendo museus-representação e protagonismo negro no Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas*, de responsabilidade da pesquisadora *Josiane de Fátima Lourenço*. Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, e no caso de aceitar fazer parte do nosso estudo assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Ao ler os itens abaixo, você deve declarar se foi suficientemente esclarecido (a) sobre as etapas da pesquisa ao final desse documento.

1. Esta pesquisa tem por objetivo principal discutir sobre representação, protagonismo, de sujeitos negros em narrativas museais. Para tanto, escolhemos como objeto de estudo o Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas, com ênfase na análise da exposição de longa duração intitulada “Recortes da Efoa à UNIFAL-MG”. Nessa abordagem percorremos a trajetória desde a EFOA até a UNIFAL-MG-MG, visando compreender a complexidade das dinâmicas de visibilidade e invisibilidade presentes em narrativas museais.
2. Sua participação nesta pesquisa ocorrerá em uma única etapa, em que você estará livre para participar ou não. A etapa consiste em uma entrevista, que

Rubrica do(a) pesquisador(a): _____ Rubrica do(a)



poderá ser realizada neste momento de abordagem ou em outro horário e espaço que você desejar. As perguntas abordam temas referentes à Museus, especificamente ao Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG-MG, ao Museu das Resistências, à cidade de Alfenas, à Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA), à UNIFAL-MG-MG, ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/UNIFAL-MG-MG), aos sujeitos negros nos museus e na cidade de Alfenas, bem como perspectivas contra-hegemônicas no âmbito da Museologia. Todas as questões abordadas na entrevista serão utilizadas para a escrita de uma dissertação de mestrado.

3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de invasão de privacidade, desconforto, aborrecimento, quebra de anonimato, constrangimento, medo, vergonha, disponibilidade de tempo para responder aos instrumentos. Estes riscos serão minimizados porque há a possibilidade de você desistir do processo quando desejar, sem danos e prejuízos à pesquisa e a si próprio. Espero que minha abordagem seja humanizada e farei uma escuta atenta para que se sinta acolhido (a) na obtenção apenas daquelas informações necessárias à pesquisa.
4. Ao participar desse trabalho, você contribuirá para a minha formação de mestranda em Museologia e Patrimônio, ao mesmo tempo, poderá auxiliar na elaboração de ações, políticas específicas e eventos para atender a pluralidade de sujeitos nos Museus, particularmente os sujeitos negros. Os resultados poderão contribuir ainda para o fortalecimento identitário desses sujeitos no âmbito do Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG-MG, na construção de narrativas museais a partir do seu protagonismo. Além disso, a divulgação de ações, políticas e eventos pretende visibilizar a importância desses sujeitos produtores de conhecimento e cultura na cidade e na UNIFAL-MG-MG.
5. Você não terá nenhuma despesa por sua participação na pesquisa, sendo a entrevista gratuita. Você também poderá deixar de participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerá qualquer prejuízo.
6. Você foi informado(a) e está ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por sua participação, no entanto, caso você tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, terá direito à busca de ressarcimento.
7. Caso você deseje, poderá ter livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da sua participação.

8. Você foi informado (a) que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados da pesquisa, poderão ser publicados/divulgados através de trabalhos acadêmicos ou artigos científicos por profissionais da área.
9. Você poderá consultar a pesquisadora Josiane de Fátima Lourenço, no seguinte e-mail josianedefatima1@gmail.com sempre que entender necessário obter informações ou esclarecimentos sobre a pesquisa e sua participação.

Eu, Jairza Fernandes Rocha da Silva, CPF nº XXXXXXXXXX-XX, declaro ter sido informado

(a) e concordo em participar, como entrevistado(a), da pesquisa acima descrita.

Alfenas (MG), 20 de fevereiro de 2024.



.....

Assinatura do participante da pesquisa

.....

Assinatura do pesquisador responsável / pesquisador participante

Rubrica do(a) pesquisador(a): _____ Rubrica do(a)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE **-Participante da Pesquisa-**

Dados de Identificação

Título da pesquisa: O Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG-MG como território de disputas de narrativas museológicas e questões étnico-raciais

Pesquisador responsável: Josiane de Fátima Lourenço

Pesquisadores participantes: Júlia Nolasco Leitão de Moraes

Patrocinador (se houver):

Nome do participante: Nayhara Juliana Aniele Pereira Thiers Vieira

Data de nascimento: 22/01/1985

Você está sendo convidado (a) para participar, como entrevistado (a), da pesquisa de mestrado *Enegrecendo museus-representação e protagonismo negro no Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas*, de responsabilidade da pesquisadora *Josiane de Fátima Lourenço*. Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, e no caso de aceitar fazer parte do nosso estudo assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Ao ler os itens abaixo, você deve declarar se foi suficientemente esclarecido (a) sobre as etapas da pesquisa ao final desse documento.

1. Esta pesquisa tem por objetivo principal discutir sobre representação, protagonismo, de sujeitos negros em narrativas museais. Para tanto, escolhemos como objeto de estudo o Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas, com ênfase na análise da exposição de longa duração intitulada “Recortes da Efoa à UNIFAL-MG”. Nessa abordagem percorremos a trajetória desde a EFOA até a UNIFAL-MG-MG, visando compreender a complexidade das dinâmicas de visibilidade e invisibilidade presentes em narrativas museais.
2. Sua participação nesta pesquisa ocorrerá em uma única etapa, em que você estará livre para participar ou não. A etapa consiste em uma entrevista, que poderá

Rubrica do(a) pesquisador(a): _____ Rubrica do(a)



3. ser realizada neste momento de abordagem ou em outro horário e espaço que você desejar. As perguntas abordam temas referentes à Museus, especificamente ao Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG-MG, ao Museu das Resistências, à cidade de Alfenas, à Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA), à UNIFAL-MG-MG, ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/UNIFAL-MG-MG), aos sujeitos negros nos museus e na cidade de Alfenas, bem como perspectivas contra-hegemônicas no âmbito da Museologia. Todas as questões abordadas na entrevista serão utilizadas para a escrita de uma dissertação de mestrado.
4. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de invasão de privacidade, desconforto, aborrecimento, quebra de anonimato, constrangimento, medo, vergonha, disponibilidade de tempo para responder aos instrumentos. Estes riscos serão minimizados porque há a possibilidade de você desistir do processo quando desejar, sem danos e prejuízos à pesquisa e a si próprio. Espero que minha abordagem seja humanizada e farei uma escuta atenta para que se sinta acolhido (a) na obtenção apenas daquelas informações necessárias à pesquisa.
5. Ao participar desse trabalho, você contribuirá para a minha formação de mestranda em Museologia e Patrimônio, ao mesmo tempo, poderá auxiliar na elaboração de ações, políticas específicas e eventos para atender a pluralidade de sujeitos nos Museus, particularmente os sujeitos negros. Os resultados poderão contribuir ainda para o fortalecimento identitário desses sujeitos no âmbito do Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG-MG, na construção de narrativas museais a partir do seu protagonismo. Além disso, a divulgação de ações, políticas e eventos pretende visibilizar a importância desses sujeitos produtores de conhecimento e cultura na cidade e na UNIFAL-MG-MG.
6. Você não terá nenhuma despesa por sua participação na pesquisa, sendo a entrevista gratuita. Você também poderá deixar de participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerá qualquer prejuízo.
7. Você foi informado(a) e está ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por sua participação, no entanto, caso você tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, terá direito à busca de ressarcimento.
8. Caso você deseje, poderá ter livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da sua participação.
9. Você foi informado (a) que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados da pesquisa, poderão ser publicados/divulgados através de trabalhos acadêmicos ou artigos científicos por profissionais da área.



Rubrica do(a) pesquisador(a): _____ Rubrica do(a)



10. Você poderá consultar a pesquisadora Josiane de Fátima Lourenço, no seguinte e-mail josianedefatima1@gmail.com sempre que entender necessário obter informações ou esclarecimentos sobre a pesquisa e sua participação.

Eu, Nayhara Juliana Aniele Pereira Thiers Vieira, CPF nº XXXXXXXXXX-XX, declaro ter sido informada e concordo em participar, como entrevistada, da pesquisa acima descrita.

Alfenas (MG), 23 de janeiro de 2023.

Nayhara P. Vieira

Assinatura da participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável / pesquisador participante

Rubrica do(a) pesquisador(a): _____ Rubrica do(a)

Josiane de Fátima Lourenço

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE **-Participante da Pesquisa-**

Dados de Identificação

Título da pesquisa: O Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG-MG como território de disputas de narrativas museológicas e questões étnico-raciais

Pesquisador responsável: Josiane de Fátima Lourenço

Pesquisadores participantes: Júlia Nolasco Leitão de Moraes

Patrocinador (se houver):

Nome do participante: Luciana Menezes de Carvalho

Data de nascimento: 25/05/1984

Você está sendo convidado (a) para participar, como entrevistado (a), da pesquisa de mestrado *Enegrecendo museus-representação e protagonismo negro no Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas*, de responsabilidade da pesquisadora *Josiane de Fátima Lourenço*. Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, e no caso de aceitar fazer parte do nosso estudo assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Ao ler os itens abaixo, você deve declarar se foi suficientemente esclarecido (a) sobre as etapas da pesquisa ao final desse documento.

1. Esta pesquisa tem por objetivo principal discutir sobre representação, protagonismo, de sujeitos negros em narrativas museais. Para tanto, escolhemos como objeto de estudo o Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas, com ênfase na análise da exposição de longa duração intitulada “Recortes da Efoa à UNIFAL-MG”. Nessa abordagem percorremos a trajetória desde a EFOA até a UNIFAL-MG-MG, visando compreender a complexidade das dinâmicas de visibilidade e invisibilidade presentes em narrativas museais.
2. Sua participação nesta pesquisa ocorrerá em uma única etapa, em que você

Rubrica do(a) pesquisador(a): _____ Rubrica do(a)





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Estudos em História da Ciência e da Cultura

Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

estará livre para participar ou não. A etapa consiste em uma entrevista, que

Rubrica do(a) pesquisador(a): _____ Rubrica do(a)

poderá ser realizada neste momento de abordagem ou em outro horário e espaço que você desejar. As perguntas abordam temas referentes à Museus, especificamente ao Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG-MG, ao Museu das Resistências, à cidade de Alfenas, à Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA), à UNIFAL-MG-MG, ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/UNIFAL-MG-MG), aos sujeitos negros nos museus e na cidade de Alfenas, bem como perspectivas contra-hegemônicas no âmbito da Museologia. Todas as questões abordadas na entrevista serão utilizadas para a escrita de uma dissertação de mestrado.

3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de invasão de privacidade, desconforto, aborrecimento, quebra de anonimato, constrangimento, medo, vergonha, disponibilidade de tempo para responder aos instrumentos. Estes riscos serão minimizados porque há a possibilidade de você desistir do processo quando desejar, sem danos e prejuízos à pesquisa e a si próprio. Espero que minha abordagem seja humanizada e farei uma escuta atenta para que se sinta acolhido (a) na obtenção apenas daquelas informações necessárias à pesquisa.
4. Ao participar desse trabalho, você contribuirá para a minha formação de mestranda em Museologia e Patrimônio, ao mesmo tempo, poderá auxiliar na elaboração de ações, políticas específicas e eventos para atender a pluralidade de sujeitos nos Museus, particularmente os sujeitos negros. Os resultados poderão contribuir ainda para o fortalecimento identitário desses sujeitos no âmbito do Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG-MG, na construção de narrativas museais a partir do seu protagonismo. Além disso, a divulgação de ações, políticas e eventos pretende visibilizar a importância desses sujeitos produtores de conhecimento e cultura na cidade e na UNIFAL-MG-MG.
5. Você não terá nenhuma despesa por sua participação na pesquisa, sendo a entrevista gratuita. Você também poderá deixar de participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerá qualquer prejuízo.
6. Você foi informado(a) e está ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por sua participação, no entanto, caso você tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, terá direito à busca de ressarcimento.
7. Caso você deseje, poderá ter livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da sua participação.



Rubrica do(a) pesquisador(a): _____ Rubrica do(a)

8. Você foi informado (a) que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados da pesquisa, poderão ser publicados/divulgados através de trabalhos acadêmicos ou artigos científicos por profissionais da área.
9. Você poderá consultar a pesquisadora Josiane de Fátima Lourenço, no seguinte e-mail josianedefatima1@gmail.com sempre que entender necessário obter informações ou esclarecimentos sobre a pesquisa e sua participação.

Eu, LUCIANA MENEZES DE CARVALHO, CPF nº XXXXXXXXXX-XX, declaro ter sido informado (a) e concordo em participar, como entrevistado(a), da pesquisa acima descrita.

Alfenas (MG), 27 de dezembro de 2023.



Documento assinado digitalmente
LUCIANA MENEZES DE CARVALHO
Data: 24/01/2024 12:00:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

.....
Assinatura do participante da pesquisa

.....
Assinatura do pesquisador responsável / pesquisador participante

Rubrica do(a) pesquisador(a): _____

Rubrica do(a) participante:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE **-Participante da Pesquisa-**

Dados de Identificação

Título da pesquisa: O Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG-MG como território de disputas de narrativas museológicas e questões étnico-raciais

Pesquisador responsável: Josiane de Fátima Lourenço

Pesquisadores participantes: Júlia Nolasco Leitão de Moraes

Patrocinador (se houver):

Nome do participante: Walter Francisco Figueiredo Lowande

Data de nascimento: 01/08/1983

Você está sendo convidado (a) para participar, como entrevistado (a), da pesquisa de mestrado *Enegrecendo museus-representação e protagonismo negro no Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas*, de responsabilidade da pesquisadora *Josiane de Fátima Lourenço*. Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, e no caso de aceitar fazer parte do nosso estudo assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Ao ler os itens abaixo, você deve declarar se foi suficientemente esclarecido (a) sobre as etapas da pesquisa ao final desse documento.

1. Esta pesquisa tem por objetivo principal discutir sobre representação, protagonismo, de sujeitos negros em narrativas museais. Para tanto, escolhemos como objeto de estudo o Museu da Memória e Patrimônio da Universidade Federal de Alfenas, com ênfase na análise da exposição de longa duração intitulada “Recortes da Efoa à UNIFAL-MG”. Nessa abordagem percorremos a trajetória desde a EFOA até a UNIFAL-MG-MG, visando compreender a complexidade das dinâmicas de visibilidade e invisibilidade presentes em narrativas museais.
2. Sua participação nesta pesquisa ocorrerá em uma única etapa, em que você estará livre para participar ou não. A etapa consiste em uma entrevista, que

Rubrica do(a) pesquisador(a): _____

Rubrica do(a) participante:

poderá ser realizada neste momento de abordagem ou em outro horário e espaço que você desejar. As perguntas abordam temas referentes à Museus, especificamente ao Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG-MG, ao Museu das Resistências, à cidade de Alfenas, à Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA), à UNIFAL-MG-MG, ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/UNIFAL-MG-MG), aos sujeitos negros nos museus e na cidade de Alfenas, bem como perspectivas contra-hegemônicas no âmbito da Museologia. Todas as questões abordadas na entrevista serão utilizadas para a escrita de uma dissertação de mestrado.

3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de invasão de privacidade, desconforto, aborrecimento, quebra de anonimato, constrangimento, medo, vergonha, disponibilidade de tempo para responder aos instrumentos. Estes riscos serão minimizados porque há a possibilidade de você desistir do processo quando desejar, sem danos e prejuízos à pesquisa e a si próprio. Espero que minha abordagem seja humanizada e farei uma escuta atenta para que se sinta acolhido (a) na obtenção apenas daquelas informações necessárias à pesquisa.
4. Ao participar desse trabalho, você contribuirá para a minha formação de mestranda em Museologia e Patrimônio, ao mesmo tempo, poderá auxiliar na elaboração de ações, políticas específicas e eventos para atender a pluralidade de sujeitos nos Museus, particularmente os sujeitos negros. Os resultados poderão contribuir ainda para o fortalecimento identitário desses sujeitos no âmbito do Museu da Memória e Patrimônio da UNIFAL-MG-MG, na construção de narrativas museais a partir do seu protagonismo. Além disso, a divulgação de ações, políticas e eventos pretende visibilizar a importância desses sujeitos produtores de conhecimento e cultura na cidade e na UNIFAL-MG-MG.
5. Você não terá nenhuma despesa por sua participação na pesquisa, sendo a entrevista gratuita. Você também poderá deixar de participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerá qualquer prejuízo.
6. Você foi informado(a) e está ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por sua participação, no entanto, caso você tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, terá direito à busca de ressarcimento.
7. Caso você deseje, poderá ter livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da sua participação.

8. Você foi informado (a) que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados da pesquisa, poderão ser publicados/divulgados através de trabalhos acadêmicos ou artigos científicos por profissionais da área.
9. Você poderá consultar a pesquisadora Josiane de Fátima Lourenço, no seguinte e-mail josianedefatima1@gmail.com sempre que entender necessário obter informações ou esclarecimentos sobre a pesquisa e sua participação.

Eu, WALTER FRANCISCO FIGUEIREDO LOWANDE, CPF nº XXXXXXXXXX-XX, declaro ter sido informado (a) e concordo em participar, como entrevistado(a), da pesquisa acima descrita.

Alfenas (MG), 23 de janeiro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 WALTER FRANCISCO FIGUEIREDO LOWANDE
Data: 23/01/2024 17:22:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

.....
.....
Assinatura do participante da pesquisa

.....
.....
Assinatura do pesquisador responsável / pesquisador participante